

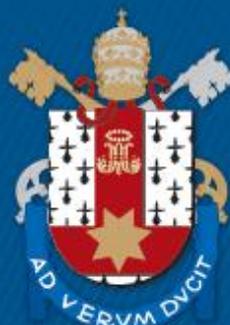
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO EM FILOSOFIA

EDUARDO ALVES

**RACIOCÍNIO COM FALSIDADES:  
Um Ensaio sobre Conhecimento Inferencial**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

EDUARDO ALVES

**RACIOCÍNIO COM FALSIDADES:  
Um Ensaio sobre Conhecimento Inferencial**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Orientador: Claudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2021

## **Ficha Catalográfica**

A474r Alves, Eduardo

Raciocínio com falsidades : Um ensaio sobre conhecimento inferencial / Eduardo Alves. – 2021.

146 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida.

1. Conhecimento a partir de falsidade. 2. Raciocínio. 3. Inferência. 4. Rastreamento da Verdade. 5. Anulabilismo. I. de Almeida, Claudio Gonçalves. II. Título.

EDUARDO ALVES

**RACIOCÍNIO COM FALSIDADES:  
Um Ensaio sobre Conhecimento Inferencial**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades  
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida (orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kátia Martins Etcheverry (PUCRS)

---

Prof. Dr. João Rizzio Vicente Fett (UFSM)

Porto Alegre

2021

## AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas e organizações às quais sou grato, cujo apoio, seja direto, seja indireto, foram imprescindíveis para a concretização desta dissertação de mestrado.

Agradeço, primeiramente, ao meu professor, orientador e amigo Claudio de Almeida, por todos os conselhos e constante incentivo. A orientação e amizade de um exímio filósofo e pesquisador como ele facilitaram imensamente a produção deste trabalho.

Em seguida, agradeço aos membros da banca examinadora, Kátia Etcheverry e João Fett, pela disponibilidade de ler e de avaliar esta dissertação. Não apenas por isso, também agradeço a parceria e por todo aprendizado que adquiri com eles na edição e na organização do nosso livro *Socratically*. Estar com eles na execução desse projeto foi uma experiência bastante enriquecedora.

Também agradeço aos meus amigos e amigas Cibele Bock, Gabriel Ferreira, Giovane Vaz, Ítalo Alves, Juliana Roloff, Lucas Tagliani, Renata Floriano, Tatiane Marks, Thiago Costa e aos meus amigos de Barbacena, Arthur, Caio, Marim e Rodrigo, pela amizade e pelas resenhas. Em especial, agradeço ao André Neiva, Gregory Gaboardi, Gustavo Oliva, Felipe Medeiros, João Fett, Samuel Cibils e Vinicius Posselt pelas resenhas, pelos cafés, pelos rolês e por me ajudarem direta e indiretamente nas principais questões abordadas neste ensaio. Também agradeço a minha queridíssima amiga Paula Rosinski por se disponibilizar a ler e a corrigir os erros gramaticais deste trabalho.

Agradeço a minha mãe, Nilza Alves, pelo apoio incondicional e aos meus afilhados, Anthony, Alice e John, por me motivarem, quase diariamente, a não abandonar a esperança de tempos melhores.

Finalmente, agradeço ao CNPq por me financiar integralmente a minha pesquisa, e à PUCRS, pelo excelente ambiente intelectual oferecido para o desenvolvimento da minha pesquisa. Sem dúvida, também agradeço aos projetos Library Genesis e Sci-Hub. Tais iniciativas são imprescindíveis para o acesso, difusão e para a democratização da produção intelectual, especialmente no contexto brasileiro.

Todos os eventuais erros desta dissertação são de minha responsabilidade, contudo, espero que sejam erros benignos.

“Philosophers have long had a soft spot for like-from-like reasoning. Whatever produces a good person must be good. Whenever something is heated it is heated by something hot. The degree of perfection contained in the effect cannot exceed the degree contained in the cause. And so on. We know that there is an intuition that underlies transmission theories of causation, but we also know that the intuition is unreliable. Gin is colourless but it makes you see rainbows. Populations can become increasingly fit over time. And so on. If we were surprised to discover that knowledge can come from mistaken belief, maybe we shouldn’t have been. Without some specific reason for thinking that only knowledge can beget knowledge, we should have been open to the possibility of knowledge from falsehood.”

Clayton Littlejohn, 2016

## RESUMO

O objetivo deste ensaio é examinar a alegação de que é possível haver conhecimento inferencial com base em crença falsa. Para tanto, explicaremos o problema e algumas noções básicas no primeiro capítulo. O objetivo do segundo capítulo será avaliarmos os argumentos *contra* a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. No terceiro capítulo, examinaremos os argumentos a *favor* da possibilidade de conhecimento originado em crença falsa.

**Palavras-Chave:** Conhecimento a partir de falsidade. Raciocínio. Inferência. Rastreamento da Verdade. Anulabilismo.

## ABSTRACT

The goal of this essay is to evaluate the claim that it is possible to acquire inferential knowledge from false belief. In order to do so, we explain the main problem and some preliminaries notions in the first chapter. In the second chapter, we evaluate the reasons *against* the possibility of knowledge from falsehood. In the final chapter, we examine the reasons *for* the possibility of knowledge from falsehood.

**Keywords:** Knowledge from Falsehood. Reasoning. Inference. Tracking Truth. Defeasibility.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO</b> .....	14
1.1 RACIOCÍNIO, JUSTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO .....	14
1.2 NOÇÕES BÁSICAS .....	19
<b>1.2.1 Crença</b> .....	20
<b>1.2.2 Justificação Epistêmica</b> .....	23
<b>1.2.3 Essencialidade e Sobredeterminação Epistêmica</b> .....	26
1.3 PRINCÍPIO DE CONTRAFECHO DO CONHECIMENTO .....	27
1.4 CRENÇAS FALSAS E RACIOCÍNIO .....	32
1.5 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS .....	37
<b>2 CONHECIMENTO APESAR DE CRENÇA FALSA</b> .....	39
2.1 AS OBJEÇÕES DE TED WARFIELD .....	40
2.2 O ANULABILISMO DE PETER KLEIN .....	43
<b>2.2.1 A Teoria da Anulabilidade</b> .....	43
<b>2.2.2 Anulabilismo e Falsidades Úteis</b> .....	49
<b>2.2.3 As críticas de Claudio de Almeida às falsidades úteis de Klein</b> .....	58
2.3 PROPOSTAS FORTES DE ‘CONHECIMENTO APESAR DE FALSIDADE’ ....	63
<b>2.3.1 O argumento de Ian Schnee</b> .....	64
2.3.1.1 Objeções ao argumento de Schnee .....	69
<b>2.3.2 O argumento de Brian Ball &amp; Michael Blome-Tillmann</b> .....	73
2.3.2.1 Objeções aos argumentos de Ball & Blome-Tillmann .....	76
<b>2.3.3 O argumento de Martin Montminy</b> .....	80
2.3.3.1 Objeções ao argumento de Montminy .....	86
<b>2.3.4 O argumento de Rodrigo Borges</b> .....	90
2.4 CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS FORTES DE ‘CONHECIMENTO APESAR DE FALSIDADE’ .....	92
2.5 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS .....	97
<b>3 CONHECIMENTO A PARTIR DE CRENÇA FALSA</b> .....	99
3.1 TEORIAS DO RASTREAMENTO DA VERDADE .....	99
<b>3.1.1 A intuição antissorte, mundos possíveis e condicionais contrafactuais</b> .....	100
<b>3.1.2 A condição de sensibilidade e a condição de segurança</b> .....	102
3.2 A PROPOSTA DE BRANDEN FITELSON .....	115

<b>3.2.1 Conhecimento a partir de Gettierização</b> .....	117
3.3 O ANULABILISMO FALIBILISTA DE CLAUDIO DE ALMEIDA .....	128
<b>3.3.1 Restauração Epistêmica e o Princípio RV*</b> .....	134
3.4 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS .....	137
<b>CONCLUSÃO</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	140

## INTRODUÇÃO

Há conhecimento inferencial originado essencialmente a partir de crença falsa e essa dissertação oferece uma explicação sobre a plausibilidade dessa tese. A motivação para investigar esse tópico é (1) verificar se a alegação histórica de que conhecimento é condição necessária para a obtenção de conhecimento inferencial é verdadeira; (2) buscar boas razões que apoiem a alegação usual em livros introdutórios de epistemologia de que falsidades *não podem* produzir conhecimento inferencial; (3) oferecer uma possível refutação ou, no mínimo, revisão de algumas teorias do conhecimento que pretendem oferecer uma resposta satisfatória ao problema da definição do conhecimento; e, por fim, (4) iluminar o nosso entendimento sobre o conhecimento inferencial e, por conseguinte, sobre o conhecimento proposicional.

Nosso objeto de investigação é o conhecimento inferencial e analisaremos se esse tipo de conhecimento pode ser adquirido a partir de crença falsa. Esse é, supostamente, um tipo de conhecimento segundo o qual um agente infere  $p$  de  $q$  e sabe que  $p$  por meio do episódio de raciocínio, embora a crença em  $q$  seja falsa. Apesar disso, a crença em  $q$  ofereceria uma excelente base tanto para a causação, quanto para a epistemização da crença de que  $p$ . Autores simpáticos a essa explicação provisória aceitarão que há *conhecimento a partir de crença falsa*, enquanto os detratores dessa explicação oferecerão uma resposta alternativa ao argumentar que a descrição correta do fenômeno nos casos é *conhecimento apesar de crença falsa*.<sup>1</sup> A caracterização das posições evidencia que o debate sobre o fenômeno não é se conhecimento (inferencial) pode ser atribuído ao agente nos casos relevantes, mas se a posse desse tipo de conhecimento ocorre *em virtude da* crença falsa.

Defensores do ‘conhecimento apesar de falsidade’ negam que a crença falsa exerça alguma função causal ou evidencial relevante. Alguns epistemólogos favoráveis a essa posição argumentam que uma *crença* verdadeira (qualificada com outras propriedades) é o elemento responsável pela causação e pela epistemização da crença na conclusão de que  $p$ ; outros autores oferecem argumentos de que uma *proposição* verdadeira (qualificada com outras propriedades) *epistemiza* a crença-alvo, ao passo que a causação da crença de que  $p$  é devida à crença falsa. Um exemplo desta posição é Peter Klein (2008); daquela, Martin Montminy (2014), Brian Ball & Michael Blome-Tillmann (2014), e Rodrigo Borges (2017, 2020). No segundo capítulo deste ensaio, analisaremos

---

<sup>1</sup> Essas são traduções para as expressões ‘*Knowledge from falsehood*’ e ‘*Knowledge despite falsehood*’, respectivamente.

detalhadamente a estratégia argumentativa a favor do ‘conhecimento apesar de falsidade’. Após isso, analisaremos os argumentos oferecidos contra essa estratégia propostos por Branden Fitelson (2017), por Christopher Buford & Christopher Michael Cloos (2018) e por Federico Luzzi (2019) e concluiremos que há boas razões para rejeitá-la, embora não sejam suficientes para provar que a conclusão daqueles autores é falsa.

Defensores do ‘conhecimento em virtude de falsidade’, por sua vez, argumentam que a crença falsa exerce o papel causal e evidencial necessário para considerar a crença na conclusão de que  $p$  como uma instância de conhecimento. O ônus dos simpatizantes a essa posição é diferenciar entre crenças falsas produtoras de conhecimento e crenças falsas produtoras de ignorância. Warfield (2005) sugere e Luzzi (2019) explica que há conhecimento via falsidade devido ao caminho evidencial da crença falsa de que  $q$  até a crença na conclusão de que  $p$  ser estável. Isso significa que não é um acidente que o agente crê verazmente que  $p$ . Tais propostas de explicação pressupõem alguma condição de rastreamento da verdade, seja ela a condição de sensibilidade (Nozick, 1981), seja a condição de segurança (Sosa, 1999a; Pritchard, 2016a).<sup>2</sup> Outra possibilidade é explicar o suposto fenômeno do ‘conhecimento a partir de falsidade’ em termos de ausência de derrotadores, conforme proposto por Claudio de Almeida (2017). Ele argumenta que, ao assumir-se uma concepção falibilista de justificação epistêmica, a justificação para crer em proposições falsas não será neutralizada apenas por apoiar uma falsidade. Isso lhe possibilita explicar o aparente fenômeno em termos de ausência de contraevidência para crer na conclusão de que  $p$ . Além dessas tentativas de explicação, Fitelson (2010) fortalece a tese de que há conhecimento inferencial a partir de crença falsa ao oferecer um novo argumento a essa ideia, segundo o qual se a crença na premissa de que  $q$  não fosse falsa, o agente não teria conhecimento na crença na conclusão de que  $p$ . No terceiro capítulo, analisaremos as tentativas de explicar o suposto fenômeno do conhecimento a partir de falsidade, atribuindo o papel epistêmico significativo à crença falsa. Iniciaremos analisando propostas de elucidação das teorias do rastreamento, especificamente, das condições de sensibilidade e de segurança. Argumentaremos que, sob os seus próprios critérios, há uma lacuna explanatória ao empregarmos essas noções para iluminar o fenômeno em análise. Em seguida, analisaremos a versão fortalecida dos casos proposta por Fitelson (2010), e, seguindo Luzzi (2019), explicaremos que, assumindo que pode

---

<sup>2</sup> A condição da sensibilidade é a tese segundo a qual se fosse falso que  $p$ , o agente não criaria que  $p$ , enquanto a condição da segurança é a tese de que se um agente cresse que  $p$ , ele criaria verazmente que  $p$ . A explicação mais detalhada sobre essas condições terá espaço no terceiro capítulo deste ensaio.

haver conhecimento inferencial a partir de crença gettierizada, a argumentação de Fitelson não se sustenta. Por fim, examinaremos a posição desenvolvida por de Almeida e algumas objeções que possam ser direcionadas a ela. Concluiremos que, ao empregar a condição da sensibilidade ou a condição da segurança para explicar a hipótese de algumas falsidades serem produtoras de conhecimento inferencial, as teorias do rastreamento da verdade encontram dificuldades para esclarecer a possibilidade de conhecimento a partir de falsidade, enquanto o anulabilismo proposto por de Almeida é mais bem-sucedido nesse empreendimento.

É claro que alguns esclarecimentos básicos são necessários para toda a discussão no segundo e no terceiro capítulo ser inteligível. Esse será o objetivo do primeiro capítulo. Explicaremos detalhadamente o interesse epistemológico dos raciocínios, as noções de justificação epistêmica e essencialidade epistêmica. Além disso, esclarecemos a noção de crença, pois ela será imprescindível para compreendermos a tese advogada pelos partidários do ‘conhecimento apesar de crença falsa’. Por fim, elucidaremos as razões pelas quais é tão atrativa a tese de que apenas conhecimento nas premissas poderia produzir conhecimento na conclusão, impossibilitando, dessa forma, a aquisição de conhecimento a partir de crença falsa. Esperamos, ao final desse ensaio, oferecer um exame detalhado sobre a possibilidade de conhecimento inferencial a partir de crença falsa.

## 1 EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO

O objetivo deste capítulo é clarificar algumas noções centrais para a discussão sobre a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. Nosso foco será o conhecimento *inferencial*, por isso, algumas teses a respeito da natureza da inferência e da relação entre epistemologia e inferência devem ser expostas. Após esclarecermos alguns conceitos básicos, explicaremos o Princípio de Contrafecho do Conhecimento: a tese segundo a qual o conhecimento inferencial é *contrafechado* sob conhecimento. Isto é, se um agente sabe uma conclusão  $p$  e  $p$  foi inferida apropriadamente de  $q$ , então esse agente sabe que  $q$ . Ao fim deste capítulo, apresentaremos os supostos contraexemplos de conhecimento a partir de crença falsa ao Princípio de Contrafecho do Conhecimento.<sup>3</sup>

### 1.1 RACIOCÍNIO, JUSTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO

Nós sabemos vários fatos sobre o mundo e sobre nós mesmos. Sabemos que os gatos são mamíferos. Também sabemos que *Mr. Robot* e *One Piece* são séries excelentes. Com base nesses itens de conhecimento, nós podemos vir a conhecer mais fatos sobre o mundo. Se sabemos que todos os mamíferos são animais e que os gatos são mamíferos, podemos *deduzir* que os gatos são animais. Se sabemos que, se *One Piece* e *Mr. Robot* são duas séries excelentes, então seus criadores são escritores competentes, podemos *deduzir* que os criadores de *One Piece* e *Mr. Robot* são escritores competentes. Esses são dois exemplos de formação de crença por meio de uma inferência ou de um raciocínio dedutivo.<sup>4</sup> Embora essas inferências dedutivas sejam distintas em relação aos seus conteúdos proposicionais, elas compartilham uma mesma caracterização por serem episódios de raciocínios: são processos mentais nos quais crenças (ou suposições) causam outra crença.<sup>5</sup> Em outras palavras, o agente adquire uma nova crença com base em uma outra crença previamente formada. A crença causada é chamada de *conclusão*; a

---

<sup>3</sup> Por uma questão de simplicidade, enfatizaremos o conhecimento inferencial *dedutivo*, isto é, a aquisição de conhecimento por meio de deduções. Isso não significa que, em função dessa escolha metodológica, as inferências dedutivas e, por conseguinte, o conhecimento dedutivo sejam superiores às inferências e ao conhecimento indutivo e abduutivo, ou que as deduções estabeleçam alguma relação especial com o contrafecho do conhecimento. No que diz respeito à aceitabilidade do princípio de contrafecho e às objeções a ele, não importa qual é o *tipo* de inferência em análise.

<sup>4</sup> Durante este ensaio, assumiremos que inferência e raciocínio referem-se ao mesmo processo mental de aquisição ou manutenção de crença.

<sup>5</sup> Essa noção de inferência ou de raciocínio como um processo mental de crença causadora de crença é sugerida por Audi (2011, p. 176) após oferecer alguns exemplos usuais de inferência: “Algumas crenças, portanto, resultam de outras crenças e são baseadas nelas em vez de [serem baseadas] na fonte [da percepção, da memória, da introspecção, do insight racional e do testemunho]”.

No original, em inglês: “Some beliefs, then, arise from others beliefs and are based on them rather than directly on the sources ... perceptual, memorial, introspective, rational, and testimonial”.

causadora (ou as causadoras), de premissa (ou premissas).<sup>6</sup> De modo geral, se a conclusão for inferida de modo apropriado com base nas premissas e estas apoiarem evidencialmente aquela, então a conclusão será um caso de crença epistemicamente justificada. Se, além disso, for verdadeira, será um caso de conhecimento inferencial.

Embora as crenças <os gatos são mamíferos> e <os criadores de *Mr. Robot* e *One Piece* são escritores competentes> estejam justificadas inferencialmente e, por hipótese, sejam casos de conhecimento inferencial nos exemplos acima, isso não significa que não possam ser justificadas ou conhecidas por outras fontes.<sup>7</sup> Com base no testemunho de um fã assíduo, por exemplo, um ouvinte pode crer justificadamente e vir a saber que os criadores de *Mr. Robot* e de *One Piece* são escritores competentes. Nesse caso, o conteúdo proposicional da crença-alvo é o mesmo; o que os difere é a base justificacional de cada um deles. No primeiro caso, a base é inferencial; no segundo, testemunhal. A ideia geral é que crenças justificadas e conhecidas de modo inferencial também podem ser justificadas e conhecidas de modo perceptual, memorial, testemunhal e por intuição racional.

Plausivelmente, o inverso também pode ocorrer: crenças justificadas e conhecidas de modo não-inferencial podem ser justificadas de modo inferencial.<sup>8</sup> Imagine que um agente creia que está em frente ao seu notebook com base nas experiências perceptuais de notebook. Se a crença-alvo for verdadeira e o agente não estiver em um ambiente epistemicamente hostil, a justificação advinda da percepção fornece suporte epistêmico suficiente para tal crença contar como uma instância de conhecimento. Imagine, agora, que o mesmo agente esteja refletindo sobre o seu conjunto de crenças e investigando quais bases poderiam apoiar a crença de que ele está em frente ao notebook. Com base na sua percepção, ele forma a crença de que está escrevendo um texto. Também forma a crença de que, se está escrevendo um texto, então está em frente ao seu notebook. Essa

---

<sup>6</sup> Como o nosso objetivo é dissertar sobre o conhecimento inferencial, não é necessário adentrarmos nas disputas a respeito da *natureza* da inferência ou do raciocínio. O comprometimento com esse empreendimento é uma tarefa para o filósofo da mente, para o cientista cognitivo e para o neurocientista, uma vez que são eles que pesquisam sobre a natureza dos estados e dos processos mentais. O interesse epistemológico em relação às inferências e aos raciocínios é estender o nosso conjunto de crenças justificadas e de conhecimento. E, para realizar esse empreendimento, não é necessário termos qualquer preferência teórica acerca da natureza da inferência. Para mais informações a respeito da natureza da inferência, veja Johnson-Laird (2008). Para informações sobre aplicações dos resultados das ciências empíricas na epistemologia, veja Rosa (2017).

<sup>7</sup> Durante este ensaio, utilizaremos (i) <...> para individualar o conteúdo de atitudes proposicionais, (ii) aspas duplas, "...", para citações e (iii) aspas simples, '...', e itálico para enfatizar algum termo ou expressão que julgarmos necessário.

<sup>8</sup> Por 'não-inferencial', referimo-nos às crenças justificadas pela percepção, memória, testemunho e insight racional.

condicional é justificada pelo fato de que o agente só poderia escrever o texto se estivesse em frente ao notebook. São poucas as pessoas que ainda escrevem textos em meios não-digitais, e o nosso agente não é uma delas. Com base na crença no antecedente e na condicional, ele conclui que está em frente ao seu notebook. Nessa situação, o agente não forma crença com base na inferência – por hipótese, tal crença já havia sido previamente formada –, mas o episódio de raciocínio confere a ela status epistêmico de um tipo distinto do anterior. Poderíamos alegar que a *quantidade* de justificção em relação à crença-alvo aumentou: a crença agora é justificada e conhecida de modo perceptual e inferencial. A ideia geral é que inferências não fornecem apenas status epistêmicos para algumas crenças adquiridas ao final de um episódio de raciocínio; elas também aumentam o nosso estoque de status epistêmicos para crenças previamente justificadas por bases não-inferenciais (cf. Audi, 2011).

Inferências expandem o nosso conjunto de crenças justificadas e de conhecimento. Entretanto, quais são os critérios para essa extensão? O primeiro candidato é a crença na conclusão ser inferida *de modo apropriado*. Em relação à dedução, ‘de modo apropriado’ significa, nesse contexto, validade: necessariamente, se as premissas forem verdadeiras, é logicamente impossível que a conclusão seja falsa. Ou seja, há uma relação de *implicação* entre as premissas e a conclusão.<sup>9</sup> No entanto, apenas validade não é suficiente para estender o nosso corpo de crenças justificadas e de conhecimento: um agente pode inferir validamente  $p$  de  $q$  e não obter nem crença justificada, nem conhecimento de que  $p$  ao final do episódio por estar sob o efeito de substâncias psicoativas, por exemplo. Em função dessas substâncias, não é plausível atribuir justificção e conhecimento às crenças na conclusão, mesmo se inferidas validamente. Somente validade, portanto, não é suficiente para expandir o nosso conjunto de crenças justificadas e de conhecimento.

Imagine, por exemplo, que um sujeito creia que  $q$  com base em astrologia. Crenças formadas com base em astrologia são resultados de processos inconfiáveis de formação de crenças, isto é, são processos produtores de mais crenças falsas do que crenças verdadeiras. Em função disso, a crença em  $q$  é injustificada. Com base na crença em  $q$ , ele infere validamente  $p$ .<sup>10</sup> Intuitivamente, a crença de que  $p$  é injustificada, pois tal crença é inferida de uma crença injustificada, apesar ser formada por meio de um raciocínio

---

<sup>9</sup> Em relação à indução, significa que as premissas tornam *provável* a verdade da conclusão.

<sup>10</sup> Durante todo este ensaio, utilizaremos  $p$  e  $q$  para referimo-nos à conclusão e às premissas, respectivamente. Quando houver a necessidade de enfatizar o valor-verdade conteúdo da premissa, o contexto indicará qual será o símbolo a ser empregado.

dedutivo e esse episódio inferencial ser um processo confiável (cf. Goldman, 1979). Em vez de astrologia, suponha que o nosso sujeito venha a crer que  $p$  ao inferi-la competentemente da crença racista de que  $q$  e ofereça  $q$  como evidência para  $p$  ao ser impelido a oferecer as credenciais epistêmicas de  $p$ . Da mesma forma, a crença de que  $p$  não será uma instância de crença justificada. Mesmo que o sujeito ofereça  $q$  como evidência para  $p$ , a crença de que  $p$  será injustificada, dado que crenças formadas com base em preconceito são injustificadas. Independentemente do valor-verdade da proposição da crença na premissa e da proposição da crença na conclusão, se, no início de um episódio de raciocínio, a crença de que  $q$  for injustificada e o sujeito inferir apropriadamente  $p$  de  $q$ , a crença de que  $p$  será igualmente injustificada ao final do processo de inferência.

Igualmente, se a crença de que  $q$  for justificada e o agente inferir adequadamente  $p$  de  $q$ , a crença de que  $p$  também será justificada. Imagine um caso bastante similar ao anterior, no entanto, agora, a crença de que  $q$  é formada com base na percepção. Portanto, a crença de que  $p$  será um caso de crença justificada, uma vez que a crença que a sustenta,  $q$ , é resultado de um método confiável de formação de crenças, isto é, um método produtor de mais crenças verdadeiras do que falsas. De modo análogo, se a crença de que  $q$  for justificada com base em *boas evidências* e o agente infira apropriadamente  $p$  de  $q$ , é bastante plausível que a crença de que  $p$  esteja justificada. A ideia geral é bastante simples: ter crença justificada na premissa é condição *necessária* para possuir crença justificada na conclusão inferida com base nessas premissas. Se a conclusão  $p$  é justificada e o agente infere  $p$  de  $q$ , então a premissa  $q$  é justificada também.<sup>11</sup> Com justificação nas premissas e validade, podemos, portanto, expandir nosso conjunto de crenças justificadas por meio de inferências.

E o conhecimento? Alguns casos sugerem que não é possível estendê-lo apenas com justificação nas premissas. Um sujeito pode crer que  $q$  com excelente justificação e inferir  $p$  de  $q$ , porém não vir a saber que  $p$ . Imagine que você veja algo que lhe parece ser uma ovelha no campo e forme a crença de que  $q$ , <há uma ovelha na minha frente>. Com base em  $q$ , você forma a crença verdadeira de que  $p$ , <há um animal no campo>.<sup>12</sup> Contudo,  $q$  é falsa; embora aquilo pareça ser uma ovelha, é um brinquedo em formato de ovelha. Felizmente,  $p$  é verdadeira: há um cachorro naquele campo, atrás de um arbusto, fora do seu campo de visão. Intuitivamente, a crença de que  $p$  não é um item de

---

<sup>11</sup> Estamos supondo que, durante o processo inferencial, o agente manterá a crença em  $q$ .

<sup>12</sup> A versão original deste caso é oferecida por Chisholm (1989).

conhecimento, pois bastaria que apenas alguns fatores fossem diferentes para a crença na conclusão ser falsa. Mesmo que a crença de que  $p$  seja verdadeira, apenas justificação nas premissas não é suficiente para adquirir conhecimento na conclusão. Se o agente não souber que  $q$  ao inferir  $p$  de  $q$ , é plausível que ele não saiba que  $p$ .

De modo similar à justificação, se a crença de que  $p$  é um item de conhecimento e o agente inferir  $p$  de  $q$ , a crença de que  $q$  também é uma instância de conhecimento. Suponha um caso análogo ao anterior, no entanto, agora você está diante de uma ovelha genuína e, com base nessa experiência perceptual, forma a crença de  $q$ , <há uma ovelha na minha frente>. A partir de  $q$ , você forma a crença de que  $p$ , <há um animal no campo>. Esse é um caso de conhecimento inferencial. E não apenas a conclusão é uma instância de conhecimento, como a premissa também um exemplo de conhecimento (perceptual) (cf. Audi, 2011). Ao compararmos este caso e o anterior, evidencia-se que possuir conhecimento na premissa é condição *necessária* para possuir conhecimento na crença inferida com base nessa premissa. Se a crença de que  $p$  é um item de conhecimento e o agente infere apropriadamente  $p$  de que  $q$ , então esse agente sabe que  $q$ .

Esses casos, tanto os de extensão de crença justificada, quanto os de conhecimento, salientam uma característica distintiva das inferências: o status epistêmico, seja a justificação, seja o conhecimento, é *transmitido* das crenças nas premissas para a crença na conclusão. Audi (2011), ao explicar casos de justificação e de conhecimento inferencial, alega que

inferência não é uma fonte básica de justificação ou de conhecimento, mas os *transmite* e, portanto, *estende-os*, em circunstâncias apropriadas, a partir de uma ou mais premissas até a conclusão inferida a partir delas. Nós podemos estender nossas [crenças justificadas] e conhecimento por inferência, mas parece que se não começarmos com [crença justificada ou conhecimento], [a] inferência, diferente da percepção, não pode [nos fornecê-los]. [...] [I]nferências não *criam* justificação ou conhecimento quando, porque nem conhecemos, nem temos justificação para nossa[s] premissa(s), não há por onde começar.<sup>13</sup> (Audi, 2011, p. 184, ênfases do autor)

Isso significa que inferências seriam fontes secundárias de justificação e de conhecimento, pois todo o status epistêmico transmitido de uma premissa para uma

---

<sup>13</sup> No original, em inglês: “[...] inference is not a basic source of justification or knowledge, but rather *transmits* and thereby *extends* them, in appropriate circumstances, from one or more premises to the conclusion inferred from them. We can extend our justification and knowledge by inference, but it appears that if we have none to start with, inference, unlike perception, can give us none. [...] inferences [...] do not *create* justification or knowledge when, because we neither know nor have justification for our premise(s), there is none to start with.” (Audi, 2011, p. 184).

conclusão dependeria, primariamente, de a crença na premissa estar justificada e ser conhecida por meio da percepção, da memória, da introspecção e da intuição racional. A inferência, por si só, não poderia gerar status epistêmico; apenas transmitir o status originado em outra fonte.

O caráter transmissor da inferência em relação à justificação e ao conhecimento pode ser identificado por meio de princípios epistêmicos de contrafecho de justificação e de conhecimento. Entretanto, antes de prosseguirmos para a discussão principal desse capítulo sobre os princípios epistêmicos de contrafecho e, especificamente, sobre o princípio de contrafecho do conhecimento, é necessário definirmos algumas noções mencionadas nos parágrafos anteriores. Ter clareza sobre os seus significados auxiliará a compreender os supostos casos de conhecimento inferencial a partir de crença falsa e as estratégias argumentativas empregadas para responder a esse desafio.

## 1.2 NOÇÕES BÁSICAS

Conforme a concepção clássica do conhecimento proposicional, conhecimento é crença verdadeira e justificada. Essa definição pretendia ser uma verdade conceitual ao estipular condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para analisar o conceito ‘conhecimento’. Contudo, essa não é uma análise *suficiente* do conhecimento, pois, conforme argumentado por Gettier (1963), ao assumir-se uma concepção *falível* de justificação epistêmica, haverá instâncias de crença verdadeira e justificada que não são instâncias de conhecimento. Em função disso, surge o *problema de Gettier*: um problema filosófico que objetiva oferecer condições necessárias e suficientes para analisar o conceito de conhecimento e para evitar a *gettierização*. Embora o problema do conhecimento inferencial a partir de crença falsa relacione-se de forma direta como o problema de Gettier, não é necessário assumirmos qualquer posição nesse debate.<sup>14</sup> Mesmo que não haja consenso na literatura epistemológica sobre o conhecimento ser ou um conceito primitivo, ou um conceito analisável em noções mais simples, o desafio posto pela hipótese do conhecimento via crença falsa permaneceria, uma vez que isso ameaçaria teses assumidas tanto por quem aceita que o conhecimento é primitivo, quanto por quem se compromete com uma análise do conhecimento.<sup>15</sup> Independentemente da

---

<sup>14</sup> Para uma introdução atualizada sobre as principais tentativas de solucionar o problema de Gettier, veja Fett (2019).

<sup>15</sup> Para informações sobre o conhecimento ser ou um conceito primitivo ou não-primitivo, veja Williamson (2000). Para literatura sobre o impacto do conhecimento a partir de falsidade a teses epistemológicas, veja Arnold (2013) e Klein (2008). Para literatura sobre ceticismo acerca desse impacto, veja Littlejohn (2016).

nossa resposta ao problema de o conhecimento ser primitivo ou analisável, é imprescindível, no entanto, compreender duas das condições necessárias da análise tradicional do conhecimento: a condição de crença e a condição de justificação. O esclarecimento sobre essas noções, especialmente a noção de crença, será extremamente útil para compreendermos uma das respostas ao problema do conhecimento via falsidade. Após esclarecermos essas condições, explicaremos duas maneiras a partir das quais uma premissa e uma conclusão podem estar relacionadas: por meio da relação de essencialidade epistêmica e de sobredeterminação epistêmica.

### 1.2.1 Crença

Se nós sabemos vários fatos sobre o mundo e sobre nós, é necessário que tenhamos várias crenças a respeito do mundo e de nós mesmos. Parece ser um erro asserir que sabemos que  $p$ , e não acreditamos que  $p$ . A ideia é a de que conhecimento implica crença: necessariamente, se um agente sabe que  $p$ , então ele crê que  $p$ . Alguém poderia objetar essa implicação, argumentando que os sujeitos, às vezes, asserem <eu não creio que  $p$ , eu sei que  $p$ >. Conhecimento, portanto, não implicaria crença. Entretanto, conforme aponta Feldman (2003), asserções com essa forma refletem apenas o emprego equivocado da linguagem: o agente não está dizendo que sabe que  $p$ , mas não crê que  $p$ . Ele está asserindo algo mais forte: o estado no qual ele se encontra não é apenas uma situação na qual ele crê que  $p$ ; é um estado no qual ele *sabe* que  $p$ .<sup>16</sup> Crença, neste sentido, é uma atitude doxástica na qual um agente compromete-se com a verdade de uma proposição. Suponha que um agente creia que o movimento da Terra ao redor do Sol é elíptico. Crer nisso significa considerar a proposição-alvo como verdadeira, isto é, considerar que o mundo é conforme o indicado pela crença.<sup>17</sup> Nós acreditamos em várias proposições e as crenças mantidas através do tempo estão armazenadas na nossa memória.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Embora seja quase um consenso na literatura que conhecimento implica crença, alguns autores rejeitam essa implicação. Michael Veber (2014), por exemplo, argumenta que há um tipo de conhecimento segundo o qual essa relação de implicação não ocorre. Para ele, haveria dois tipos de conhecimento: o *proposicional* e o *doxástico*: este assumiria a concepção clássica de conhecimento implicando crença; aquele, que há conhecimento sem crença. Independentemente de haver alguma discordância, ainda que mínima, sobre essa implicação, assumiremos que conhecimento implica crença.

<sup>17</sup> Estamos supondo que crença é um estado absoluto, isto é, não é um estado gradual: agentes não creem com mais força ou com menos força em algumas proposições. Essa não é, no entanto, uma posição unânime na literatura. Alguns autores argumentam que há um estado gradual similar ao de crença, denominado de *credences* (graus de crença). Essa disputa, entretanto, não afetará a nossa investigação. Para mais informações sobre essa discussão, veja Elizabeth G. Jackson (2020).

<sup>18</sup> Para mais informações sobre crenças, veja Schwitzgebel (2019, 2011).

No entanto, alguns autores sugerem que há estados de crenças distintos, como crença ocorrentes crença disposicional e disposição para crer. Crenças ocorrentes estão relacionadas a proposições entretidas pelo agente, de tal modo que ele as considera no momento atual ou que podem orientar o pensamento e a ação (cf. Harman, 1986, p. 14). Podemos ter a crença de que o Sol nasce toda manhã, estarmos conscientes acerca desse conteúdo e empregá-la para conduzir as nossas ações – por exemplo, acordar às 6 a.m. e preparar um café. Como crenças armazenadas na memória podem ser trazidas à consciência e guiar o pensamento e a ação, também é plausível que sejam crenças ocorrentes. A discussão sobre outros estados de crença, no entanto, é um pouco nebulosa. Fumerton (1976), por exemplo, define a crença disposicional como uma crença que seria ocorrente caso o agente entretinha a proposição relevante.<sup>19</sup> Ou seja, seriam proposições para as quais o agente está inclinado a formar crença. Por exemplo, estamos inclinados a formar a crença de que 2 é maior do que 1; é necessário apenas estarmos em posse dos conceitos relevantes e refletirmos a respeito do valor-verdade da proposição.

Audi (1994) discordaria da definição de Fumerton. O que este define como crença disposicional, aquele define como *disposição para crer*. Estamos dispostos a crer que 553 é maior do que 552, mesmo que nunca tenhamos entretido essa proposição. Para Audi (1994, p. 419-421), crenças disposicionais são crenças não-ocorrentes armazenadas na memória. Por exemplo, ao dialogar com um amigo, podemos formar a crença de que uma ambulância passou na avenida. O *input* para a formação dessa crença seria a sirene do veículo. Essa crença não seria ocorrente, alegaria Audi, pois não estaríamos considerando esse conteúdo durante a conversa. Isso não implica, entretanto, que o agente possua *apenas* uma crença ocorrente. Plausivelmente, estamos entretendo diversas proposições ao argumentarmos a favor ou contra uma tese, por exemplo.

Para elucidar as noções de crença ocorrente, disposicional e disposição para crer, Audi (1994, p. 420) propõe uma analogia com um computador. Nossas crenças ocorrentes seriam correspondentes às informações projetadas no monitor do computador. As crenças disposicionais, por sua vez, seriam as informações armazenadas na memória e que não estão sendo projetadas. Bastaria apenas alguns cliques para elas virem à tela principal. Por fim, as disposições para crer seriam as informações que esse computador poderia

---

<sup>19</sup> Especificamente, Fumerton (1976, p. 565) define crença disposicional da seguinte forma: “S crê disposicionalmente que  $p$  = df. S creria (de modo ocorrente) que  $p$  se considerasse [ $p$ ].”. No original, em inglês: “S dispositionally believes  $P$  =df. S would believe (occurently)  $P$  if he were to consider it.”.

fornecer-nos, embora não estejam nem armazenadas na memória, nem projetadas na tela principal.

Além desses três estados de crenças, Harman (cf. 1986, p. 13-14) alega que também há crenças *implícitas* e *explícitas*: estas são definidas em função de o conteúdo proposicional da crença ser uma representação mental, isto é, estar registrado no cérebro ou na mente. Por exemplo, a crença de que  $2 + 2 = 4$  é explícita, uma vez que há uma representação da proposição  $\langle 2 + 2 = 4 \rangle$  no cérebro ou na mente do agente; aquelas, por sua vez, são definidas por serem não-explícitas, isto é, não há representação mental do conteúdo proposicional, embora a proposição-alvo possa ser inferida das crenças explícitas. Por exemplo, a partir de alguma das nossas crenças explícitas, poderíamos crer, *de modo implícito*, que leões não voam. Um dos pontos interessantes a respeito desses tipos de crença é como elas se relacionam com as crenças ocorrentes e com as disposicionais. Para isso, suponha que a definição de crença ocorrente e de crença disposicional sugerida por Audi é verdadeira. Uma crença pode ser *ocorrentemente* ou *disposicionalmente* explícita. Uma vez que haja representação mental da proposição no cérebro ou na mente do agente, o que determinará a ocorrência ou a disposicionalidade da crença será a capacidade do agente de trazer esses conteúdos à consciência. Por outro lado, ser ocorrente ou ser disposicional não seriam propriedades atribuíveis às crenças implícitas, uma vez que não há representação mental da proposição.<sup>20</sup>

Essas distinções sobre os estados de crenças ocorrente, disposicional e disposição para crer, especificamente, parecem ser, ao fim e ao cabo, uma questão terminológica. É plausível supor que Fumerton caracteriza crenças disposicionais dessa forma apenas para evitar o circunlóquio de dizer ‘disposição para crer’. Conforme definida por Audi, a noção de crença disposicional pode ser problemática: é difícil enxergarmos a utilidade teórica desse conceito, se aceitarmos que crenças armazenadas na memória também são ocorrentes.<sup>21</sup> Não é necessário, entretanto, assumir qualquer uma dessas posições, seja a de Audi, seja a de Fumerton. Como os críticos da tese de que há conhecimento a partir de crença falsa empregam as noções de disposição para crer e crença disposicional, de crença implícita e explícita conforme definidas por Audi e Harman, respectivamente, para argumentar a favor de suas posições, é imprescindível termos clareza acerca dessas noções ao avaliar o argumento desses autores.

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre a natureza da crença, veja Schwitzgebel (2019, 2011).

<sup>21</sup> Esses pontos foram feitos por Claudio de Almeida no Seminário de Epistemologia de 2020 do PPG em Filosofia da PUCRS.

### 1.2.2 Justificação Epistêmica

Além de ser um tipo elevado de crença, o conhecimento é factivo. Necessariamente, se um agente sabe que  $p$ ,  $p$  é verdadeira. Um agente não pode saber algo que é falso. Os gregos antigos acreditavam que a Terra estava no centro da Via Láctea, mas eles não sabiam isso: mesmo que houvesse excelentes razões apoiando essa crença, é falso que a Terra estava no centro da Via Láctea. Conhecimento requer, portanto, que a proposição-alvo seja verdadeira.

Formar crença verdadeira é suficiente para adquirir conhecimento? Se fosse verdadeiro que o número de estrelas no universo é par e um agente formasse a crença nesse conteúdo com base em um palpite, alegaríamos que ele *sabe* que o número de estrelas no universo é par? Plausivelmente, não, pois conhecimento parece ser um estado no qual a crença de um agente está conectada *apropriadamente* aos fatos relevantes. Nosso agente está conectado ao fato relevante, embora não de modo adequado, isto é, a conexão entre a crença e o fato deve-se à sorte. A situação seria diferente se, por hipótese, ele viesse a crer que o número de estrelas no universo é par com base na leitura de artigos científicos de astronomia ou no testemunho de astrônomos. Essa relação apropriada entre uma crença e o fato é devida à *justificação epistêmica*.<sup>22</sup>

Justificação, conforme sugerido nessa explicação tradicional, é o fator que torna a crença verdadeira em conhecimento. Isto é, é uma propriedade *epistemizadora* da crença-alvo, um indicador da verdade da crença. Tal justificação é *epistêmica* pois está direcionada à produção e à aquisição de conhecimento e de outros bens epistêmicos.<sup>23</sup> No entanto, em vez da justificação, Plantinga (1993), por exemplo, sugere que a propriedade ‘aval epistêmico’ (*warrant*) é o conversor da crença verdadeira em conhecimento. Independentemente de qual propriedade transforme a crença verdadeira em conhecimento, a reflexão sobre justificação epistêmica continua imprescindível, pois, além de estarmos interessados em adquirir conhecimento, também estamos preocupados

---

<sup>22</sup> Justificação epistêmica, contudo, não é a única maneira de interpretar a relação adequada entre uma crença e um fato. No último capítulo, examinaremos as condições da sensibilidade e da segurança, duas condições alternativas para interpretar essa conexão apropriada que torna uma crença verdadeira em conhecimento.

<sup>23</sup> Um agente pode ter uma crença justificada de modo *prudencial* ou *moral*. No entanto, não é óbvio que fatores prudenciais ou morais sejam indicadores da verdade e, portanto, possam tornar uma crença verdadeira em conhecimento. O agente pode estar justificado ao formar crença com base em interesses práticos ou morais, mas não é óbvio que esteja *epistemicamente justificado*. Como quase tudo em filosofia, há alguns autores que creem que fatores morais ou pragmáticos podem se infiltrar na avaliação epistêmica de crenças. Para mais informações, veja Fantl & McGrath (2009) e Basu (2019).

em crer *justificadamente*, isto é, formar crenças em conformidade com alguns padrões epistêmicos de avaliação. Crenças formadas com base na evidência disponível ou por meio de um método confiável são maneiras de atribuir justificção epistêmica a tais estados, porque esses fatores são indicadores de formação de crença apropriada. Seja como fator conversor da crença verdadeira em conhecimento, seja como satisfação de normas epistêmicas de avaliação, a justificção epistêmica é uma propriedade que confere *status epistêmico positivo* às crenças por meio evidências (crenças ou experiências) ou por meio de processos confiáveis de formação de crenças, isto é, crenças e experiências, enquanto itens evidenciais, ou processos de formação de crença confiáveis são os fatores que justificam epistemicamente nossas crenças.<sup>24</sup>

Para uma compreensão adequada da justificção epistêmica, é necessário distinguirmos entre justificção *proposicional* e justificção *doxástica*. A justificção proposicional é uma propriedade atribuível às *proposições* e confere ao agente permissão para vir a crer nessas proposições. Isto é, se um agente possui justificção proposicional para *p*, ele possui *justificção para crer que p*. Os fatores determinantes de quando uma proposição está justificada de modo proposicional são ou os conteúdos proposicionais de estados de crença do agente, ou proposições disponíveis ao agente (que são conteúdos de outros estados mentais ou que estão relacionadas aos estados mentais do agente<sup>25</sup>), além de experiências sem conteúdo proposicional (cf. Klein, 1981, 2008).<sup>26</sup> Esses conteúdos proposicionais são, por conseguinte, a base evidencial de uma proposição, ou seja, eles são indicadores da verdade da proposição-alvo. Justificção doxástica, por outro lado, é uma propriedade atribuível à *crença*, cujo conteúdo proposicional desse estado é justificado de modo proposicional e a crença nesse conteúdo é causada pelos fatores que conferem justificção proposicional à proposição. Isto é, a crença de que *p* é *justificada de modo doxástico* se, e somente se, *p* possui uma base epistêmica apropriada e é causada por essa base. Se a crença de que *p* de um agente é doxasticamente justificada, ele crê justificadamente que *p*. Em função disso, necessariamente, justificção doxástica implica justificção proposicional, mas o inverso não é verdadeiro: justificção proposicional não

---

<sup>24</sup> Para mais informações sobre a discussão acerca da natureza da justificção, veja Goldman (1979) e Conee & Feldman (2004).

<sup>25</sup> Isto é, proposições disponíveis por meio de lembranças ou de disposições para crer.

<sup>26</sup> Não é necessário assumirmos qualquer posição referente às disputas sobre a estrutura da justificção. A discussão sobre a possibilidade de conhecimento via crença falsa é neutra o suficiente para não precisar se comprometer seja com o fundacionismo, seja com o coerentismo, seja com o infinitismo. Por isso, não é problemático assumirmos que experiências sejam a base de algumas crenças.

implica justificação doxástica. Um agente pode ter justificção proposicional para crer que  $p$  e formar a crença por outros fatores ou sequer formar crença.

Um exemplo pode ajudar na apreensão desses conceitos. Imagine dois detetives, Sherlock Holmes e Dr. Watson, investigando a cena de um assassinato. Na cena do crime, há várias evidências indicando que  $p$ , <o mordomo é o culpado>. Holmes, por ser um exímio de investigador, apenas forma crenças com base em evidências e nesse caso não é diferente: ele forma a crença de que o mordomo é o culpado com base na evidência disponível. Watson, por outro lado, permite que fatores não-epistemicamente apropriados influenciem seus julgamentos. Ele possui acesso às mesmas evidências que sustentam a crença de Holmes e crê que o mordomo é o culpado, entretanto, essa crença é causada pelo seu preconceito para com os mordomos, não pela evidência disponível.<sup>27</sup> Plausivelmente, a atitude epistêmica de Watson é repreensível, pois a sua crença de que  $p$  não é causada pelos fatores que conferem status epistêmico à crença, embora esses fatores estejam disponíveis a ele. Watson não crê justificadamente que  $p$ , embora possua justificção para crer que  $p$ . Ou seja, Watson possui justificção proposicional, mas não justificção doxástica. Sherlock Holmes, por outro lado, está no melhor cenário possível, pois a sua crença de que  $p$  é causada pelos itens epistemizadores de  $p$ . Holmes, diferentemente de Watson, não possui apenas justificção proposicional, mas também justificção doxástica.

Por fim, para um entendimento completo da justificção epistêmica, também é necessário esclarecer a noção de *falibilismo*: é a tese segundo a qual um agente pode ter excelente justificção para crer que  $p$ , entretanto,  $p$  pode ser falsa. Em outras palavras, não é necessário que os justificadores de uma proposição,  $p$ , *impliquem*  $p$ : as proposições justificadoras podem ser verdadeiras, enquanto as proposições justificadas podem ser falsas. A principal motivação para o endosso dessa tese é acomodar os fatos de que possuímos bastante conhecimento e de que nossas capacidades cognitivas não são imunes ao erro. Uma fonte confiável pode testemunhar uma falsidade, assim como podemos ter uma experiência perceptual não-condizente aos fatos. Plausivelmente, a possibilidade de erro não nos demoveria do estado de conhecimento. Sob uma perspectiva geral, o endosso ao falibilismo reflete uma tentativa de teorização sobre propriedades epistêmicas, preservando o fato de que as nossas capacidades cognitivas são compatíveis com a possibilidade de erro. Por outro lado, uma concepção *infallibilista* sobre justificção (e

---

<sup>27</sup> A versão original desse caso é encontrada em Firth (1978, p. 218).

sobre conhecimento) é a tese de que os justificadores de  $p$  *garantem* a verdade de  $p$ . Dito de outro modo, se  $q$  é um justificador para  $p$ ,  $p$  não pode ser falsa. Sob a perspectiva infalibilista de justificação epistêmica, os justificadores de  $p$  eliminam a possibilidade de  $p$  ser falsa. Neste ensaio, assumiremos o falibilismo acerca da justificação epistêmica devido a sua compatibilidade com as nossas intuições pré-teóricas de senso comum sobre propriedades da justificação (e do conhecimento).<sup>28,29</sup>

### 1.2.3 Essencialidade e Sobredeterminação Epistêmica

Se um agente sabe inferencialmente que  $p$  unicamente com base em  $q$ , qual é a relação instanciada entre  $p$  e  $q$ ? Agora, se o conhecimento de que  $p$  é baseado nas crenças de que  $q$  e  $r$ , ambas independentes entre si, qual é a relação de  $p$  com  $q$  e  $r$ ? A relação instanciada entre as crenças é de *essencialidade* no primeiro caso, enquanto é de *sobredeterminação* (*overdetermination*) no segundo.

A crença de que  $p$  é sobredeterminada se, e somente se, há, pelo menos, duas crenças,  $q$  e  $r$ , independentes entre si que são individualmente suficientes para a base causal e/ou evidencial da crença de que  $p$  (cf. Klein, 2008, p. 29-31). A primeira parte da definição refere-se à sobredeterminação causal; a segunda, à sobredeterminação evidencial. Um exemplo pode auxiliar a compreensão dessas noções. Ligar a válvula de duas torneiras, uma de água quente e outra de água fria, é *causalmente* suficiente para a liberação de água corrente.<sup>30</sup> Plausivelmente, seria suficiente ligar apenas uma das torneiras para a água ser liberada. De forma similar, crenças (e outros estados doxásticos) podem ser causalmente sobredeterminadas por outras crenças ou pelas experiências do agente. Sobredeterminação evidencial, por outro lado, é a existência de dois fatores evidenciais independentes entre si capazes de conferir justificação proposicional à proposição-alvo. A proposição <há alguém na festa> pode ser justificada tanto por <S está na festa>, quanto por <S' está na festa>. Ou seja, ambas as proposições conferem excelente suporte evidencial de modo independente à proposição de que há alguém na festa.

---

<sup>28</sup> O infalibilismo sobre justificação (e conhecimento) é uma concepção clássica na história da epistemologia, defendida, especialmente, por Descartes (2016). Para versões contemporâneas de infalibilismo, veja Williamson (2000), Dretske (1971).

<sup>29</sup> Para uma excelente discussão sobre o falibilismo da justificação, veja Reed (2012) e Dougherty (2011). Embora alguns autores, como Stewart Cohen (1988), por exemplo, sugiram que o falibilismo seja endossado pela maioria dos epistemólogos contemporâneos, novas propostas de infalibilismo bastante instigantes surgiram na literatura. Para mais informações sobre essas propostas, veja Dretske (1971) e Dutant (2016).

<sup>30</sup> Esse exemplo é atribuído a Ernest Sosa por Klein (2008).

Uma crença,  $q$ , é essencial para a cognição de uma outra crença,  $p$ , se, e somente se, a base causal e o suporte evidencial para  $p$  provêm de  $q$  (cf. de Almeida, 2017).<sup>31</sup> Refletindo a respeito de casos de conhecimento inferencial, a crença de que  $q$  será essencial para a crença na conclusão de que  $p$ , pois, se a crença de que  $q$  fosse perdida, não haveria nem base causal, nem suporte evidencial para sustentar a crença de que  $p$ . Se você conclui que os criadores de *One Piece* e *Mr. Robot* são escritores competentes unicamente com base nas premissas de que *One Piece* e *Mr. Robot* são séries excelentes e, se são excelentes, então os criadores são competentes, então tais premissas são essenciais, pois a crença na conclusão é causada e justificada pelas crenças nas premissas.

Embora o endosso a essas noções seja pacífico na literatura, o emprego delas é controverso na discussão sobre a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa, especificamente, na hipótese de que crenças falsas podem ser essenciais de modo causal e evidencial no episódio de raciocínio. Isso ficará evidente na próxima seção ao explicarmos a ortodoxia sobre o conhecimento inferencial: a tese de que conhecimento nas premissas é condição necessária para a aquisição de conhecimento inferencial na conclusão.

### 1.3 PRINCÍPIO DE CONTRAFECHO DO CONHECIMENTO

Há algumas seções, argumentamos que inferências são fontes transmissoras de justificação e de conhecimento. Isto é, para uma conclusão ter a propriedade de ser justificada ou ser conhecida, a premissa da qual ela é deduzida também deve ter tais propriedades. Ao realizar uma inferência, um agente deve começar com crença justificada ou com conhecimento para terminar com crença justificada ou com conhecimento, respectivamente. Luzzi (2019), ao criticar as propriedades transmissoras da inferência, alega que

(i) o papel epistêmico da inferência é *transmitir* conhecimento e outros bens epistêmicos pré-existentes das premissas para a conclusão. [...] Como tal, [a inferência] serve para estender o nosso corpo de conhecimento. Mas, se não há conhecimento da premissa para ser transmitido em primeiro lugar, então nenhum conhecimento da conclusão pode ser obtido unicamente por inferência. A inferência é não-geradora epistemicamente: ela não pode criar bens epistêmicos *ex nihilo*.

(ii) na inferência, o pedigree epistêmico da sua conclusão não pode ser melhor do que o pedigree epistêmico das suas premissas. Conseqüentemente, se, em uma inferência de premissa única, não se tem conhecimento da premissa, então

---

<sup>31</sup> Neste contexto, ser essencial à cognição refere-se à essencialidade para a aquisição de conhecimento.

não se pode obter conhecimento da conclusão unicamente por inferência.<sup>32</sup> (Luzzi, 2019, p. 100, ênfases do autor.)

Se você deseja transferir água de um balde para outro, é necessário haver água no primeiro recipiente para a transferência ocorrer. Caso contrário, de onde viria a água a ser transferida para o segundo balde? A mesma situação ocorre com o conhecimento e, plausivelmente, outras propriedades epistêmicas em episódios de raciocínio. Algo similar ocorre em relação ao pedigree epistêmico da conclusão, isto é, ao status epistêmico da conclusão: um agente pode ter crença verdadeira justificada (embora não conhecida) na premissa e não ter conhecimento na conclusão inferida dessa premissa.<sup>33</sup>

Em função disso, parece haver duas condições necessárias para a aquisição de crença justificada e conhecimento inferencial: (i) crenças justificadas nas premissas são condição necessária para obtenção de crença justificada na conclusão inferida apenas com base nessas premissas e (ii) conhecimento nas premissas é condição necessária para a obtenção de conhecimento da conclusão inferida apenas com base nessas premissas. A primeira tese é o Princípio *Justificação a partir de Justificação* (JFJ); a segunda, o Princípio *Conhecimento a partir de Conhecimento* (KFK).<sup>34</sup> Como a hipótese de que há conhecimento a partir de crença falsa satisfaz o Princípio JFJ, examinaremos apenas as razões para aceitar o Princípio KFK.<sup>35</sup>

O Princípio KFK é uma tese bastante intuitiva, o que se evidencia pelo fato de ser aceita por grandes nomes da história da filosofia e por ser endossada por vários

---

<sup>32</sup> No original, em inglês: “The epistemic role of inference is to *transmit* knowledge and other pre-existing epistemic goods from premise(s) to conclusion [...]. As such, it serves to extend our body of knowledge. But if there is no knowledge of the premise to transmit in the first place, then no knowledge of the conclusion can be obtained solely by inference. Inference is epistemically non-generative: it cannot create epistemic goods *ex nihilo*. [...] In inference, the epistemic pedigree of one’s conclusion can be no better than the epistemic pedigree of one’s premise(s). Consequently, if in a single-premise inference one lacks knowledge of the premise, then one cannot obtain knowledge of the conclusion solely by inference.” (Luzzi, 2019, p. 100).

<sup>33</sup> Além disso, alguém poderia sugerir que há também outra propriedade transmissora da inferência: o conteúdo da conclusão já estaria contido no conhecimento das premissas e precisaria apenas ser desvelado. O nosso conhecimento de que Sócrates é mortal já estaria contido no nosso conhecimento de que todo ser humano é mortal e de que Sócrates é um ser humano. Essa explicação geralmente é empregada para definir argumentos dedutivos. Ela é problemática para explicar a validade de argumentos dedutivos e cremos que, pelas mesmas razões, também será problemática para explicar o caráter transmissor das inferências. Paralelamente ao que Susan Haack (1998, p. 38-39) argumenta em relação a argumentos dedutivos, a explicação de que o conteúdo da conclusão já estaria contido no conhecimento das premissas é falsa ou trivial. Se for interpretado literalmente, será falso, pois, embora o nosso exemplo anterior satisfaça essa explicação, a inferência  $\langle p, \text{portanto}, p \text{ ou } q \rangle$  não a satisfaz. Se  $\langle p \text{ ou } q \rangle$  é um caso de conhecimento inferencial com base em  $\langle p \rangle$ , qual a origem do status epistêmico do segundo disjuntivo? Se for interpretado metafóricamente, será trivial, pois se  $\langle p \text{ ou } q \rangle$  é um caso de conhecimento é porque esse conteúdo está implicitamente relacionado a  $\langle p \rangle$ .

<sup>34</sup> Respectivamente, ‘*Justification from Justification*’ e ‘*Knowledge from Knowledge*’, em inglês.

<sup>35</sup> Para mais informações sobre o Princípio JFJ, veja Murphy (2017).

epistemólogos contemporâneos. É, de modo geral, a ortodoxia acerca do conhecimento inferencial, inspirada, provavelmente, por Aristóteles.<sup>36</sup> Descartes, Locke, Kant e Russell são também exemplos de autores que, provavelmente, poderiam se comprometer com o Princípio KFK.<sup>37</sup> Contemporaneamente, também é endossada por Williamson (2007, p. 145) e Armstrong (1973, p. 152), por exemplo. Isso não impede, contudo, que tais autores possam estar massivamente enganados a respeito do Princípio KFK, pois teses implausíveis já foram historicamente aceitas e isso também poderia se aplicar a KFK.

Felizmente, há razões mais promissoras disponíveis. Uma delas é a capacidade de explicar casos famosos na literatura epistemológica. Em tais casos, não há disputa sobre a não-atribuição de conhecimento às premissas do agente, embora haja debate a respeito do que impede essas premissas de serem instâncias de conhecimento. O Princípio KFK pode explicar por que as *conclusões* inferidas dessas premissas não são itens de conhecimento. Imagine que um agente, após apostar na loteria e refletir sobre as probabilidades de ter o bilhete vencedor, creia que o seu bilhete não é o vencedor. Por hipótese, essa crença é verdadeira e justificada, mas não é um item de conhecimento. Embora a probabilidade de o bilhete ser o perdedor seja altíssima, ainda há uma pequena chance de o bilhete dele ser o vencedor, dado que a loteria é justa. Com base nessa premissa, ele conclui que não poderá comprar o ingresso para o show do Bob Dylan em Porto Alegre. Se a crença na conclusão foi formada apenas com base na premissa lotérica, é plausível que ele *não saiba* que não poderá comprar o ingresso para o show do Bob Dylan em Porto Alegre. Nesse cenário, em que o objeto de avaliação é a *crença na conclusão*, o Princípio KFK pode explicar por qual razão ela não é um item de conhecimento: a derivação ocorreu com base em uma premissa que não é uma instância de conhecimento. Se o agente formasse a crença de que o seu bilhete é o perdedor com base na leitura de um jornal indicando os vencedores da loteria, plausivelmente, ele saberia que não poderá comprar o ingresso para o show do Bob Dylan em Porto Alegre. O Princípio KFK, portanto, oferece uma explicação bastante plausível de por que não atribuímos conhecimento às crenças em conclusão derivadas de crenças que não são itens de conhecimento (cf. Borges, 2020, 2017).<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> A evidência para isso pode ser encontrada em (Aristóteles, 2016, 71a1) e (Aristóteles, 2016, 72a25-30).

<sup>37</sup> Para uma excelente discussão sobre KFK em relação a esses autores, veja Borges (2017).

<sup>38</sup> Rodrigo Borges (2020, 2017) é um dos defensores de uma versão do Princípio KFK. A diferença entre a tese defendida por ele e a que estamos argumentando aqui subjaz na noção de *dependência epistêmica*. Grosso modo, a tese da dependência epistêmica refere-se à relação causal e evidencial instanciada entre uma premissa e uma conclusão derivada dessa premissa. Casos de sobredeterminação epistêmica, por

O Princípio KFK também oferece uma explicação para a ausência de conhecimento nos casos Gettier originais (cf. Gettier, 1963). Tais casos instanciam o falibilismo e o fecho epistêmico da justificação – este é, grosso modo, a tese de que a justificação é fechada sob implicação lógica. Na proposta de Gettier, um agente crê justificadamente em uma proposição falsa,  $q$ , e, com base nisso, forma uma crença verdadeira e justificada,  $p$ , que não é um caso de conhecimento. A crença de que  $p$  é um caso de crença justificada, pois é uma consequência lógica da crença justificada de que  $q$ . O caso inferencial da ovelha, apresentado há algumas seções, exemplifica essa estrutura. A explicação do Princípio KFK de por que os casos Gettier originais não são instâncias de conhecimento é simples e elegante: a crença verdadeira e justificada é derivada essencialmente a partir de premissas que não são itens de conhecimento (cf. Borges, 2020, 2017). Alguém poderia objetar que o Princípio KFK não oferece uma explicação *total* do fenômeno da gettierização, uma vez que há casos Gettier não-inferenciais e que, por definição, estão fora da jurisdição de KFK. Embora essa crítica tenha algum apelo, isso não enfraquece o poder explanatório do Princípio KFK face aos casos Gettier originais.<sup>39</sup>

Tais razões oferecem um apoio *prima facie* ao Princípio KFK. Obviamente, todas podem ser objeto de disputa, uma vez que algum interlocutor pode não ser convencido por elas. No entanto, esses são pontos menores. As maneiras mais instigantes de criticar teses como o Princípio KFK é oferecer contraexemplos a sua necessidade. Para realizar esse empreendimento, é necessário oferecermos uma formulação adequada à ideia principal dessa posição. Luzzi (2019) e Fitelson (2017) sugerem as seguintes redações:

Contrafecho do Conhecimento (KCC): Necessariamente, se (i) S crê que  $q$  apenas com base na inferência competente a partir de  $p$ , e (ii) S sabe que  $q$ , então S sabe que  $p$ .<sup>40</sup> (Luzzi, 2019, p. 5)

Contrafecho do [Conhecimento]: Se S infere de modo competente Q da sua crença de que P, (desse modo) vindo a saber que Q (via inferência), então S sabia que P (e manteve o conhecimento de que P durante a inferência).<sup>41</sup> (Fitelson, 2017, p. 313)

---

exemplo, não satisfazem a tese da dependência. No capítulo seguinte, discutiremos com mais detalhes a proposta de Borges. Por ora, essa pequena diferença não interferirá na argumentação a ser desenvolvida.

<sup>39</sup> Além da possibilidade de explicar casos controversos da literatura epistemológica, o Princípio KFK também é implicado por e compatível com várias teses epistemológicas, como, por exemplo, a tese de que toda evidência é conhecimento ( $E = K$ ), a teoria da anulabilidade de Klein e a teoria das virtudes de Sosa (cf. Borges, 2020, 2017). O endosso a uma dessas propostas é uma razão em favor do Princípio KFK.

<sup>40</sup> No original, em inglês: “Knowledge Counter-Closure (KCC): Necessarily, if (i) S believes  $q$  solely on the basis of competent inference from  $p$ , and (ii) S knows  $q$ , then S knows  $p$ .” (Luzzi, 2019, p. 5).

<sup>41</sup> No original, em inglês: “Counter Closure (KCC). If S competently deduces Q from her belief that P, (thereby) coming to know Q (via deductive inference), then S knew that P (and she maintained her knowledge of P throughout the inference).” (Fitelson, 2017, p. 313).

Apesar de as formulações serem diferentes, a ideia principal do Princípio KFC está mantida: conhecimento nas premissas é condição necessária para a obtenção de conhecimento da conclusão derivada dessas premissas. Além disso, a restrição do escopo do princípio a *inferências de premissa única* não é gratuita, pois é motivada por uma restrição já feita pela literatura relevante e proporciona trabalhar com um escopo mais delimitado e, portanto, mais simples de inferências. Não apenas isso, mas a redação proposta por Fitelson, diferentemente da de Luzzi, evidencia que, para o KCC ser satisfeito, o conhecimento da premissa deve ser mantido durante o episódio de raciocínio. Isso impede os críticos de KCC de oferecerem argumentos segundo os quais um agente infere  $p$  a partir de  $q$ , mas, por algum motivo, esquece que  $q$  – e, portanto, não sabe que  $q$  – durante o processo inferencial. A formulação de Luzzi, por outro lado, exclui casos de sobredeterminação evidencial da conclusão como supostos contraexemplos ao KCC e casos segundo os quais a crença-alvo é justificada de modo inferencial e não-inferencial, ambos independentes entre si (cf. Luzzi, 2019).

Embora a formulação do princípio chame-se ‘contrafecho do conhecimento’, isso não significa que haja qualquer tensão ou oposição aos princípios de *fecho*. Grosso modo, princípios de fecho referem-se à tese de que algumas propriedades epistêmicas são fechadas sob implicação lógica. No caso do princípio do *fecho do conhecimento*, é a tese de que o conhecimento é fechado sob implicação lógica, isto é, se  $p$  é uma consequência lógica de  $q$  e você sabe que  $q$ , então você sabe que  $p$ . A ideia é que conhecimento na premissa é *condição suficiente* para aquisição de conhecimento inferencial da conclusão derivada dessa premissa.<sup>42</sup> O princípio de contrafecho do conhecimento, por outro lado, é a ideia de que conhecimento na premissa é *condição necessária* para a obtenção de conhecimento inferencial da conclusão derivada dessa premissa. Em função disso, o ‘contrafecho’ refere-se apenas a uma mudança na direção da análise da inferência, cujo foco de avaliação é a necessidade do conhecimento, em vez da suficiência (cf. Luzzi, 2019).

Conforme explicamos há algumas seções, o conhecimento é factivo. Em função da factividade do conhecimento, o KCC implica a seguinte tese:

---

<sup>42</sup> Para mais informações sobre a vasta discussão envolvendo princípios de fecho epistêmico, veja Dretske (1970) e de Almeida (2018, 2020).

*Sem-Premissa-Falsa*: necessariamente, se (i) S crê que  $q$  apenas com base na dedução competente a partir de  $p$ , e (ii) S sabe que  $q$ , então  $p$  é *verdadeira*. (Luzzi, 2019, p. 8, ênfase do autor)<sup>43</sup>

Como o conhecimento é factivo, necessariamente, se um agente sabe que  $p$ , então  $p$  é verdadeira. Esse princípio acomoda essa intuição. Uma tese mais fraca do que KCC, então, é a ideia de que a premissa deve ser verdadeira para um agente adquirir conhecimento inferencial derivado dessa premissa. Em função disso, a premissa da qual a conclusão-alvo é derivada deve ser, no mínimo, verdadeira para avaliarmos se essa conclusão pode ser uma instância de conhecimento. A consequência disso é que uma conclusão derivada de *premissa falsa* não pode ser um item de conhecimento, uma vez que tal conclusão sequer satisfaz os padrões básicos de avaliação de casos inferenciais. De modo geral, crenças falsas em episódios de raciocínios seriam elementos supressores de conhecimento. No entanto, apenas isso não é suficiente para iluminar o papel epistêmico que crenças falsas podem desempenhar em raciocínios. Explicaremos isso na próxima seção.

#### 1.4 CRENÇAS FALSAS E RACIOCÍNIO

Trivialmente, uma crença falsa pode auxiliar na aquisição de conhecimento. Imagine que um agente creia falsamente que não há mais café na cafeteira e, em função disso, decida ir até a cafeteria mais próxima comprar um expresso. Ao chegar lá, ele vê a tabela de preços e forma a crença justificada de que o expresso custa cinco reais. Plausivelmente, ele sabe o valor do expresso. O interessante em casos como esse é o fato de que a crença falsa é um elemento central na cadeia causal de eventos até a formação da crença-alvo e, mesmo assim, o agente adquire conhecimento. Por hipótese, se o agente não tivesse a crença falsa sobre a ausência de café na cafeteria, ele não iria até a cafeteria e não viria a saber o preço do expresso. Essa crença falsa é um fator facilitador, em vez de um fator supressor, de bens epistêmicos. Essa é uma maneira trivial na qual uma crença falsa pode contribuir na obtenção de conhecimento porque a base causal e evidencial da crença-alvo é a experiência perceptual da leitura da tabela de preços, e não a crença falsa.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> No original, em inglês: “*No-False-Premise*: Necessarily, if (i) S believes  $q$  solely on the basis of competent inference from  $p$ , and (ii) S knows  $q$ , then  $p$  is *true*.” (Luzzi, 2019, p. 8).

<sup>44</sup> Essa explicação é oferecida por Hawthorne & Rabinowitz (2017).

Ainda há outro modo segundo o qual uma crença falsa pode ser um elemento não supressor de conhecimento. Considere o seguinte exemplo:

Suponha que eu esteja doxasticamente justificado a crer que Havit possui um Ford (o que é verdadeiro) e esteja justificado a crer que Nogot possui um Ford (o que é falso). Com base nessas duas premissas, eu infiro, e, portanto, venho a saber, que alguém na minha sala possui um Ford.<sup>45</sup> (Klein, 2018, p. 41)

Esse é um caso de sobredeterminação epistêmica e causal. O agente está em posse de conhecimento da proposição-alvo e ambas as crenças, a verdadeira e a falsa, são, de modo independente, as bases causais e evidenciais para a crença-alvo de que alguém na sala possui um Ford. O interessante em cenários como esse é o fato de que o conhecimento da conclusão é compatível com o fato de haver uma premissa falsa presente no episódio de raciocínio. Contrariamente ao que sugeríamos na seção anterior, essa crença falsa não é uma supressora de conhecimento, pois o agente possui uma base evidencial excelente e independente da crença falsa. Isto é, a crença verdadeira <Havit possui um Ford> confere à crença-alvo excelente status epistêmico positivo, de tal modo que a crença falsa é *dispensável*: o agente poderia perdê-la, sem, contudo, perder o conhecimento da proposição-alvo. Crenças falsas como essa seriam *inofensivas* (*harmless*), porque a sua presença no raciocínio não prejudicaria a aquisição de conhecimento inferencial. Tanto a presença, quanto a ausência delas no raciocínio não causam nenhum dano epistêmico, pois a crença verdadeira garante a base causal e evidencial suficiente para a posse de conhecimento da crença-alvo.<sup>46</sup>

Quais são, então, as crenças falsas supressoras de conhecimento? Aquelas que são *essenciais* para a obtenção da crença-alvo. A crença-alvo não será uma instância de conhecimento se for derivada essencialmente a partir de uma crença falsa. Isto é, se a crença falsa for essencial de modo causal e evidencial para a obtenção de uma nova crença, a presença da falsidade no raciocínio será um elemento supressor de conhecimento. O caso inferencial da ovelha apresentado há algumas seções apoia essa explicação. Essa é uma tese tão atrativa a ponto de ser endossada por vários epistemólogos. Gilbert Harman (1973, p. 120), por exemplo, alega que “raciocínio o qual

---

<sup>45</sup> No original, em inglês: “Suppose that I am doxastically justified in believing that Havit owns a Ford (which is true) and also justified in believing that Nogot owns a Ford (which is false). On the basis of those two beliefs, I infer, and thereby come to know, that someone in the class owns a Ford.” (Klein, 2008, p. 41).

<sup>46</sup> Plausivelmente, a perda da crença falsa diminuiria a justificação total que o agente possui para a crença-alvo. No entanto, essa diminuição não afetaria o status de *conhecimento* da proposição-alvo dependente da crença verdadeira.

essencialmente envolve conclusões falsas, intermediárias ou finais, não pode produzir conhecimento”.<sup>47</sup> Outra evidência da sua atratividade é o fato de ser incorporada a uma das primeiras propostas de solução ao problema de Gettier. A análise do conhecimento de Michael Clark (1963) sugere que uma das condições necessárias para a aquisição de conhecimento é não haver fundamentos falsos para a crença-alvo. Há, portanto, excelente evidência disponível a favor da seguinte generalização: nenhuma crença verdadeira derivada essencialmente de uma crença falsa pode ser uma instância de conhecimento. E essa tese generalizada é uma consequência do KCC e do princípio *Sem-Premissa-Falsa*.

Embora haja excelentes razões a favor da impossibilidade de conhecimento inferencial a partir de crença falsa, não é óbvio que isso seja verdadeiro. Na literatura epistemológica, há alguns supostos casos de conhecimento inferencial via crença falsa, segundo os quais uma crença verdadeira derivada essencialmente (de modo causal e evidencial) a partir de uma falsidade pode ser um item de conhecimento. Se esses casos descrevem um fenômeno genuíno, então é falsa a tese generalizada sobre a impossibilidade de crenças falsas serem produtoras de conhecimento inferencial. Não apenas isso, mas o princípio *Sem-Premissa-Falsa* e o KCC estarão sob ameaça de falsificação. Caso haja conhecimento inferencial a partir de crença falsa, o consequente, tanto de *Sem-Premissa-Falsa*, quanto de KCC, não serão satisfeitos. Se o antecedente desses princípios for verdadeiro e o consequente for falso, isso é suficiente para indicar a falsidade dessas condicionais. Considere, acompanhando os exemplos descritos a seguir, alguns supostos casos de conhecimento via crença falsa.

**Termômetro:** Uma mãe suspeita que o seu filho esteja com febre e, quando ela tira a temperatura e olha para o termômetro, ela vê que marca 40.0 graus Celsius. Vamos chamar a criança de “c” e o termômetro de “M”. Se o termômetro é bastante preciso e a mãe tem uma visão razoavelmente boa, nós podemos dizer, sob estas circunstâncias, que ela sabe que o seu filho está com febre, isto é, que  $T(c) > 37.0$ . (Dizer que a criança está com febre é apenas outro modo de dizer que a temperatura da criança é maior do que 37.0 graus Celsius). Mas a mãe não precisa ter uma visão perfeita e o termômetro não precisa ser completamente preciso (poucos o são): o resultado real do termômetro poderia ser  $M(c) = 39.8$ , e a temperatura real da criança poderia ser 39.2 graus Celsius. [...] Esse exemplo sugere que uma pessoa pode saber não apenas com base em inferência (válida) a partir do que ele ou ela já sabe, mas, em alguns casos, até mesmo com base em inferência a partir do que não é conhecido (ou sequer verdadeiro), desde que a última proposição (evidencial) seja suficientemente próxima da verdade.<sup>48</sup> (Hilpinen, 1988, p. 163-164)

---

<sup>47</sup> No original, em inglês: “reasoning that essentially involves false conclusions, intermediate or final, cannot give one knowledge.” (Harman, 1973, p. 120). Feldman (2003) e Lycan (2006) também endossam essa posição.

<sup>48</sup> No original, em inglês: “A mother suspects that her child has temperature, and when she measures the temperature and looks at the thermometer, she takes it to read 40.0 degrees Celsius. Let us call the child 'c'

**Secretária:** Com base na minha memória aparente, creio que a minha secretária me disse na sexta-feira que tenho um encontro na segunda-feira com um estudante. A partir dessa crença, eu infiro que tenho um encontro na segunda-feira. Suponha, além disso, que tenha, de fato, um encontro na segunda-feira, e que a minha secretária me disse isso. Mas ela me disse isso na quinta-feira, não na sexta-feira. Eu sei que tenho um encontro, mesmo que [a minha crença seja inferida] a partir da proposição falsa de que a minha secretária me disse na sexta que eu tenho um compromisso na segunda-feira.<sup>49</sup> (Klein, 2008, p. 36)

**Papai Noel:** Mamãe e papai dizem à pequena Virginia que o Papai Noel colocará alguns presentes sob a árvore na véspera de Natal. Acreditando no que seus pais dizem, ela infere que haverá presentes sob a árvore na véspera de Natal. Ela sabe disso.<sup>50</sup> (Klein, 2008, p. 37)

**Chefe da Casa Civil:** General S sabe que o Presidente pode ter saído da Casa Branca. Se o Presidente já saiu, General S não se preocupará em passar no Salão Oval para sua partida semanal de xadrez com o Presidente. S, então, pergunta para o Chefe da Casa Civil da Casa Branca [sobre] a localização do Presidente e recebe como resposta *q*: O Presidente está na Jordânia. Com base na sua crença de que *q*, o general forma a crença de que *p*: O Presidente não está no Salão Oval. Entretanto, enquanto conversava com o General, o Chefe da Casa Civil estava atipicamente mal-informado. Devido a uma mudança de última hora em sua agenda, o Presidente tinha desembarcado em Israel, vindo da Jordânia alguns minutos mais cedo do que o planejado. S não sabe que *p*?<sup>51</sup> (de Almeida, 2017, p. 295)

**Relógio de Luxo:** Tenho um compromisso às 19h e extrema confiança na acurácia do meu relógio de luxo. Ao perder a noção do horário e querendo chegar no horário para o compromisso, olho cuidadosamente para o meu relógio. Eu raciocino: ‘São exatamente 14h58min; portanto, não estou atrasado para meu compromisso às 19h’. Novamente, eu sei minha conclusão, contudo,

---

and the thermometer again ‘M’. If the thermometer is fairly accurate and the mother has reasonably good eyesight, we can say under these circumstances that she knows that the child has temperature, i.e., that  $T(c) > 37.0$ . (To say that the child has temperature is just another way of saying that the temperature of the child is more than 37 degrees Celsius.) But the mother need not have perfect eyesight and the thermometer need not be completely accurate (few ordinary thermometers are): the actual thermometer reading might be  $M(c) = 39.8$ , and the actual temperature of the child might be 39.2 degrees Celsius. [...] This example suggests that a person can know things not only on the basis of (valid) inference from what he or she knows, but in some cases even on the basis of inference from what is not known (or even true), provided that the latter (evidential) propositions are sufficiently close to the truth.” (Hilpinen, 1988, p. 163-164).

<sup>49</sup> No original, em inglês: “On the basis of my apparent memory, I believe that my secretary told me on Friday that I have an appointment on Monday with a student. From that Belief, I infer that I do have an appointment on Monday. Suppose, further, that I do have an appointment on Monday, and that my secretary told me so. But she told me that on Thursday, not on Friday. I know that I have such appointment even though I inferred my belief from the false proposition that my secretary told me on Friday that I have an appointment on Monday.” (Klein, 2008, p. 36).

<sup>50</sup> No original, em inglês: “Mom and Dad tell young Virginia that Santa will put some presents under the tree on Christmas Eve. Believing what her parents told her, she infers that there will be presents under the tree on Christmas morning. She knows that.” (Klein, 2008, p. 37).

<sup>51</sup> No original, em inglês: “General S knows that the President may have left the White House. If the President has already left, General S will not bother stopping by the Oval Office for her weekly chess match with the President. S then asks the White House Chief of Staff for the president’s whereabouts and hears that *q*: The President is in Jordan. On the basis of her belief that *q*, the general forms the belief that *p*: The President is not in the Oval Office. However, while talking to the general, the Chief of Staff was uncharacteristically ill-informed. Due to a last-minute change in his schedule, the President had, at the time, just landed in Israel, coming from Jordan a few minutes earlier than planned. Doesn’t S know that *p*?” (de Almeida, 2017, p. 295).

na realidade, são exatamente 14h56min, e não 14h58min<sup>52</sup> (Warfield, 2005, p. 405)

**Handout:** Ao contar com cuidado o número de pessoas presente na minha plateia, eu raciocínio: ‘Há 53 pessoas na minha plateia; portanto, as minhas 100 cópias do *handout* são suficientes’. Minha premissa é falsa. Há 52 pessoas na plateia – eu contei duas vezes uma pessoa que trocou de lugar durante a contagem. Ainda assim, eu sei a minha conclusão.<sup>53</sup> (Warfield, 2005, p. 407-408)

Todos esses casos são *estruturalmente* idênticos. A crença-alvo é verdadeira e inferida apropriadamente da crença falsa e justificada. O aspecto interessante dos casos é que parece plausível que, em cada caso, o agente tenha conhecimento da conclusão e *em virtude* da crença falsa. A crença falsa seria essencial de modo causal e evidencial, sendo ela, portanto, o elemento epistemizador da crença-alvo. Apesar disso, há aspectos distintos em cada caso. Nos casos do Termômetro e do Relógio de Luxo, esses objetos servem como base confiável para a formação de crenças e, no entanto, estão justificando uma proposição falsa. No caso da Secretária, a ‘memória falsa’ não é, por hipótese, uma propriedade característica do método de formação de crenças daquele agente. Geralmente, quando ele lembra de algo, a informação lembrada é verdadeira. No caso do Papai Noel e do Chefe da Casa Civil, há duas asserções falsas, embora, neste, de uma fonte sincera a qual está estranhamente mal-informada e, naquela, de fontes geralmente sinceras, mas que estão mentindo nessa situação específica. Por fim, no caso do *Handout*, há um erro de percepção na formação da crença da premissa. Apesar desses erros, a crença na premissa resultante desses processos possui excelente status epistêmico positivo.

Assim como a crença falsa, o status epistêmico da crença na conclusão é excelente. Tal crença é inferida apropriadamente de crenças previamente justificadas pela percepção, memória ou testemunho. Além disso, é verdadeira e, razoavelmente, não é *acidentalmente* verdadeira. Em função disso, é plausível alegar que a crença-alvo do agente, inferida essencialmente da crença falsa justificada, é uma instância de conhecimento. Esse veredicto, inclusive, parece ser apoiado pelas nossas intuições pré-teóricas do senso comum. John Turri (2019), ao entrevistar alguns adultos em ambiente

---

<sup>52</sup> No original, em inglês: “I have a 7pm meeting and extreme confidence in the accuracy of my fancy watch. Having lost track of the time and wanting to arrive on time for the meeting, I look carefully at my watch. I reason: ‘It is exactly 2:58pm; therefore I am not late for my 7pm meeting’. Again I know my conclusion, but as it happens it’s exactly 2:56pm, not 2:58 pm.” (Warfield, 2005, p. 405)

<sup>53</sup> No original, em inglês: “Counting with some care the number of people present at my talk, I reason: ‘There are 53 people at my talk; therefore my 100 *handout* copies are sufficient’. My premise is false. There are 52 people in attendance—I double counted one person who changed seats during the count. And yet I know my conclusion.” (Warfield, 2005, p. 407-408)

controlado, registrou que a reação dos participantes face aos casos foi de atribuir conhecimento *em virtude* da crença falsa ao agente. Se intuições são metodologicamente úteis para a avaliação de teses filosóficas, então os resultados expostos por Turri conferem justificção *prima facie* à ideia de que há conhecimento a partir de crença falsa.<sup>54</sup>

Epistemólogos simpáticos à tese de que há conhecimento inferencial em virtude da crença falsa descreverão os casos acima como exemplos de ‘*conhecimento a partir de crença falsa*’ (*Knowledge from falsehood [KFF]*). Essa reação não é, entretanto, a única disponível no espaço lógico de possibilidades. Outra hipótese é *negar* que a crença-alvo do agente seja uma instância de conhecimento. Essa estratégia argumentativa não é atrativa para muitos epistemólogos, pois, em função da variedade de casos com propriedades distintas, as intuições sobre a posse ou a ausência de conhecimento são mais fortes em *Handout* e Relógio de Luxo e mais fracas em Papai Noel e Secretária, por exemplo. Ou seja, é bastante contraintuitivo negar a posse de conhecimento em alguns dos casos mais plausíveis. Embora não endosse que *nenhum* dos casos expostos anteriormente sejam instâncias de conhecimento, Rodrigo Borges (2017, 2020) sugere um argumento a quem está inclinado a negar conhecimento ao agente. Uma hipótese alternativa de explicação é a posição mais atrativa na literatura, conhecida como ‘*conhecimento apesar de crença falsa*’ (*Knowledge despite falsehood [KDF]*). Advogados dessa explicação aceitam que a crença-alvo é um item de conhecimento, entretanto, negam que a crença falsa seja o fator epistemizador da proposição-alvo. Em vez disso, argumentam que há uma proposição verdadeira disponível ao agente – seja apenas uma *proposição* verdadeira, seja apenas uma *crença* verdadeira – responsável pela epistemização da crença-alvo. Para alguns defensores dessa estratégia argumentativa, a crença falsa não é *evidencialmente essencial* (cf. Klein, 2008); para outros, não é *essencial de modo causal e evidencial* (cf. Montminy, 2014; Ball & Blome-Tillmann, 2014; e Borges, 2017, 2020). Isso evidencia que o debate é, em grande medida, sobre qual é o elemento epistemizador da crença-alvo, isto é, se a crença na conclusão é um item de conhecimento em virtude da *proposição falsa* ou de uma *proposição verdadeira*.

## 1.5 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

A ortodoxia sobre conhecimento inferencial sugere que inferências são fontes transmissoras de justificção e de conhecimento. Em relação ao conhecimento, se um

---

<sup>54</sup> Há disputas, contudo, sobre se intuições são metodologicamente úteis para a avaliação de teses filosóficas. Para mais informações, veja Haug (2013) e Cappelan (2020).

agente adquire conhecimento que  $p$  com base na inferência competente a partir de  $q$ , então ele sabe que  $q$ . De modo geral, haver conhecimento na premissa é condição necessária para obter conhecimento inferencial da conclusão derivada dessa premissa. Uma das consequências disso é que, se houver uma crença falsa no episódio de raciocínio e ela for essencial de modo causal e evidencial para a aquisição de uma nova crença, então essa nova crença não será um item de conhecimento. Entretanto, alguns supostos casos depõem contra essa ideia. Tais exemplos sugerem que crenças falsas podem ser essenciais à cognição sem impugnar o conhecimento da crença-alvo. Haveria, portanto, conhecimento inferencial a partir de crença falsa. No entanto, alguns autores argumentam que essa impressão é enganadora; não haveria, por conseguinte, conhecimento a partir de crença falsa. Os casos em disputa seriam instâncias de conhecimento apesar de crença falsa. Nos próximos capítulos, examinaremos detalhadamente os argumentos e as críticas a cada uma dessas reações. Os argumentos da reação conservadora, isto é, dos defensores do ‘conhecimento apesar de crença falsa’ serão examinados no segundo capítulo. No terceiro e último capítulo, o exame será dos argumentos dos advogados do ‘conhecimento a partir da crença falsa’. Esperamos, ao final das discussões dos capítulos subsequentes, poder indicar qual posição seria a mais defensável face aos argumentos e às críticas da possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa.

## 2 CONHECIMENTO APESAR DE CRENÇA FALSA

O objetivo deste capítulo é examinar a estratégia argumentativa e as críticas dos defensores da posição ‘conhecimento apesar de falsidade’. De modo geral, a premissa principal do argumento desses defensores é negar que a crença falsa seja evidencialmente essencial para a cognição da crença-alvo. Ao argumentar dessa forma, autores simpáticos a essa posição oferecem uma defesa do princípio *Sem-Premissa-Falsa* e, por conseguinte, do KCC. Isto é, seu objetivo é preservar a tese de que conhecimento nas premissas é condição necessária para a obtenção de conhecimento inferencial derivado essencialmente dessa premissa. O ônus de negar que o status de conhecimento provém da crença falsa é oferecer uma explicação plausível para a epistemização da crença-alvo. A sugestão dos defensores do ‘conhecimento apesar de falsidade’ é argumentar a favor de um *proxy* epistêmico (*epistemic proxy*), isto é, uma proposição verdadeira substituta da proposição falsa capaz de conferir status epistêmico positivo à crença-alvo de conhecimento inferencial.<sup>55</sup> No entanto, a proposição ser verdadeira não é suficiente para ser um *proxy* epistêmico. Uma proposição verdadeira, *q*’, é um *proxy* epistêmico se, e somente se, (i) o agente crê que *q*’ ou está disposto a crer que *q*’ e (ii) *q*’ é implicada ou justificada pela evidência do agente. A elaboração dessa definição é inspirada por Warfield (2005) após a reflexão dele sobre os modos de negar a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. Ao analisarmos os supostos casos de conhecimento via falsidade, apresentados no capítulo anterior, há, pelo menos, uma proposição verdadeira candidata a *proxy*, tal como as listadas a seguir.

- **Termômetro:** <A temperatura indicada pelo termômetro é de aproximadamente 40° C>.
- **Secretária:** <A secretária disse que terei um compromisso com um estudante na segunda-feira>.
- **Papai Noel:** <Alguém colocará presentes sob a árvore de Natal>.
- **Chefe da Casa Civil:** <O presidente está no Oriente Médio>.
- **Relógio de Luxo:** <São aproximadamente 14h58min>.
- **Handout:** <Há aproximadamente 53 pessoas na plateia>.

Os advogados do ‘conhecimento apesar de falsidade’, provavelmente, sugeririam algumas dessas proposições *proxy* como candidatas a serem o elemento epistemizador da

---

<sup>55</sup> O termo ‘*proxy* epistêmico’ foi primariamente cunhado por Luzzi (2014, p. 264).

crença-alvo em vez da crença falsa, pois estão em “algum lugar na vizinhança”<sup>56</sup> da evidência do agente, conforme sugere Warfield (2005, p. 410). Isto é, o corpo evidencial disponível do agente, em cada caso, apoia essas proposições e elas, por sua vez, conferem status epistêmico positivo à crença-alvo. É importante enfatizarmos que essas candidatas a *proxy* epistêmico não são as únicas disponíveis. Plausivelmente, a evidência disponível ao agente justifica várias proposições e algumas delas são capazes de epistemizar a conclusão. Nas próximas seções, analisaremos as propostas de explicação em termos de ‘conhecimento apesar de falsidade’. Iniciaremos com as críticas de Warfield (2005) à suficiência da definição do *proxy* epistêmico. Após isso, explicaremos a análise das falsidades úteis de Peter Klein (2008) e as críticas a ela. A proposta de Klein, diferentemente da posição conjecturada e criticada por Warfield, confere algum mérito à crença falsa presente no episódio de raciocínio, embora a epistemização seja devida a um caminho evidencial não-derrotável e somente com proposições verdadeiras. Por fim, analisaremos as críticas de Claudio de Almeida (2017) à proposta de Peter Klein. Concluiremos, a partir da análise dos argumentos de Claudio de Almeida, que a explicação anulabilista de Peter Klein não resiste ao exame detalhado. Felizmente, a argumentação de Klein não é a única disponível na literatura a favor do ‘conhecimento apesar de crença falsa’. Alguns autores, como Ball & Blome-Tillmann (2014), Montminy (2014) e Borges (2017, 2020), sugerem uma tese mais forte: a crença falsa não é causal e evidencialmente essencial para a cognição da crença-alvo. Além disso, Montminy, especialmente, oferece um argumento em favor de uma nova definição do *proxy* epistêmico. Após explicarmos os argumentos desses autores, analisaremos as críticas direcionadas a essas posições por Luzzi (2019), Fitelson (2017) e Buford & Michael Cloos (2018). Com base no exame desses argumentos, concluiremos que o comprometimento com argumentos a favor do ‘conhecimento apesar de crença falsa’ é teoricamente oneroso demais.

## 2.1 AS OBJEÇÕES DE TED WARFIELD

Warfield, no seu ‘*Knowledge from Falsehood*’ (2005), é o primeiro autor a publicar um artigo especificamente sobre a possibilidade de conhecimento em virtude de crença falsa.<sup>57</sup> Não há nenhuma proposta de explicação para o fenômeno, apenas algumas

---

<sup>56</sup> No original, em inglês: “somewhere in the neighborhood”. (Warfield, 2005, p. 410).

<sup>57</sup> Isso não significa que o início da discussão sobre esse possível fenômeno seja devido a Warfield. Ao argumentarem que a análise do conhecimento *no-false-lemmas* de Michael Clark é muito forte por não

sugestões de como interpretar a relação entre a crença falsa e a crença-alvo em termos de *estabilidade*.<sup>58</sup> A discussão mais importante nesse momento é sobre as possíveis estratégias argumentativas de negar que haja conhecimento a partir de crença falsa, sugeridas e recusadas por Warfield (2005, p. 410-412). Tais estratégias sugerem que há uma proposição verdadeira epistemizando a crença-alvo. Em função disso, a melhor descrição do fenômeno é como conhecimento *apesar de* crença falsa, e não *a partir da* crença falsa.

Uma das hipóteses de Warfield é a que o *proxy* epistêmico é uma proposição verdadeira e justificada, *implicada* pela crença falsa e, pelo menos, objeto de crença disposicional (cf. Warfield, 2005, p. 411). Em função dessa relação de implicação (*entailment*) entre a proposição falsa e a verdadeira, a crença falsa presente no raciocínio não seria um elemento supressor de conhecimento, uma vez que haveria uma candidata para epistemizar a crença-alvo. Outra hipótese de Warfield é a proposta de uma definição de *proxy* menos restritiva do que a que acabamos de explicar. A sugestão de Warfield é a de que o *proxy* epistêmico é uma proposição verdadeira e justificada *pela evidência para* a crença falsa e, pelo menos, objeto de crença disposicional (cf. Warfield, 2005, p. 411-412). Ou seja, os fatores que conferem justificção à crença falsa são os mesmos que justificam a crença disposicional verdadeira.

Embora ambas as estratégias objetivem explicar como pode haver conhecimento *apesar de* crença falsa, a última é mais promissora do que a primeira por duas razões. Conforme Warfield argumenta (2005, p. 412), a primeira estratégia atribui um papel indispensável à crença falsa. Como a crença disposicional verdadeira candidata à *proxy* é implicada pela crença falsa, o status epistêmico atribuído àquela depende, exclusivamente, de a falsidade gozar de excelente status epistêmico. A crença falsa, portanto, desempenharia um papel epistêmico não-trivial caso a crença-alvo seja um item de conhecimento. A segunda estratégia, por outro lado, não enfrenta esse problema, pois

---

acomodar o veredicto correto face a casos nos quais uma crença falsa pode ser indispensável para a obtenção de conhecimento, Saunders & Champawat (1964) foram dois dos primeiros autores, senão os primeiros, a levantar a possibilidade de conhecimento via crença falsa na epistemologia contemporânea. Após isso, temos a sugestão de Hilpinen (1988) de que falsidades próximas à verdade poderiam produzir conhecimento, contudo sem oferecer uma explicação detalhada. Alguns anos depois, Klein (1996) apresenta o caso da secretária como um contraexemplo à *Proper Function Theory* de Plantinga. Além disso, Klein (2008) refere a um congresso no qual apresentou uma versão preliminar do artigo ‘*Useful False Beliefs*’, e de Almeida & Fett (2019) oferecem um breve relato sobre o início da discussão e de debates no site *Certain Doubts*. Isso evidencia que a discussão sobre a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa era anterior à publicação do artigo de Warfield.

<sup>58</sup> Essa sugestão será analisada apropriadamente no capítulo seguinte ao examinarmos as explicações sugeridas pelos teóricos do rastreamento da verdade.

não há proposições falsas no caminho evidencial das premissas até a crença-alvo. Além disso, essa estratégia poderia explicar mais casos do que a anterior por não requerer uma relação de implicação entre a premissa e a conclusão. Plausivelmente, casos inferenciais não-dedutivos com a presença de crença falsa poderiam ser explicados com a segunda estratégia.

De modo geral, uma proposição verdadeira é um *proxy* epistêmico se, e somente se, for objeto de crença disposicional e for implicada pela crença falsa ou pelos justificadores da falsidade. Embora essa definição seja atrativa, o endosso a ela nos compromete com uma tese contraintuitiva: a ideia de que a crença-alvo dos agentes gettierizados é uma instância de conhecimento. Considere o seguinte exemplo:

Eu vejo um cachorro no jardim. Nessa ocasião, eu formo a crença de que há um cachorro no jardim e então [concluo] que há pelo menos um animal no jardim. Minha crença é falsa (não há um cachorro, apenas um brinquedo) e a minha conclusão — embora verdadeira, por causa do esquilo atrás do arbusto — não é [um item de conhecimento].<sup>59</sup> (Warfield, 2005, p. 412)

Plausivelmente, esse não é um caso de conhecimento. A crença de que há, pelo menos, um animal no jardim é fortuitamente verdadeira. Conhecimento, no entanto, requer uma conexão estável entre a crença e os fatos, isto é, uma conexão adequada, e não acidental. Contudo, ambas as estratégias de definição do *proxy* epistêmico implicam em que casos Gettier como esse são instâncias de conhecimento, pois há uma crença disposicional verdadeira, ou implicada pela crença falsa ou justificada pela evidência para proposição falsa, capaz de conferir status epistêmico positivo à crença-alvo. A proposição candidata à *proxy* <há um cachorro ou um esquilo no jardim> é implicada pela proposição falsa <há um cachorro no jardim> e é justificada pelas experiências perceptuais do agente. O caso é, portanto, uma instância de conhecimento. Entretanto, essa é uma conclusão absurda. Com base nessa argumentação, podemos concluir que uma crença disposicional ser verdadeira e implicada pela crença falsa ou justificada pelos justificadores da crença falsa não são condições *suficientes* para uma proposição verdadeira ser um *proxy* epistêmico. Isto é, se as condições para ser um *proxy* epistêmico são ser uma crença disposicional verdadeira implicada pela crença falsa ou justificada pelos justificadores da crença falsa, então essas condições não são suficientes para definir uma proposição verdadeira como

---

<sup>59</sup> No original, em inglês: “I seem to see a dog in the yard. On this occasion I form the belief that there is a dog in the yard and then reason as before to the conclusion that there is at least one animal in the yard. My belief is false (there is no dog, only the toy) and my conclusion though true, because of the squirrel behind the brush, is not known.” (Warfield, 2005, p. 412).

um *proxy* epistêmico. Empregar essa definição de *proxy* epistêmico para explicar os supostos casos de conhecimento via falsidade não é, por conseguinte, uma estratégia promissora em função da consequência absurda de julgar casos Gettier como casos de conhecimento.

## 2.2 O ANULABILISMO DE PETER KLEIN

Nesta seção, examinaremos a explicação anulabilista proposta por Peter Klein para lidar com os supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa. Para tanto, é necessário explicarmos detalhadamente a teoria da anulabilidade para, então, compreendermos a análise anulabilista das assim chamadas ‘falsidades úteis’.

### 2.2.1 A Teoria da Anulabilidade

Se você *sabe* que Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, seria estranho que novas informações que você viesse a saber demovessem-no desse estado de conhecimento. Plausivelmente, o nosso conhecimento ‘novo’ deve ser compatível com o nosso conhecimento ‘velho’. Conforme sugere Hintikka (1962, p. 22),

Se alguém diz "Eu sei que *p*", nesse sentido forte de conhecimento, ele implicitamente nega que alguma nova informação o levaria a mudar de opinião. Ele se compromete com a ideia de que ele continuaria dizendo que ele sabe que *p* é verdadeiro — ou, pelo menos, continuaria dizendo que *p* é de fato verdadeiro — mesmo se ele soubesse mais do que ele sabe agora.<sup>60</sup>

A ideia principal é que não há perda de conhecimento ao adquirirmos mais conhecimento. Como o conhecimento é factivo, isto é, necessariamente, se *S* sabe que *p*, então *p* é verdadeira, então o nosso conhecimento também deve ser compatível com proposições verdadeiras que podemos vir a crer. Ou seja, não haveria perda de conhecimento ao formarmos mais crenças verdadeiras. A intuição subjacente à explicação de conhecimento ser compatível com mais conhecimento ou mais proposições verdadeiras é capturada pela noção de *justificação resistente à verdade*, proposta pelos

---

<sup>60</sup> No original, em inglês: “If somebody says ‘I know that *p*’ in this strong sense of knowledge, he implicitly denies that any further information would have led him to alter his view. He commits himself to the view that he would still persist in saying that he knows that *p* is true — or at the very least persist in saying that *p* is in fact true — even if he knew more than he now knows.” (Hintikka, 1962, p. 20-21).

anulabilistas.<sup>61,62</sup> Como a análise anulabilista do conhecimento é bastante *conservadora*, conhecimento implica justificção, uma vez que ela preserva as condições tradicionais da análise do conhecimento e propõe uma quarta condição capaz de explicar a ausência de conhecimento do agente gettierizado. Se um agente sabe que *p*, a justificção para *p* deve ser compatível com mais proposições verdadeiras que ele possa vir a saber (cf. Klein, 1981). Plausivelmente, a justificção para a crença de que Porto Alegre é capital do Rio Grande do Sul é compatível com a proposição verdadeira <Porto Alegre não é uma cidade do estado de Minas Gerais>. Se soubéssemos que Porto Alegre não é uma cidade do estado de Minas Gerais, esse conhecimento não afetaria o status epistêmico da justificção para a crença de que Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul. Como o nome sugere, essa justificção é resistente à verdade pois o seu status justificatório não é danificado por proposições verdadeiras que possam integrar o sistema doxástico do agente. Por outro lado, a justificção que *não* é resistente à verdade é epistemicamente *defeituosa* (*defective*), justamente por não acomodar a plausível intuição de que conhecimento deve ser compatível com mais conhecimento.

Essas proposições verdadeiras capazes de indicar a não-resistência à verdade da justificção epistêmica são denominadas de *derrotadores* (*defeaters*). São proposições verdadeiras que, caso fossem adicionadas ao sistema doxástico do agente, a crença-alvo não poderia ser racionalmente mantida. No caso da ovelha, por exemplo, a proposição verdadeira <você está vendo um brinquedo, e não uma ovelha> derrota a justificção proposicional para a crença de que há uma ovelha na sua frente, pois a proposição correspondente à experiência perceptual de ovelha somada àquela proposição não justifica a crença de que há uma ovelha em sua frente. Por haver essa proposição verdadeira, incompatível com os justificadores do agente para a crença-alvo, a justificção não é resistente à verdade. Por isso, a crença-alvo não é um item de conhecimento, sugeriria o anulabilista. De modo geral, essa é a explicação anulabilista de porque os casos Gettier não são instâncias de conhecimento.

Duas noções são centrais para a explicação completa proposta pelos anulabilistas: a noção de cadeia de justificção e de derrota. Uma cadeia de justificção é o caminho evidencial constituído pelos justificadores anteriores à e até a proposição-alvo.

---

<sup>61</sup> A expressão ‘justificção resistente à verdade’ é sugerida por Paul Moser (1989).

<sup>62</sup> Durante este capítulo, estamos empregando majoritariamente o anulabilismo proposto por Peter Klein (1981, 2008, 2017). Para mais informações sobre outros anulabilistas, veja de Almeida & Fett (2016), de Almeida (2017), Chisholm (1964), Lehrer (1965), Swain (1974, 1981), Pollock (1986) e Hilpinen (1988).

Formalmente, seja  $j$  o símbolo para justificadores e  $p$  para a proposição-alvo,  $j$  justifica  $j_1$ ,  $j_1$  justifica  $j_2$ ,  $j_2$  justifica  $j_n$  e  $j_n$  justifica  $p$ . Uma cadeia de derrota, por sua vez, é o conjunto de proposições verdadeiras,  $d$ , que tornam plausíveis outras proposições verdadeiras,  $d_1$ , até  $d_n$  (cf. Klein, 2008, p. 34). Na explicação acima, o derrotador,  $d_n$ , destrói o último elo da cadeia de justificação para a crença-alvo. A derrota é *direta*, pois não é necessário derivar nenhuma outra proposição verdadeira para efetivar a derrota da justificação. Por outro lado, a derrota é *indireta* quando é necessário derivar outras proposições verdadeiras para efetivar a derrota. Nesse caso, apenas a conjunção de  $d_1$  com os justificadores para a proposição-alvo não tornaria o agente irracional ao crer;  $d_n$  também seria necessário para destruir a justificação. O primeiro elo da cadeia de derrota,  $d_1$ , seria o derrotador *inicial*, responsável por tornar plausível os elos subsequentes da cadeia de derrota, enquanto  $d_n$  seria o derrotador *efetivo*, o elemento central para destruir a justificação proposicional entre  $j$  e  $p$  (cf. Klein, 1981, p. 141-146). Além disso, a derrota epistêmica pode incidir sobre elos da cadeia de justificação anteriores ao de  $j_n$  até  $p$ . Se o justificador  $j_n$  depende essencialmente de  $j_2$ , e o elo entre  $j_2$  e  $j_1$  for danificado por  $d_n$ , a justificação que  $j_n$  confere a  $p$  não será resistente à verdade, uma vez que um dos seus elos substanciais foi objeto de derrota.<sup>63</sup>

A inclusão de uma condição antiderrota da justificação epistêmica é necessária para uma análise do conhecimento ser capaz de explicar adequadamente casos de conhecimento e de ignorância, sugeririam os anulabilistas. É condição necessária, portanto, não haver derrotadores da justificação epistêmica para um agente saber que  $p$ . Embora seja atrativa em vários aspectos, é uma análise do conhecimento *muito forte* por julgar o seguinte caso de conhecimento como sendo uma instância de ignorância:

**Sra. Grabit:** Eu vejo um sujeito que me parece ser Tom Grabit roubando um livro na biblioteca. Minha observação do sujeito e do comportamento dele (sob boa iluminação, em uma distância curta, recordando-me de como Tom se parece) não deixa espaço para dúvida: ( $p$ ) o ladrão deve ser Tom Grabit. Contudo, sem que eu o saiba, ( $d$ ) a Sra. Grabit, mãe de Tom, testemunha que, enquanto Tom estava viajando, o irmão gêmeo dele estava na biblioteca no dia em questão. No entanto, também sem que eu o saiba, ( $r$ ) a Sra. Grabit sofre de Alzheimer e está fazendo uma alegação falsa sobre um gêmeo que sequer

---

<sup>63</sup> Para mais informações sobre *tipos* de derrotadores, veja Kotzen (2019) e Pollock & Cruz (1999).

existe. Foi de fato Tom quem roubou o livro.<sup>64,65</sup> (de Almeida & Fett, 2016, p. 156)

Plausivelmente, esse é um caso de conhecimento. A crença-alvo do agente é verdadeira e justificada, e não há indícios de que a conexão da crença com o fato relevante seja acidental. No entanto, a teoria da anulabilidade não acomoda esse veredicto. A proposição verdadeira,  $d$ , <a Sra. Grabit testemunhou que Tom estava viajando e era o irmão gêmeo dele quem estava na biblioteca> é o iniciador de uma cadeia de derrota, cujo link final é a proposição falsa,  $d_n$ , <Tom possui um irmão e era ele quem estava na biblioteca>. A conjunção de  $d$  com os justificadores do agente para  $p$  e o fato de  $d$  ser uma razão para  $d_n$  derrotam a justificação perceptual e memorial para  $p$ . O agente, portanto, não sabe que  $p$ , pois há um derrotador para a sua justificação.

Felizmente, essa não é a explicação completa da derrota epistêmica face aos casos complexos. Se fosse, o caso Sra. Grabit ofereceria um argumento fortíssimo contra a capacidade das teorias da anulabilidade de analisarem o conhecimento. Peter Klein (1981) é o responsável por salvaguardar o poder explanatório do anulabilismo e manter viva a esperança de uma solução ao problema de Gettier em termos anulabilistas. Em função disso, não é gratuito que Kvanvig, de Almeida e Fett refiram-se à teoria da anulabilidade de Klein como a candidata mais promissora para solucionar o problema de Gettier dentre as teorias preservadoras da noção de justificação epistêmica (Cf. de Almeida & Fett, 2016). O mérito da proposta de Klein reside na distinção entre derrota *genuína* e *enganadora*.

Perceba que, no caso da Sra. Grabit, o status do derrotador inicial,  $d$ , depende da capacidade do derrotador efetivo,  $d_n$ , exercer o seu papel como neutralizador de justificação. A conjunção entre  $d$ ,  $d_n$  e os justificadores para  $p$  não justificam proposicionalmente  $p$ . Contudo, uma proposição verdadeira correspondente a um ato genuíno de testemunho de uma testemunha *inconfiável* e o fato dela tornar plausível uma proposição falsa pode indicar a defeituosidade (*defectiveness*) da justificação? Essas proposições,  $d$  e  $d_n$ , até podem danificar em algum grau a justificação para a crença-alvo,

---

<sup>64</sup> No original, em inglês: “You see a man who looks just like Tom Grabit stealing a book at the library. Your observation of the man and his demeanour (under good lighting, at short distance, and drawing on good memory of what Tom looks like) leaves no room for reasonable doubt: (P) the thief must be Tom Grabit. Unbeknownst to you, however, (D) Mrs. Grabit, Tom’s mother, claims that, while Tom is away on a trip, an identical twin of his is at the library on the day in question. But, still unbeknownst to you, (R) Mrs. Grabit is an Alzheimer’s patient making a false claim about a nonexistent twin. It was indeed Tom who stole the book.” (de Almeida & Fett, 2016, p. 156).

<sup>65</sup> Este caso é originalmente apresentado por Lehrer & Paxson (1969).

no entanto, elas não são indicadores de que tal justificação não é resistente à verdade, pois há um elemento capaz de neutralizar o possível dano causado por elas à justificação. O fato de que a Sra. Grabit sofre de Alzheimer é uma excelente razão para não considerar o testemunho dela como uma fonte confiável de justificação ou de conhecimento. Portanto, a proposição verdadeira,  $r$ , <a Sra. Grabit sofre de Alzheimer> é um item capaz de cancelar o ataque de  $d$  e de  $d_n$ , pois, se o agente cresse nessas três proposições, juntamente com os justificadores para  $p$ , o testemunho da Sra. Grabit não seria considerado por ele como uma contraevidência à razoabilidade da crença em  $p$ .

Essa é uma ilustração do fenômeno da derrota enganadora. Uma derrota da justificação é enganadora se, e somente se, (i) o derrotador inicial,  $d_i$ , é uma proposição verdadeira, (ii)  $d_i$  torna plausível uma proposição falsa,  $d_f$ , (iii) a conjunção entre  $d_i$ ,  $d_f$  e os justificadores para  $p$  não justificam  $p$ , e, por fim, (iv) o status de derrotador de  $d_i$  é parasitário da capacidade de  $d_f$  agir como um derrotador efetivo (cf. Klein, 1980). Uma derrota *enganadora* é um ataque ilusório à justificação, pois o seu status de derrotador, depende, necessariamente, de uma proposição falsa atuando como derrotador efetivo. Não é à toa que Klein caracteriza-a atualmente como *pseudoderrota* (2017), uma vez que o status de derrotador depende de uma proposição falsa, e não de uma proposição verdadeira. Em casos de conhecimento, é possível cancelar a derrota enganadora com o emprego de um *restaurador*, ou papa-derrotador,  $r$  (*restorer* ou *defeater-eater*). Necessariamente,  $r$  é uma proposição verdadeira capaz de neutralizar o status de derrotador do derrotador efetivo falso, pois a conjunção do derrotador inicial e efetivo,  $d_i$  e  $d_f$ , com  $r$  e os justificadores para  $p$  autorizam o agente a manter racionalmente a crença em  $p$ . Um aspecto interessante do restaurador é a sua incapacidade de conferir status epistêmico à crença-alvo. Isto é,  $r$  não é uma razão capaz de justificar  $p$ , isto é,  $r$  não fornece nova justificação à crença-alvo;  $r$  apenas restaura a justificação original.<sup>66</sup> No caso da Sra. Grabit,  $r$  restabelece a justificação original proveniente da experiência perceptual e memorial; não há criação de nova justificação por parte de  $r$ .

Por outro lado, uma derrota é genuína se, e somente, (i) o derrotador inicial,  $d_i$ , é uma proposição verdadeira; (ii)  $d_i$  torna plausível uma proposição verdadeira,  $d_v$ ; (iii) a

---

<sup>66</sup> Se fornecesse, os casos Gettier seriam considerados instâncias de conhecimento, uma vez que há inúmeras proposições verdadeiras capazes de justificar a crença gettierizada. John Turri (2011) levanta essa objeção à teoria da anulabilidade. No entanto, conforme relembraram de Almeida & Fett (2016), essa objeção repousa numa interpretação equivocada da noção de *restauração* de justificação e *criação* de justificação. Conforme explicamos, por definição, um restaurador não é capaz de conferir status epistêmico novo à crença-alvo. Sua função é apenas neutralizar o derrotador efetivo falso, membro de uma cadeia de derrota enganadora.

conjunção entre  $d_i$ ,  $d_v$  e os justificadores para  $p$  não justificam  $p$ ; e, por fim, (iv) o status de derrotador de  $d_i$  é parasitário da capacidade de  $d_v$  ser um derrotador efetivo. Uma derrota genuína é um ataque legítimo à justificação, pois evidencia a incapacidade dessa justificação ser resistente à verdade. Basta que haja apenas um derrotador genuíno para destruir a justificação de uma crença. Um aspecto interessante da derrota genuína é o fato de o derrotador inicial poder ser o derrotador efetivo em alguns casos. Ou seja, em alguns casos, não é necessária a presença de uma cadeia de derrota para efetuar a derrota genuína. No caso da ovelha, por exemplo, apenas a proposição verdadeira <você não está vendo uma ovelha> destrói a justificação perceptual advinda da experiência visual de ovelha. Essa proposição é, ao mesmo tempo, o derrotador inicial e o derrotador efetivo. Por ser uma derrota genuína, não há qualquer proposição verdadeira capaz de restaurar a justificação originada da experiência perceptual; a justificação é derrotada para além da restauração. Em todo caso de ignorância, é possível encontrarmos uma proposição verdadeira capaz de derrotar genuinamente a justificação da crença-alvo, se somada aos justificadores dessa crença.

Com essas definições, Klein oferece-nos uma resposta elegante à objeção de que a teoria da anulabilidade é forte demais por considerar o caso Sra. Grabit como uma instância de ignorância. Com essas noções de derrota, não há atribuição indevida de conhecimento, pois, em casos de conhecimento, a derrota é enganadora, tal como é no caso Sra. Grabit; em casos de ignorância, a derrotada é genuína, indicando a incapacidade de a justificação do agente acomodar mais proposições verdadeiras. A justificação não é, portanto, resistente à verdade. A quarta condição de uma análise anulabilista sugerida por Klein é, por conseguinte,

(iv) todo derrotador da justificação para  $p$  é um derrotador inicial enganador; (alternativamente, não há derrotador inicial genuíno da justificação para  $p$ ) (cf. Klein, 1981, p. 150).

As condições de crença, de verdade, de justificação doxástica e de ausência de derrotadores genuínos constituem a análise anulabilista do conhecimento proposta por Peter Klein. Embora seja atrativa em diversos aspectos, é incapaz de oferecer o veredicto correto face aos supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa.<sup>67</sup> Para todos

---

<sup>67</sup> Para evidência a favor dessa atratividade, veja de Almeida & Fett (2016).

esses casos, a negação da crença falsa é um derrotador genuíno da justificação para a crença-alvo. No caso do *Handout*, por exemplo, a proposição verdadeira <não há 53 pessoas na plateia> destrói a justificação para crença na conclusão, pois não é possível manter racionalmente a crença-alvo se conjugarmos essa proposição verdadeira com os demais justificadores para a crença-alvo. A justificação inferencial do agente, portanto, não é resistente à verdade. Para todo suposto caso de conhecimento em virtude da crença falsa, a justificação não será resistente à verdade. Dito de outro modo, sempre haverá um derrotador genuíno para destruir a justificação. É por isso que, necessariamente, se a crença-alvo for derivada essencialmente a partir de uma crença falsa, a crença na conclusão não será um item de conhecimento. Portanto, conforme o anulabilismo sugerido por Klein, não há conhecimento inferencial a partir de crença falsa.

Entretanto, esse é um resultado intragável devido à forte intuição de que o agente sabe a conclusão. A teoria da anulabilidade proposta por Klein, portanto, é forte demais por julgar erroneamente um caso de conhecimento como uma instância de ignorância. Felizmente, Peter Klein (2008) desenvolve uma análise das assim chamadas *falsidades úteis* – o tipo de crença falsa capaz de produzir conhecimento inferencial – e uma explicação de como uma pequena revisão na análise anulabilista do conhecimento é suficiente para acomodar o suposto fenômeno do conhecimento em virtude da crença falsa.

### 2.2.2 Anulabilismo e Falsidades Úteis

Risto Hilpinen (1988), ao apresentar o caso do Termômetro, sugeriu que é possível obtermos conhecimento inferencial com base em crença falsa se a falsidade for *suficientemente próxima da verdade*. Não há nenhum esboço por parte dele para clarificar o significado de próximo o suficiente da verdade. No entanto, em um nível intuitivo, é uma ideia já esboçada neste ensaio. Warfield, ao refletir sobre como negar a existência de conhecimento a partir de falsidade, elencou algumas proposições verdadeiras “na vizinhança da falsidade” capazes de epistemizar a crença-alvo. De modo geral, parece haver um mundo possível bastante próximo ao mundo atual no qual o agente creeria verazmente ao invés de crer falsamente.<sup>68</sup> No mundo atual, a crença é falsa, embora

---

<sup>68</sup> Grosso modo, mundos possíveis são modos como o mundo poderia ter sido. Por exemplo, eu poderia estar usando uma camiseta verde; o governo federal poderia ter adotado uma postura responsável face ao desafio imposto pela pandemia da Covid-19. Alguns mundos são mais distantes do que outros. Intuitivamente, o mundo no qual eu estou de camisa verde é um mundo bastante próximo do atual: bastaria que eu pegasse outra camisa no roupeiro. Por outro lado, o mundo em que o governo federal adota uma

pouquíssimas coisas necessitassem ser diferentes para a crença falsa ser verdadeira. O relógio está atrasado por apenas 2 minutos. O professor contou apenas um aluno a mais na plateia. São erros bastante pequenos e pouquíssimos fatores teriam de ser diferentes para eles não ocorrerem. Com o objetivo de clarificar esse fenômeno, Peter Klein oferece uma explicação robusta das *falsidades úteis* (*useful falsehoods*), isto é, da intuição subjacente à ideia de falsidades próximas o suficiente à verdade para produzir conhecimento, e como o conhecimento com base nesse tipo de falsidade pode ser explicado com noções anulabilistas.

Crenças falsas úteis, por serem suficientemente próximas à verdade, são capazes de produzir conhecimento inferencial. No entanto, nem toda crença falsa é capaz de produzir conhecimento inferencial, pois, caso contrário, deveríamos assumir que os casos Gettier inferenciais envolvendo falsidade são instâncias de conhecimento. Somente uma análise das falsidades úteis não é suficiente para estabelecer apropriadamente essa distinção. Em função disso, Klein reformula a quarta condição anulabilista do conhecimento para diferenciar entre casos de conhecimento a partir de crença falsa útil e casos de ignorância via crença falsa.

O primeiro estágio da explicação é pontuar o fator causal exercido pelas crenças falsas úteis na aquisição de conhecimento inferencial. Tais falsidades úteis são *causalmente essenciais* para a formação da crença em  $p$ , pois, se não fossem itens de crença do agente, não haveria elemento causal para a crença em  $p$ . No caso do *Handout*, o professor manteria a crença de que as cópias são suficientes se ele não acreditasse falsamente que há 53 pessoas na plateia? Plausivelmente, não, pois ele crê que as cópias são suficientes por crer que há 53 pessoas na plateia, e essa relação entre a premissa e a conclusão é causal. Isso já é uma posição bastante heterodoxa, uma vez que, conforme explicamos no capítulo anterior, uma crença falsa é compatível com a aquisição de conhecimento apenas se for um elemento dispensável para a cognição da crença-alvo. Isto é, se a crença falsa for uma falsidade inofensiva. Em casos de crença falsa inofensiva, há uma crença verdadeira no episódio de raciocínio capaz de oferecer excelente base causal e evidencial para a crença-alvo, de modo que a crença falsa (também atual no episódio de raciocínio) poderia ser abandonada sem prejuízo epistêmico. Não é óbvio,

---

postura responsável face ao desafio da Covid-19 é bastante distante do atual, em função do seu negacionismo para com as evidências científicas e do endosso a teses infundadas. Por ora, essa explicação e exemplos a nível intuitivo são suficientes para clarificar o conceito de mundos possíveis. Ofereceremos mais alguns detalhes disso no último capítulo, ao explicarmos as teorias do rastreamento. Para mais informações, veja Lewis (1973) e Stalnaker (1968).

sugere Klein (cf. 2008, p. 43), que uma crença verdadeira, seja ela ocorrente, seja ela disposicional, faça parte do sistema doxástico do agente a ponto de causar e conferir status epistêmico à crença-alvo, caso a crença na falsidade útil seja perdida.

Entretanto, essa explicação pode não ser atrativa a quem não está impelido a conceder que crenças falsas possam ser essenciais para obtenção de conhecimento. A fim de negar essa tese, alguém poderia argumentar que falsidades úteis são redutíveis a falsidades inofensivas. As premissas a favor dessa conclusão são os fatos de que (i) a proposição falsa útil, *uf*, é equivalente a uma conjunção, (*uf* & *v*), e (ii) a proposição verdadeira, *v*, é suficiente para conferir justificção proposicional à proposição-alvo de conhecimento, *p* (cf. Klein, 2008, p. 43). Para cada suposto caso de conhecimento via crença falsa útil, as equivalências são as seguintes:

**Termômetro:** <A temperatura indicada pelo termômetro é de 40° C> ≡ <A temperatura indicada pelo termômetro é de 40° C & A temperatura indicada pelo termômetro é de, aproximadamente, 40° C>;

**Secretária:** <A secretária disse na sexta-feira que terei um compromisso com um estudante na segunda-feira> ≡ <A secretária disse na sexta-feira que terei um compromisso com um estudante na segunda-feira & A secretária disse que terei um compromisso com um estudante na segunda-feira>;

**Papai Noel:** <O Papai Noel colocará presentes sob a árvore na véspera de Natal> ≡ <O Papai Noel colocará presentes sob a árvore na véspera de Natal & Alguém colocará presentes sob a árvore na véspera de Natal>;

**Chefe da Casa Civil:** <O presidente está na Jordânia> ≡ <O presidente está na Jordânia & O presidente está no Oriente Médio>;

**Relógio de Luxo:** <São 14h58min> ≡ <São 14h58min & São, aproximadamente, 14h58min>;

**Handout:** <Há 53 pessoas na plateia> ≡ <Há 53 pessoas na plateia & Há, aproximadamente, 53 pessoas na plateia>.

O defensor da redução de falsidades úteis a falsidades inofensivas poderia alegar que, se o agente crê na falsidade útil, então ele crê na conjunção e, por crer na conjunção, crê, também, em cada conjunto. Em função da crença em cada conjunto, o conjunto verdadeiro, *v*, é suficiente para conferir justificção proposicional à proposição-alvo. Além disso, se a crença nessa proposição verdadeira é a base causal da crença na

conclusão, então a crença-alvo é justificada doxasticamente pela crença em  $v$ . Se isso é o caso, a crença em  $uf$  é dispensável. Há um substituto para a base causal e evidencial da crença-alvo  $e$ , por isso, a presença da crença em  $uf$  no episódio de raciocínio não é um elemento supressor de conhecimento. Não é, também, um elemento essencial à cognição. O agente poderia abandonar a crença em  $uf$  sem malefícios epistêmicos. Falsidades úteis são, por conseguinte, disfarces de falsidades inofensivas.

Embora essa argumentação tenha algum apelo, a conclusão é falsa por duas razões. O fato de cada falsidade útil ser equivalente àquelas conjunções e o agente crer na falsidade útil não significa que, necessariamente, ele creia na conjunção. A ausência de crença na conjunção poderia ocorrer, por hipótese, devido à incapacidade conceitual do agente por não empregar ou não estar em posse dos conceitos relevantes. Os conceitos de conjunção ou, por exemplo, de instanciação do existencial (no caso do Papai Noel) poderiam estar ausentes no esquema conceitual do agente ou ser empregados de maneira equivocada, de tal modo que a crença conjuntiva não fosse formada. Sem a crença na conjunção, ele não teria a crença em cada um dos conjuntos. Sem a crença nos conjuntos, a proposição verdadeira,  $v$ , não poderia conferir justificção proposicional à proposição-alvo de modo a tornar a falsidade útil dispensável. Falsidades úteis, por conseguinte, não são falsidades inofensivas disfarçadas. Essa resposta não é atrativa, pois é possível conceder, de modo razoável, ao defensor da redução de falsidades úteis à falsidades inofensivas que o agente está em posse dos conceitos relevantes e emprega-os de maneira adequada. Por isso, ele formaria a crença na conjunção e em cada conjunto, de tal modo que a proposição-alvo estaria justificada proposicionalmente pela proposição verdadeira,  $v$  (cf. Klein, 2008, p. 44-45).

A segunda resposta à objeção da redução é mais atrativa por fortalecer a ideia da essencialidade causal proveniente da crença falsa útil e por oferecer indícios de como compreender a sugestão de Hilpinen de suficientemente próximo à verdade. Se a crença falsa é equivalente à conjunção e a crença falsa é dispensável e, portanto, inofensiva no episódio de raciocínio, por qual razão a crença na conjunção seria mantida se a crença falsa fosse mantida? É bastante plausível que, se o agente abandonasse a crença falsa, ele abandonaria também a crença na conjunção, uma vez que, por hipótese, ele crê na conjunção por crer na falsidade útil. Ao sequer formar a crença na conjunção, ele não teria razões para formar a crença na proposição verdadeira,  $v$ . Não haveria, portanto, uma proposição verdadeira disponível a fim de servir de base causal e epistêmica para a crença-alvo de modo a tornar a crença falsa útil dispensável. Isso, contudo, é distinto de

um caso usual de falsidade inofensiva. Nesses casos, a perda da crença falsa não é epistemicamente significativa, pois uma crença verdadeira estaria disponível para fornecer base causal e suporte epistêmico adequado à crença-alvo. Por isso, crenças falsas úteis não são falsidades inofensivas (cf. Klein, 2008, p. 45-46). Elas são elementos causais essenciais para a aquisição de conhecimento da crença-alvo. Sem a crença na falsidade útil, não haveria fundamento *causal* para a sustentação a crença-alvo.

A compreensão da objeção de redução das falsidades úteis a falsidades inofensivas é imprescindível para compreender o segundo estágio da explicação de Klein: a noção de suficientemente próximo à verdade. Em cada suposto caso de conhecimento via crença falsa, a proposição falsa, *uf*, implica uma proposição verdadeira, *v*, e *v* é capaz de justificar proposicionalmente a proposição-alvo de conhecimento. Não apenas isso, os justificadores da proposição falsa também conferem justificação proposicional à proposição verdadeira, *v*. Conforme Klein sugere (2008, p. 47), o agente sabe a conclusão inferida da crença falsa útil, pois essa falsidade acarreta uma proposição verdadeira capaz de conferir status epistêmico positivo à proposição-alvo. Se essa verdade fosse um item de crença do sistema doxástico do agente, a crença-alvo seria doxasticamente justificada por ela. É por isso que crença falsa é útil: ela é suficientemente próxima da verdade por ser a implicadora de uma proposição verdadeira capaz de epistemizar a crença-alvo de conhecimento. Sem a crença falsa útil, a proposição verdadeira não estaria disponível ao agente para epistemizar a proposição-alvo. Para capturar de modo preciso o significado de uma proposição próxima o suficiente da verdade, Klein (2008, p. 48) sugere a seguinte análise:

A crença de que *uf* é uma falsidade útil para S (para adquirir conhecimento de que *p*) por produzir a crença doxasticamente justificada de que *p* se, e somente se,

1. *uf* é falsa.
2. A crença de que *uf* é doxasticamente justificada para S.
3. A crença de que *uf* é essencial na produção causal da crença de que *p*.
4. *uf* justifica proposicionalmente *p*.
5. *uf* implica uma proposição verdadeira, *v*.
6. *v* justifica proposicionalmente *p*.
7. Seja o que for que justifique doxasticamente a crença de que *uf* para S, também justifica proposicionalmente *v* para S.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> No original, em inglês: “The belief that *uf* is a useful falsehood to S (for acquiring knowledge that *h*) by producing a doxastically justified belief that *h* iff: 1. *uf* is false. 2. The belief that *uf* is doxastically justified for S. 3. The belief that *uf* is essential in the causal production of the belief that *h*. 4. *uf* propositionally justifies *h*. 5. *uf* entails a true proposition, *t*. 6. *t* propositionally justifies *h*. 7. Whatever doxastically justifies the belief that *uf* for S also propositionally justifies *t* for S.” (Klein, 2008, p. 48). No original, Klein emprega ‘*h*’ e ‘*t*’ para a proposição-alvo (a hipótese [hypothesis]) e para a proposição verdadeira (*truth*),

Essa análise elenca condições para a crença-alvo derivada causalmente da crença falsa útil ser doxasticamente justificada.<sup>70</sup> Ou seja, essa crença verdadeira é, *ceteris paribus*, uma forte candidata a ser uma instância de conhecimento. No entanto, por qual razão essa crença verdadeira seria um item de conhecimento se essas condições especificam apenas a formação de uma crença doxasticamente justificada? Para responder a esse problema, é necessário voltarmos à teoria da anulabilidade e reformularmos a quarta condição da análise anulabilista do conhecimento, a fim de uma análise do conhecimento plausível acomodar a análise das falsidades úteis. Esse é o terceiro e último estágio da explicação de Peter Klein sobre como crenças falsas úteis podem produzir conhecimento inferencial.

Conforme explicamos anteriormente, a teoria da anulabilidade ‘tradicional’ não é capaz de explicar o conhecimento nos supostos casos de conhecimento via falsidade, pois a justificação do agente nesses casos não é resistente à verdade. Para todo caso, há um derrotador genuíno da justificação. Visando a inclusão da análise das falsidades úteis na análise anulabilista do conhecimento, Klein (2008, p. 49-50) propõe a seguinte revisão na quarta condição:

(iv) Revisada: Se [a evidência]  $e$  é verdadeira, então não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer uma das proposições na rota evidencial até e incluindo  $e$  e não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer proposição entre  $e$  e [a crença-alvo]  $p$ ; se  $e$  é falsa, então não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer uma das proposições na rota evidencial até e incluindo [a proposição verdadeira]  $v$  e não há derrotador genuíno da justificação proposicional de qualquer proposição entre  $v$  e  $p$ , em que  $v$  é definido pelas condições 1-7.<sup>71</sup>

A primeira condicional dessa condição revisada carrega a ideia principal do anulabilismo. Se o caminho evidencial, isto é, a cadeia de justificação de um conjunto de proposições  $e_n$  até  $p$  são proposições verdadeiras (ou conhecidas), então essa cadeia não será objeto de derrota genuína.<sup>72</sup> Se apenas essa condição fosse parte da definição, o anulabilismo de

---

respectivamente, enquanto estamos utilizando ‘ $p$ ’ e ‘ $v$ ’ apenas para manter a coerência entre os símbolos já adotados neste ensaio.

<sup>70</sup> Para informações sobre por que cada uma das sete condições são necessárias, veja Klein (2008, p. 50-56).

<sup>71</sup> No original, em inglês: “(iv) revised: If  $e$  is true, then there is no genuine defeater of the propositional justification of any of the propositions in the evidential path up to and including  $e$  and there is no genuine defeater of the propositional justification of any proposition between  $e$  and  $h$ ; if  $e$  is false, then there is no genuine defeater of the propositional justification of any of the propositions in the evidential path up to and including  $t$  and there is no genuine defeater of the propositional justification of any proposition between  $t$  and  $h$ , where  $t$  is defined by Conditions 1-7.” (Klein, 2008, p. 49-50).

<sup>72</sup> Isso não significa que uma cadeia de justificação constituída apenas de proposições verdadeiras seja inderrotável. Por hipótese, um agente pode ter inúmeras crenças verdadeiras formadas a partir de um

Klein, ainda assim, não acomodaria o suposto conhecimento via crença falsa, pois a cadeia de justificação, da qual um dos elos é a proposição falsa útil, seria derrotada genuinamente por  $\sim uf$ . A segunda condicional da condição revisada, por outro lado, incorpora a análise das falsidades úteis e oferece meios de explicar o aparente conhecimento a partir de falsidade. Se uma proposição falsa útil é membro da cadeia de justificação até  $p$ , basta que não haja derrotadores genuínos para a cadeia de justificação alternativa até  $p$  da qual a proposição verdadeira,  $v$ , é membro. A crença falsa útil, por ser suficientemente próxima à verdade, disponibiliza uma cadeia de justificação substituta ao agente, cujos justificadores são apenas proposições verdadeiras. Essa cadeia de proposições verdadeiras, disponível ao agente, mas não empregada por ele, confere justificação proposicional à crença-alvo de conhecimento e tal justificação não é objeto de derrota genuína, diferentemente da cadeia de justificação a qual a crença falsa útil integra. Uma vez que a cadeia de justificação até  $v$  e de  $v$  até  $p$  é inderrotável, a crença em  $p$ , inferida causalmente da falsidade útil, é um item de conhecimento.

A crença falsa útil implica uma proposição verdadeira,  $v$ , e essa proposição é justificada proposicionalmente pelos justificadores da proposição falsa útil. Além disso,  $v$  confere justificação proposicional à proposição-alvo,  $p$ . É devido a essa proposição verdadeira que a crença falsa é útil e, portanto, capaz de produzir conhecimento. Em razão dessa relação entre as proposições, as seguintes cadeias de justificação estão disponíveis ao agente:

- a.  $x \dots uf \dots p$
- b.  $x \dots v \dots p$

A cadeia de justificação  $a$  são os justificadores atuais do agente para a crença em  $p$ . Se ele fosse impelido a oferecer as razões pelas quais ele crê que  $p$  é verdadeira, ele, provavelmente, ofereceria essas proposições, uma vez que elas estão presentes no episódio *atual* de raciocínio até a crença em  $p$ . No entanto, o elo justificatório entre  $uf$  e  $p$  é derrotado genuinamente por  $\sim uf$ . Portanto, não pode haver conhecimento unicamente com base nessa cadeia de justificação. Em contrapartida, a cadeia de justificação  $b$  é resultante do fato de  $uf$  ser uma falsidade útil. É uma cadeia de justificação *possível* por

---

método inconfiável de formação de crenças. Uma pessoa sob o efeito de substância psicoativas pode asserir verazmente, embora a proposição verdadeira <esse agente está sob o efeito de substâncias psicoativas> constitua um derrotador genuíno da justificação testemunhal proveniente desse agente.

exemplificar o episódio de raciocínio que *poderia* ter ocorrido ao agente. O interessante dessa cadeia de justificação é o fato de não haver derrotadores genuínos para nenhum dos elos justificatórios até *p*. Em função de crença falsa útil possibilitar a existência desse caminho evidencial alternativo e a proposição verdadeira, *v*, conferir justificação proposicional à *p*, a crença-alvo de que *p* é uma instância de conhecimento, pois, embora a justificação advinda da falsidade útil seja derrotada genuinamente, a justificação proveniente da proposição verdadeira não é objeto de derrota genuína (cf. Klein, 2008, p. 49).

Alguém poderia objetar que o endosso a essa explicação nos comprometeria a atribuir conhecimento aos casos Gettier. Considere o caso Ford, apresentado originalmente por Lehrer (1965):

Nogot, Havit e eu somos colegas de sala. Eu vejo Nogot dirigindo um Ford, vejo-o estacioná-lo no estacionamento e escuto-o dizendo para mim que ele possui um Ford. Então, eu venho a crer que Nogot possui um Ford, e eu deduzo que alguém na minha sala possui um Ford. Suponha que alguém na sala tenha de fato um Ford, mas que não é Nogot. O dono do Ford é Havit, sobre quem eu não tenho quaisquer crenças a respeito de quais veículos, se algum, ele possui.<sup>73</sup> (Klein, 2008, p. 35-36)

Esse é um caso Gettier tradicional e, plausivelmente, o agente não sabe que alguém na sala dele possui um Ford, uma vez que essa crença é acidentalmente verdadeira. No entanto, alguém poderia argumentar que a crença falsa sobre Nogot possuir um Ford é uma falsidade útil, uma vez que ela implica a proposição verdadeira <Nogot ou Havit possuem um Ford> e essa proposição confere justificação proposicional à proposição deduzida. Portanto, o agente gettierizado teria conhecimento. Contudo, essa objeção é enganadora por duas razões, argumenta Klein (2008, p. 56-57). Uma crença pode ser doxasticamente justificada por uma falsidade útil, porém isso não significa que toda a crença verdadeira qualificada com essa propriedade será um item de conhecimento. Algumas crenças estarão aptas a serem itens de conhecimento por serem doxasticamente justificadas por falsidades úteis, outras não, tal como as crenças verdadeiras derivadas de falsidades nos casos Gettier. Além disso, uma crença verdadeira ser doxasticamente justificada por uma crença falsa útil não é *suficiente* para produção de conhecimento. A

---

<sup>73</sup> No original, em inglês: “Nogot, Havit and I are classmates. I see Nogot driving a Ford, I watch him park it in his garage, and I hear him tell me that he owns the Ford. So, I come to believe that Nogot owns a Ford, and I deduce that someone in the class owns a Ford. Suppose that someone in the class does own a Ford, but that it is not Nogot. The owner of the Ford is Havit, about whom I have no beliefs whatsoever concerning what automobiles, if any, he owns.” (Klein, 2008, p. 35-36).

condição de antiderrota revisada também deve ser satisfeita. Embora a crença falsa sobre Nogot implique <Nogot ou Havit possuem um Ford>, a justificação dessa proposição verdadeira é genuinamente derrotada por <Nogot não possui um Ford>, uma vez que, conforme sugere Klein (2008, p. 56-57), “a única evidência para a disjunção é o falso disjuncto”.<sup>74</sup> Embora a disjunção verdadeira confira justificação proposicional à proposição-alvo, <alguém na minha sala possui um Ford>, há um derrotador genuíno para essa justificação. Por isso, o agente não sabe que alguém na sua sala possui um Ford. A análise das falsidades úteis e a revisão na quarta condição anulabilista, portanto, não atribuem erroneamente conhecimento aos casos Gettier.

Por fim, como é a explicação da análise das falsidades úteis e da revisão na quarta condição anulabilista para os supostos casos de conhecimento a partir de falsidade? Para compreendermos isso, considere as proposições relevantes do caso Chefe da Casa Civil:

*m*: <o Chefe da Casa Civil disse que o presidente está na Jordânia>

*r*: <o testemunho do Chefe da Casa Civil é confiável>

*q*: <o presidente está na Jordânia>

*p*: <o presidente não está no Salão Oval>

*d*: <o presidente não está na Jordânia>

*v*: <o presidente está no Oriente Médio>

Plausivelmente, esse é um caso de conhecimento e causalmente em virtude da crença falsa. A cadeia de justificação atual, empregada pelo agente ao formar a crença-alvo, é (*m* & *r* ... *q* ... *p*). Embora essa cadeia seja epistemicamente excelente sob a perspectiva do agente, a justificação é defeituosa, pois não é resistente à verdade. A proposição verdadeira, *d*, atua como um derrotador genuíno dessa justificação, evidenciando que, apesar de conferir excelente status epistêmico à proposição-alvo, *p*, os critérios básicos para *p* ser um item de conhecimento não são satisfeitos por ela. Felizmente, a crença *q* é uma falsidade útil e, em função disso, há esta cadeia de justificação alternativa capaz de atender o critério de justificação resistente à verdade: (*m* & *r* ... *v* ... *p*). A justificação proposicional para cada um desses elos é resistente à verdade e, portanto, não é defeituosa, uma vez que não há derrotadores genuínos capazes de destruir o apoio evidencial fornecido por essa cadeia de justificação. A crença-alvo que o presidente não está no

---

<sup>74</sup> No original, em inglês: “[B]ecause the only evidence for the disjunction is the false disjunct.” (Klein, 2008, p. 56-57).

Salão Oval é uma instância de conhecimento por ser causada pela crença falsa útil de que o presidente está na Jordânia e por ser epistemizada pela proposição verdadeira,  $v$ , <o presidente está no Oriente Médio>, pois a cadeia de justificação proposicional à qual  $v$  pertence não é genuinamente derrotada. A crença falsa útil  $q$  é uma falsidade próxima o suficiente da proposição verdadeira,  $v$ , e, por isso, a relação entre elas permite que uma cadeia de justificação não empregada pelo agente confira status epistêmico positivo à crença-alvo.

Essa explicação pode ser generalizada para qualquer suposto caso de conhecimento via crença falsa. Uma vez que a crença falsa útil implica uma proposição verdadeira,  $v$ , e  $v$  satisfaz as sete condições da análise das falsidades úteis, é necessário apenas que a cadeia de justificação possível à qual  $v$  pertence não seja derrotada genuinamente. Em função disso, a justificação da crença falsa útil ser genuinamente derrotada não será um elemento supressor de conhecimento, pois a requisição para a posse de conhecimento a partir de falsidade é a inderrotabilidade da cadeia de justificação cujos elos são apenas proposições verdadeiras (e  $v$  é um desses elos). De modo geral, a base causal para  $p$  é conferida pela crença falsa útil, enquanto o suporte epistêmico para  $p$  é proveniente da justificação proposicional não derrotável da proposição verdadeira, implicada pela falsidade útil. Há conhecimento causalmente em virtude de falsidade útil, portanto.

### **2.2.3 As críticas de Claudio de Almeida às falsidades úteis de Klein**

A análise das crenças falsas úteis depende exclusivamente das noções de justificação doxástica e justificação proposicional. Conforme explicamos no primeiro capítulo, a justificação doxástica é uma propriedade atribuível a crenças. Uma crença é doxasticamente justificada se, e somente, essa crença é causada apropriadamente e os fatores que a causam justificam-na de modo proposicional. A justificação proposicional, por sua vez, é uma propriedade atribuível a proposições e confere ao agente intitulação para crer racionalmente nessas proposições. Se  $p$  é justificada proposicionalmente para um agente, então esse agente está em posse de justificação para crer que  $p$ . Ou seja, os fatores que conferem justificação proposicional a  $p$  são a base evidencial dessa proposição. No caso das crenças falsas úteis, a crença-alvo é justificada doxasticamente pela crença falsa útil: a causação e a base epistêmica da crença em  $p$  é proveniente da crença falsa útil,  $uf$ . Contudo, a justificação proposicional dessa cadeia é genuinamente derrotada por  $\sim uf$ . Como a crença falsa é próxima o suficiente da verdade, ela implica

uma proposição verdadeira,  $v$ , e  $v$  confere justificacão proposicional não-derrotável  crença-alvo,  $p$ . O conhecimento do agente é em virtude da crença falsa por ela ser suficientemente próxima da verdade, e a cadeia de justificacão  qual essa verdade pertence não é objeto de derrota genuína.

Apesar de essa explicao ser bastante elegante, há alguma obscuridade a respeito de alguns pontos, especificamente sobre a interpretao da intuio de proximidade  verdade e da epistemizao da crença-alvo proveniente da falsidade útil e da proposio verdadeira. A respeito da intuio de proximidade  verdade, conforme argumenta de Almeida (2017), não  óbvio que ela capture a intuio subjacente aos casos. De que maneira a falsidade útil <o Papai Noel colocará presentes sob a árvore de Natal>  próxima  verdade, uma vez que o mundo no qual o Papai Noel existe e entrega presentes é muito distante do atual? Não há interpretao razoável no qual essa proposio falsa seja próxima da verdade, pois o mundo teria de ser muito diferente do atual para o Papai Noel existir e entregar presentes na véspera de Natal. Em funo disso, é nebuloso por que a crença falsa de Virgínia  útil devido à proximidade  verdade se ela é *metafisicamente* distante do mundo atual. Conforme assere de Almeida (2017, p. 304),

Quando olhamos para o caso do Papai Noel, por exemplo, não há [compreensão] óbvia na qual a crença falsa de [Virgínia]  próxima da verdade, dada as suposies usuais sobre proximidade metafísica. O mundo no qual Papai Noel traz presentes é *muito* distante! E, ainda assim, acredita-se que a crença fantasiosa [de Virgínia de que o Papai Noel trará presentes] permanece epistemicamente benigna.<sup>75</sup> (de Almeida, 2017, p. 304, ênfase do autor).

A sugestão de Claudio de Almeida é a de que a crença-alvo será uma instância de conhecimento *a partir* de crença falsa mesmo se a falsidade não for suficientemente próxima da verdade. Ou seja, a crença falsa conferiria excelente status epistêmico positivo  crença-alvo apesar de não ser próxima da verdade atual, isto é, apesar de ser muito distante do mundo atual. Alguém poderia responder a essa crítica alegando que o caso do Papai Noel não é uma instância de conhecimento, portanto,  plausível que a crença falsa não seja próxima  verdade.

No entanto, mesmo nos supostos casos de conhecimento via falsidade mais plausíveis, a crença falsa útil não será intuitivamente próxima da verdade, mesmo se o

---

<sup>75</sup> No original, em inglês: "When we look at the Santa Claus case, for instance, there is no obvious way in which Little S's false belief is close to the truth, given the usual assumptions about metaphysical closeness. A world where Santa brings gifts is as *far off* as they come! And, yet, Little S's fanciful belief is thought to remain epistemically benign." (de Almeida, 2018, p. 304).

caso for construído de tal modo a acomodar nossas concepções pré-teóricas acerca do mundo atual. Plausivelmente, no mundo atual, a comitiva de segurança de qualquer presidente não permitiria que o avião no qual ele se encontra pousasse em território hostil. Isso poderia acontecer, entretanto, em mundos bastantes distantes do atual. Sob essa perspectiva, a crença falsa <o Presidente está na Jordânia> pode não ser próxima da verdade atual, pois, se a comitiva do presidente soubesse que haveria um atentado terrorista assim que ele estivesse no território da Jordânia, o pouso não seria autorizado. Isto é, essa crença falsa útil não poderia não ser próxima à verdade, pois o mundo no qual o avião do Presidente pousa na Jordânia apesar da comitiva *saber* da possibilidade de um atentado terrorista é muito distante do atual. Em função disso, não é razoável que a crença falsa <O Presidente está na Jordânia> seja suficientemente próxima da verdade. Para ser próxima da verdade, o mundo deveria ser constituído de tal forma que a comitiva presidencial não autorizasse o pouso do avião do presidente em território hostil. Nos cenários em que a proposição falsa não é próxima da verdade, a crença falsa, ainda assim, confere excelente status epistêmico positivo à crença-alvo de que o presidente não está no Salão Oval, apesar de não ser próxima da verdade.

O defensor da análise kleiniana das falsidades úteis poderia argumentar que a *proximidade epistêmica* é a relevante na argumentação de Klein, em vez da proximidade metafísica. Se o agente crese que  $v$ , ou estivesse *disposto* a crer que  $v$ , alegaria esse defensor, a crença-alvo seria causada pela crença em  $v$  e a justificação doxástica seria proveniente da crença em  $v$ .<sup>76</sup> Entretanto, Klein (2008, p. 41-47) é bastante enfático ao alegar que não é sequer necessário o agente estar disposto a crer que  $v$ . O fenômeno o qual ele objetiva clarificar é o das falsidades úteis, e não o das falsidades inofensivas. Se a proposição verdadeira,  $v$ , é objeto de crença ou um item ao qual o agente está disposto a crer, a crença falsa útil seria dispensável para a cognição da crença-alvo. Além disso, sugere de Almeida (2017, p. 304-306), não é óbvio que haja formação de crença em todas as e em cada uma das consequências lógicas daquilo que já acreditamos e é ainda é menos óbvio que estejamos dispostos a crer nessas consequências. O melhor exemplo disso é o

---

<sup>76</sup> Uma proposta bastante similar a essa é dada por Coffman (2008, p. 190-191). Ele sugere que o agente está, pelo menos, disposto a crer que  $v$  e o agente continuaria sabendo que  $p$  mesmo se a crença-alvo fosse baseada de modo causal e evidencial em  $v$ . Ou seja, a crença falsa é inessencial para epistemizar a crença-alvo de conhecimento inferencial, em função de causalção e da epistemização da crença-alvo serem devidas a  $v$  em mundos próximos. No entanto, no *mundo atual*, a base causal e epistêmica é proveniente da crença falsa. É importante destacarmos que essa posição é diferente da posição *antiessencialista* conjecturada por Montminy (2014, p. 467-468). A tese antiessencialista é a ideia segundo a qual uma crença falsa seria o elemento epistemizador da crença-alvo, apesar de não ser causalmente essencial à cognição. A discussão sobre antiessencialismo será examinada nas seções 2.3.3 e 2.3.3.1.

caso da Zebra, proposto por Dretske (1970).<sup>77</sup> Se um agente está num zoológico e forma a crença de que o animal a sua frente é uma zebra com base nas suas experiências perceptuais de zebra (e a proposição <o animal é uma zebra> implica <o animal não é uma mula perfeitamente disfarçada de zebra>), isso não significa que ele esteja disposto a crer que o animal não é uma mula perfeitamente disfarçada de zebra ou que ele forme a crença nesse conteúdo por ser uma implicação lógica de uma crença anteriormente formada. Ele pode estar em posse de razões que refreiem a formação da ou a disposição para a crença, como, por exemplo, a saliência de uma hipótese cética. Conforme enfatiza de Almeida (2017, p. 306), ecoando esse ponto específico da argumentação de Klein, “o elemento causal deve vir inteiramente de *uf*.”<sup>78</sup> A proximidade epistêmica, por conseguinte, não é um fator relevante na argumentação de Klein, uma vez que o simples fato de a falsidade útil implicar uma proposição verdadeira não autoriza o agente a estar disposto ou a formar crença nesse conteúdo.

Esses argumentos de Claudio de Almeida, tanto contra a proximidade metafísica, quanto contra a proximidade epistêmica, não constituem uma refutação da análise das falsidades úteis propostas por Klein. Essa argumentação apenas evidencia que a intuição de conhecimento subjacente aos casos em análise talvez não seja a de falsidades próximas da verdade. No entanto, de Almeida oferece argumentos mais fortes contra a análise de Klein, especificamente, em função da distinção entre justificação proposicional e doxástica.

A crença falsa útil, *uf*, confere justificação doxástica à crença-alvo, *p*. Como justificação doxástica implica justificação proposicional, a falsidade útil também confere justificação proposicional à *p*. Isto é, a falsidade é a base evidencial que autoriza o agente a crer racionalmente em *p*. Como a falsidade é útil, ela implica uma proposição verdadeira, *v*, e *v* justifica de modo proposicional a proposição-alvo, *p*. A crença-alvo em *p* é, portanto, justificada de modo proposicional por *uf* e por *v*. Há dois fatores evidenciais para a crença em *p* e, no entanto, nenhuma explicação é oferecida a respeito de por que essa divisão epistêmica é necessária, assere de Almeida (2017, p. 306). Qual a diferença entre a justificação proposicional advinda da falsidade útil e a justificação proposicional originada da proposição verdadeira? Por que a justificação doxástica proveniente da crença falsa útil não é um elemento epistemizador suficiente para a crença-alvo ser uma instância de conhecimento? Se a crença-alvo é doxasticamente justificada pela crença

---

<sup>77</sup> Para mais informações a respeito da discussão sobre fecho epistêmico, veja de Almeida (2018, 2020).

<sup>78</sup> No original, em inglês: “The causal element must come entirely from the *uf*.” (de Almeida, 2018, p. 306).

falsa útil, conferindo, portanto, base causal e evidencial apropriadas para  $p$ , por que a proposição verdadeira é evidencialmente essencial para a cognição de  $p$ ? Isso parece sugerir que há uma desvalorização por parte de Klein da epistemização proveniente de crenças falsas.

Klein poderia responder a essas pressões argumentando que a cadeia de justificação da falsidade útil é derrotada genuinamente, enquanto a cadeia de justificação da proposição verdadeira implicada não é derrotada genuinamente. Por isso,  $v$  é necessária para a epistemização da crença em  $p$ . É por isso que os casos Gettier não são instâncias de conhecimento. A cadeia de justificação das proposições verdadeiras implicadas é derrotada genuinamente, assim como a cadeia à qual a falsidade pertence. No entanto, argumenta de Almeida (2017, p. 306), essa resposta é insatisfatória para diferenciar entre falsidades *benignas* e *malignas*, isto é, falsidades produtoras de conhecimento e falsidades produtoras de gettierização, respectivamente. No caso Ford, Klein argumenta que a justificação proposicional advinda da proposição verdadeira implicada <Nogot ou Havit possuem um Ford> é derrotada genuinamente por <Nogot não possui um Ford>, uma vez que essa justificação depende exclusivamente da justificação para o disjuncto falso sobre Nogot. O caso Ford, portanto, não é uma instância de conhecimento. Entretanto, esse caso é estruturalmente idêntico aos supostos casos de conhecimento via falsidade. No caso do *Handout*, a proposição verdadeira,  $v$ , <há, aproximadamente, 53 pessoas na plateia> é justificada de modo proposicional pela falsidade <há 53 pessoas na plateia>. Ainda assim, sugere Klein, a crença-alvo de que as cópias são suficientes é um item de conhecimento por ser proposicionalmente justificada por  $v$ . No entanto, por que, em *Handout*, a cadeia de justificação proveniente de  $v$  não é genuinamente derrotada por <não há 53 pessoas na plateia>? A justificação proposicional de  $v$  depende exclusivamente do fato de falsidade útil também estar proposicionalmente justificada. Isto é, a evidência para  $v$  é a própria falsidade útil. E esse cenário é equivalente ao do caso Ford. No caso Ford, a justificação proposicional originada de  $v$  não foi objeto de derrota genuína por depender evidencialmente da falsidade? Por que em *Handout* não haveria derrota genuína da justificação se  $v$  depende evidencialmente da falsidade útil? A conclusão de Claudio de Almeida (2017, p. 306) é que há derrota genuína da justificação em ambos os casos. Se, em ambos os casos, a justificação advinda da proposição verdadeira é objeto de derrota genuína, então a crença-alvo do agente não é uma instância de conhecimento. A teoria da anulabilidade revisada, por conseguinte, não distingue entre falsidades benignas e malignas. Conforme a argumentação de Claudio de Almeida, toda

crença falsa será maligna de acordo com o anulabilismo revisado de Klein, pois, mesmo se ela implicar uma proposição verdadeira capaz de conferir status epistêmico à proposição-alvo, a justificção proveniente dessa relação será genuinamente derrotada.

Não há esperança para o anulabilismo revisado de Klein. Essa revisão enfrenta os mesmos problemas que as teorias da anulabilidade ‘tradicionais’ enfrentam ao tentar explicar os supostos casos de conhecimento via falsidade. Isso não significa que não haja esperanças para o anulabilismo de modo geral. No próximo capítulo, examinaremos a proposta anulabilista-falibilista de Claudio de Almeida e a explicação dele para os casos em análise. Embora o argumento de Klein não seja eficaz para defender uma versão de *conhecimento apesar de falsidade*, há alternativas mais fortes na literatura em favor dessa posição teórica. Nas próximas seções, examinaremos essas alternativas, que negam a essencialidade causal originada na crença falsa para a cognição da crença-alvo e argumentam que a base causal e evidencial para a crença em  $p$  é devida à proposição *proxy*.

### 2.3 PROPOSTAS FORTES DE ‘CONHECIMENTO APESAR DE FALSIDADE’

Apesar de Peter Klein atribuir à crença falsa uma função causal essencial para o conhecimento inferencial da crença-alvo, a epistemização dessa crença é devida a uma proposição verdadeira implicada pela crença falsa. Essa proposição verdadeira é um *proxy* epistêmico, isto é, um substituto epistêmico para a crença-alvo ser uma instância de conhecimento inferencial, uma vez que, na concepção de Klein, crenças falsas são sempre epistemicamente defeituosas. Essa explicação pode ser interpretada como uma versão mais *fraca* de conhecimento apesar de falsidade, pois, apesar de a epistemização da conclusão depender da proposição verdadeira, a causação da crença-alvo depende essencialmente da crença falsa. Embora a análise das falsidades úteis e o anulabilismo de Klein não sejam bem-sucedidos em esclarecer o fenômeno, há alternativas mais *fortes* de conhecimento apesar de crença falsa e, por conseguinte, contra a possibilidade de crenças falsas produzirem conhecimento inferencial. No restante deste capítulo, examinaremos os argumentos de Ian Schnee (2015) a favor da impossibilidade de conhecimento via crença falsa e as propostas de Brian Ball & Michael Bloome-Tillmann (2014), Martin Montminy (2014) e Rodrigo Borges (2017, 2020) a favor da tese mais forte do conhecimento apesar de crença falsa. De modo geral, essas propostas sugerem que a crença falsa *não é* causalmente essencial para a cognição de  $p$ ; o *proxy* epistêmico é o elemento causal e epistêmico do conhecimento da crença-alvo. O primeiro desafio a cada

uma das posições desenvolvidas por esses autores é oferecer uma definição de *proxy* epistêmico, de modo a contornar as críticas de Ted Warfield (2005) contra a suficiência do *proxy* epistêmico como crença (disposicional) verdadeira ou como disposição para crer. Após isso, examinaremos as objeções de Branden Fitelson (2017), de Federico Luzzi (2019) e de Christopher Buford & Christopher Michael Cloos (2018) contra essas propostas.

### 2.3.1 O argumento de Ian Schnee

Embora alguns agentes possuam a intuição de que os casos em análise são instâncias de conhecimento e *em virtude* da crença falsa, Ian Schnee (2015) acredita que essa impressão é enganadora. Para ele, é *impossível* haver conhecimento a partir de crença falsa, pois a crença falsa não é essencial para a cognição ou a crença-alvo não será um item de conhecimento. Por outro lado, se a crença-alvo do agente é uma instância de conhecimento, é devida a uma cadeia de justificação verdadeira, isto é, em função de um caminho evidencial constituído apenas por proposições verdadeiras.

O primeiro estágio da argumentação de Schnee contra a possibilidade de conhecimento via falsidade depende da distinção entre *KFF-essencial* e *KFF-inessencial*.<sup>79</sup> Se a crença falsa pertence à *única* cadeia de justificação até a crença-alvo, *p*, e *p* é um item de conhecimento, então isso é um caso de KFF-essencial. Por outro lado, se há também uma cadeia de justificação cujos elos são constituídos apenas por proposições verdadeiras e essa cadeia é *epistemicamente independente* da cadeia de justificação à qual a falsidade pertence, e *p* é um item de conhecimento, então isso será um caso de KFF-inessencial. Por hipótese, em KFF-inessencial, ambas as cadeias de justificação, a verdadeira e a não-verídica, conferem excelente status epistêmico positivo de modo independente à crença-alvo de conhecimento. Isto é, em KFF-inessencial, a crença-alvo do agente é baseada de modo independente tanto na cadeia com falsidade, quanto na cadeia com apenas verdades.<sup>80</sup> Plausivelmente, a existência de KFF-inessencial é subordinada à existência de KFF-essencial. Se os casos nos quais a cadeia de justificação com algum elo falso é a única base epistêmica para a crença-alvo e essa cadeia é incapaz de conferir excelente status epistêmico à proposição-alvo, então, em casos com, pelo

---

<sup>79</sup> ‘Essential-KFF’ e ‘Non-essential-KFF’, respectivamente (cf. Schnee, 2015, p. 56).

<sup>80</sup> Casos de KFF-inessencial não são casos de sobredeterminação envolvendo falsidades inofensivas: crenças falsas inofensivas não são capazes de produzir conhecimento inferencial, enquanto isso é possível para falsidades em KFF-inessencial.

menos, duas cadeias de justificação independentes (uma constituída apenas por verdades e a outra na qual um dos elos é uma falsidade), a cadeia de justificação com falsidade também não epistemizará a crença-alvo a nível de conhecimento. A falsidade de KFF-essencial garante a falsidade de KFF-inessencial. Em função disso, se não há KFF-essencial, então não há KFF-inessencial, argumenta Schnee (2015). Por uma questão de escopo, examinaremos apenas a argumentação de Schnee contra KFF-essencial, uma vez que a falsidade dessa modalidade de conhecimento a partir de falsidade é uma forte razão contra KFF-inessencial.<sup>81</sup>

Os supostos casos de conhecimento via crença falsa apresentados no primeiro capítulo, alegaria Schnee, são casos de KFF-inessencial, pois não há qualquer restrição em relação às atitudes doxásticas do agente que impeça a formação de crenças nas proposições verdadeiras candidatas a *proxy*. A crença falsa de que há 53 pessoas na plateia e a crença *proxy* de que há, aproximadamente, 53 pessoas na plateia são, de modo independente, a base causal e epistêmica da crença-alvo no caso *Handout*. Um caso genuíno de KFF-essencial deveria impedir a formação da crença *proxy* para garantir a causação e epistemização da crença-alvo originada unicamente a partir da crença falsa. Esta variação do caso Relógio de Luxo é, conforme Schnee (2015, p. 55), um genuíno caso de KFF-essencial:

**Programa de Tv 2:** este caso é como Programa de Tv 1 [O programa favorito do [agente] está no ar das 18h às 19h. [Ele] olha em seu relógio, que marca 18h30min, e infere, considerando que são (exatamente) 18h30min, que o programa está [sendo transmitido]. Entretanto, [ele] está enganado. Não são (exatamente) 18h30min, são 18h32min; seu relógio está atrasado por 2 minutos.], entretanto o [agente] está extremamente convicto a respeito da precisão do seu relógio e apenas forma crenças exatas a partir dele; [ele] não possui outra evidência sobre o horário<sup>82</sup> (Schnee, 2015, p. 54-55).

Esse é um caso de KFF-essencial porque a cadeia de justificação com a falsidade é o único elemento epistemizador da crença-alvo. Em função da descrição do caso e das crenças do agente a respeito do relógio, a formação de crença na proposição <são,

---

<sup>81</sup> Para mais informações sobre os argumentos contra KFF-inessencial, veja Schnee (2015, p. 64-65).

<sup>82</sup> No original, em inglês: “Tv Show 1: Ellie’s favorite TV show is on from six to seven. Ellie looks at her watch, which reads six thirty, and she infers, from the consideration that it is (exactly) six thirty, that her show is on. But Ellie is in error. It isn’t (exactly) six thirty, it is six thirty-two; her watch is slow by two minutes.” (Schnee, 2015, p. 54).

“Tv Show 2: The case is like Tv Show 1, but Ellie is extremely confident about the accuracy of her watch and only forms exact beliefs from it; she has no other evidence at all regarding the time.” (Schnee, 2015, p. 55).

aproximadamente, 18h30min> não é permitida. A base evidencial é somente a crença falsa e não há *proxy* epistêmico disponível para substituir a falsidade.

O segundo estágio da argumentação de Schnee (2015, p. 57-63) consiste em apresentar um dilema para os defensores de KFF-essencial. Em todos os casos de KFF-essencial, ou o agente está em posse de razões que o autorizam a não formar crença nas proposições *proxies*, ou o agente não está em posse de razões que autorizam esse comportamento doxástico. Em qualquer um dos cenários, o agente não sabe que *p*. Esse dilema depende de uma suposição bastante plausível segundo a qual a nossa reação intuitiva face a casos complexos pode mudar em função do nosso entendimento das propriedades teóricas relevantes (cf. Schnee, p. 57-58). Alguns agentes podem ter a intuição de que é possível conhecer algo que é falso. No entanto, uma explicação filosófica sobre o conhecimento e a oferta de alguns exemplos, plausivelmente, induzirão o agente a refletir e, quiçá, a responder casos similares de modo intuitivamente distinto, isto é, não atribuir conhecimento de uma proposição falsa a um agente. Nos casos de KFF-essencial, a compreensão adequada do caso e das características teóricas relevantes não autorizam a intuição de que o agente sabe; nossa intuição, sugere Schnee (2015, p. 58), será a de que o agente *não* sabe que *p*. Ou seja, ao compreendermos por que não houve formação de crença na proposição *proxy* e as suposições teóricas relevantes, a reação intuitiva face aos casos não será a de que o agente sabe inferencialmente que *p* em virtude da crença falsa. O dilema de Schnee contra KFF-essencial pode ser formulado da seguinte maneira:

(P1) Ou o agente está em posse de boas razões para não formar crença na proposição *proxy*, ou o agente não está em posse de boas razões para não formar crença na proposição *proxy*.

(P2) Se o agente *está* em posse de boas razões para não formar a crença na proposição *proxy*, então a crença-alvo não é um item de conhecimento inferencial.

(P3) Se o agente *não* está em posse de boas razões para não formar a crença na proposição *proxy*, então a crença-alvo não é um item de conhecimento inferencial.

(C) ∴ A crença-alvo do agente não é um item de conhecimento inferencial.<sup>83</sup> (cf. Buford & Michael Cloos, 2018, p. 177).

---

<sup>83</sup> No original, em inglês: "(1) Either Ellie has a good epistemic reason for not forming a belief about approximately what time it is or she does not have such a reason. (2) If Ellie has a good reason for not forming beliefs about approximately what time it is, then Ellie is Gettiered and lacks inferential knowledge.

Esse argumento é classicamente válido: é uma instanciação da regra de derivação *eliminação da disjunção*. Por definição, a premissa 1 é verdadeira devido à maneira como os casos de KFF-essencial são construídos; eles impedem a formação de crenças *proxies*. O ponto em disputa será se essa atitude doxástica é epistemicamente permissível e as consequências disso. Conforme a premissa 2, é epistemicamente permissível ao agente não formar crenças em proposições *proxies*, pois há razões em sua posse autorizando essa atitude, mas, ainda assim, a crença-alvo, *p*, não é uma instância de conhecimento. Em apoio à premissa 2, Schnee (2015, p. 58) oferece este caso:

**Programa de Tv 3:** Este caso é como o do Programa de Tv 2, entretanto o [agente] sabe que, apesar do relógio dele ser bastante confiável, quando o seu relógio não está exatamente certo, é usualmente por uma hora ou mais. É por isso que [ele] não forma crenças sobre o horário aproximado [com base] no relógio dele; [ele] crê exatamente no que o relógio indica ou não forma crenças no horário com essa base.<sup>84</sup>

Em Programa de Tv 3, o agente está epistemicamente impedido de formar crença na proposição *proxy* de que são, aproximadamente, 18h30min, pois, quando o relógio indica o horário errado, é por estar, pelo menos, uma hora adiantado. O agente sabe disso e, com base nesse conhecimento, não forma crenças a respeito do horário aproximado. Apesar disso, ele crê falsamente que são 18h30min e, com base nisso, forma a crença verdadeira de que o programa de Tv está sendo transmitido. Essa crença é um item de conhecimento?

Plausivelmente, não. A crença do agente, apesar de justificada, é acidentalmente verdadeira. Isto é, a crença do agente de que ele o programa de Tv está sendo transmitido é verdadeira por sorte. Se o relógio indica o horário errado, é por estar, pelo menos, uma hora adiantado. Se o relógio estivesse adiantado, pelo menos, uma hora, como já é usual, a crença-alvo do agente seria falsa, uma vez que o programa de televisão já teria terminado no momento de formação da crença. No entanto, a sorte interveio e o agente errou por apenas dois minutos, possibilitando, desse modo, a formação de uma crença

---

(3) If Ellie does not have a good reason for not forming beliefs about approximately what time it is, then Ellie is epistemically defective and lacks inferential knowledge. (4) Thus, Ellie lacks inferential knowledge.” (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 177). A versão do argumento apresentada por nós é uma generalização do dilema proposto por Schnee. Embora Schnee concentre seus argumentos em uma versão do caso Relógio de Luxo, plausivelmente a conclusão dele se aplicaria aos demais casos de KFF-essencial. Em função disso, a generalização do dilema não está injustificada.

<sup>84</sup> No original, em inglês: “TV Show 3: This case is like TV Show 2, but Ellie knows that, even though her watch is quite reliable, when her watch is not exactly right it is usually an hour or more off. That is why she does not form approximate beliefs about the time from her watch; she believes exactly what her watch says or she forms no belief at all about the time on its basis.” (Schnee, 2015, p. 58).

verdadeira e justificada que, entretanto, não é uma instância de conhecimento.<sup>85</sup> Ou seja, como não é permissível ao agente formar a crença de que é, aproximadamente, 18h30min, a inferência da crença falsa até a conclusão verdadeira é epistemicamente defeituosa, pois o alcance da crença verdadeira é devido a um fator puramente acidental. Esse ponto pode ser generalizado, conforme alega Schnee (2015, p. 58): “se há fatos que o sujeito sabe os quais subscrevem a não-utilização de todos os caminhos evidenciais alternativos, [...] então a inferência dele sempre será sortuda de modo problemático”.<sup>86</sup> Em casos de KFF-essencial, por conseguinte, se a não-formação de crença em proposição *proxy* é justificada, a crença-alvo derivada unicamente a partir de falsidade será fortuitamente verdadeira. Como conhecimento é incompatível com alcance fortuito da verdade, a crença-alvo não será uma instância de conhecimento. Portanto, não há KFF-essencial.

Conforme a premissa 3, se *não* é epistemicamente permissível ao agente não formar crença em proposições *proxies*, então a crença-alvo, derivada da falsidade, não é um item de conhecimento. Em outras palavras, não há razões epistêmicas que justifiquem a não-formação de crença na proposição *proxy*, pois o agente não está em posse de razões que autorizem tal atitude. Devido à ausência de crença na proposição *proxy*, a crença-alvo não é uma instância de conhecimento, assim como na premissa 2. Para apoiar a premissa 3, Schnee (2015, p. 60) modifica novamente o caso Programa de Tv:

**Programa de Tv [4]:** Este caso é como o do Programa de Tv 2; o [agente] está bastante confiante na precisão do seu relógio e apenas forma crenças exatas com base nele, mas [ele] não possui nenhuma razão para esse comportamento doxástico; [ele] não possui outra evidência sobre o horário<sup>87</sup> (Schnee, 2015, p. 60).

Em Programa de Tv 4, não há qualquer impedimento para a não-formação de crença na proposição *proxy* <são, aproximadamente, 18h30min>, no entanto, o agente não forma a crença nesse conteúdo e não há razão alguma autorizando essa atitude doxástica. Ou seja, é permissível ao agente formar a crença na proposição *proxy*, contudo, não há formação de crença nesse conteúdo e a não-formação de crença é injustificada, pois o agente não está em posse de razões a favor disso. Há alguns problemas com esse caso, contudo, e

---

<sup>85</sup> Para mais explicações sobre conhecimento e sorte, veja Pritchard (2005) e Zagzebski (1994).

<sup>86</sup> No original, em inglês: “If there are facts that a subject knows that underwrite her avoidance of all alternative evidential paths, [...] then her inference will Always be problematically lucky.” (Schnee, 2015, p. 58).

<sup>87</sup> No original, em inglês: “TV Show 5: This case is like TV Show 2; Ellie is extremely confident about the accuracy of her watch and only forms exact beliefs from it, but she has no reason for this doxastic behavior; she has no other evidence at all regarding the time.” (Schnee, 2015, p. 60).

isso apoia a alegação de que a crença-alvo, *p*, não é um item de conhecimento. O principal problema é o fato de o agente estar bastante convicto a respeito da precisão do relógio, mas sem estar em posse de razões a favor da exatidão do relógio.<sup>88</sup> Se o relógio está dois minutos atrasado, como é possível crer racionalmente que o horário do relógio é exato? A crença do agente a respeito da exatidão do relógio é injustificada. Schnee (2015, p. 60) parece sugerir que, a fim de bloquear uma cadeia de justificação verídica, defensores do ‘conhecimento a partir da falsidade’ desenvolvem casos com características epistemicamente questionáveis e, em função disso, a atribuição de conhecimento da crença-alvo é indevida. Como é possível uma crença verdadeira ser uma instância de conhecimento se um dos elos da cadeia de justificação com falsidade é uma crença formada de modo inconfiável? Embora Schnee (2015, p. 60-61) conceda que Programa de Tv 4 não *prova* que a crença <o programa de Tv está sendo transmitido> não é um caso de conhecimento, o caso evidencia que “não importa como os advogados do [‘conhecimento a partir de crença falsa’] construam seus casos, sempre haverá algo epistemicamente problemático acerca do sujeito, que nos dará [boas razões] para resistir à atribuição de conhecimento.”<sup>89</sup> (Schnee, 2015, p. 61). Em casos de KFF-essencial, por conseguinte, se a não-formação de crença na proposição *proxy* é injustificada, então o agente é epistemicamente defeituoso. Em função disso, a crença-alvo não é um item de conhecimento.

Como cada um dos disjuntos da premissa 1 apoia a alegação de que a crença-alvo do agente não é um item de conhecimento, a conclusão do argumento de Schnee está justificada. Essa argumentação confere justificação *prima facie* à tese de que não há KFF-essencial e, portanto, é impossível haver conhecimento a partir de crença falsa.

### 2.3.1.1 Objeções ao argumento de Schnee

Um dos modos de avaliar um argumento é examinar se todas as premissas são verdadeiras e apoiadas por boas razões. Apesar de Schnee argumentar explicitamente a favor da verdade da segunda e da terceira premissa, há boas razões oferecidas por Buford & Michael Cloos (2018) para crer que elas são falsas. Nesta seção, examinaremos tais razões.

---

<sup>88</sup> Neste contexto, estar convicto significa ter confiança a respeito da exatidão do relógio.

<sup>89</sup> No original, em inglês: “no matter how KFF advocates construct their cases, there is always something epistemically problematic about the subject that gives us as good or better grounds for resisting the attribution of knowledge [.]” (Schnee, 2015, p. 61).

A segunda premissa do argumento de Schnee depende da alegação de que o agente está em posse de razões que autorizem a não-formação de crença na proposição *proxy*. No caso Programa de Tv 2, o agente *sabe* que, se o relógio indica o horário incorreto, é por estar adiantado uma hora ou mais. Se o agente sabe que o relógio está adiantado pelo menos uma hora, isso constitui um limiar razoável entre o horário aproximado e o horário não-aproximado. Por isso, não há formação de crença em <são, aproximadamente, 18h30min>. No entanto, a crença-alvo do agente é acidentalmente verdadeira ao inferi-la da crença falsa <são, exatamente, 18h30min>, portanto, o agente não sabe que o programa de Tv está sendo transmitido. O impedimento razoável na formação de crença na proposição *proxy* garante que a crença-alvo derivada da falsidade será fortuitamente verdadeira.

Entretanto, não é óbvio que o agente não possa saber que *p* com base em crença falsa e, ao mesmo tempo, estar em posse de excelentes razões que o permitam não formar crença na proposição *proxy*. Buford & Michael Cloos (2018, p. 178) argumentam, com base numa variação de Programa de Tv 2, que um agente pode saber que *p* com base em crença falsa e estar epistemicamente autorizado a não formar crença em proposições *proxies*. Esse caso, se plausível, falsificaria a segunda premissa do argumento de Schnee ao mostrar que, necessariamente, se o agente *está* em posse de boas razões para não formar a crença na proposição *proxy*, isso não é suficiente para impedir a aquisição de conhecimento via crença falsa. Considere, a seguir, o caso proposto por Buford & Michael Cloos (2018, p. 178):

**Programa de Tv 2.1:** Este caso é como o Programa de Tv 2, mas o [agente] não forma crenças aproximadas sobre o horário com base no seu relógio, pois [ele] o comprou de um relojoeiro o qual produziu dez milhões de relógios e apenas um não é totalmente preciso. E esse relógio está atrasado apenas um segundo. No entanto, o relógio dele não rastreia os segundos, apenas as horas e os minutos. [O agente] conferiu o seu relógio diversas vezes e ele sempre marca o horário correto a respeito das horas e dos minutos. [O agente] está extremamente convicto de que o seu relógio é correto e se recusa a formar crenças acerca do horário aproximado (talvez por considerar a crença [em tais conteúdos] uma bagunça desnecessária). Na verdade, o relógio dele está atrasado por um segundo. [Ele] forma a crença às 18h29min59sec.<sup>90</sup> (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 178)

---

<sup>90</sup> No original, em inglês: “TV SHOW: This case is like TV Show 2, but Ellie does not form approximate beliefs about the time from her watch because she purchased her watch from a watchmaker who has made 10,000,000 watches and only one has been less than fully accurate. And that watch was only off by one second. Her watch does not however track seconds, only the hour and minutes. Ellie has checked her watch numerous times and it has always delivered a correct verdict with respect to hour and minutes. She is thus extremely confident that her watch is correct and refuses to form beliefs about the approximate time (perhaps viewing such beliefs as unnecessary clutter). Her watch is in fact off by one second. She forms her belief at 6:29:59.” (Buford & Michael Cloos. 2018, p. 178).

Em Programa de Tv 2.1, o agente forma a crença de que o seu programa de Tv está sendo transmitido ao inferi-la da crença falsa de que são, exatamente, 18h30min. No entanto, são 18h29min59sec, e não exatamente 18h30min. Plausivelmente, o agente está em posse de excelentes razões para não formar crença na proposição *proxy* <são, aproximadamente, 18h30min> e isso não parece impedi-lo de obter conhecimento da crença-alvo. Isto é, o agente sabe que o produtor do seu relógio é um relojoeiro extremamente confiável. Dos dez milhões de relógios produzidos, apenas um deles não é extremamente preciso. E ele não é *extremamente preciso* por uma margem de erro pequeníssima: o relógio está apenas um segundo atrasado! Plausivelmente, esse pequeno erro não é um fator capaz de demover o agente do estado de conhecimento, uma vez que o relógio é extremamente preciso acerca das horas e dos minutos. Ou seja, o agente foi sortudo por comprar um relógio extremamente preciso em relação às horas e aos minutos, embora tenha sido menos sortudo porque o relógio não é preciso acerca dos segundos. Apesar de haver alguns elementos de sorte no cenário construído por Buford & Michael Cloos, não é plausível que a crença-alvo seja acidentalmente verdadeira, isto é, que a crença-alvo do agente não esteja gettierizada. Ele sabe que o seu programa de Tv está sendo transmitido e sabe disso com base na crença de que são exatamente 18h30min. A posse de razões para não formar crença em proposição *proxy* não o impede de adquirir conhecimento inferencial em virtude de crença falsa. Portanto, a segunda premissa do argumento de Schnee é falsa, uma vez que o conseqüente daquela condicional é falso, apesar do antecedente ser verdadeiro.

Apenas esse argumento seria suficiente para impedir a inferência com base na eliminação da disjunção proposta por Schnee. Uma vez que um dos disjuntos não implica a mesma conclusão do outro disjunto, a conclusão não poderá ser classicamente derivada. Apesar disso, há boas razões para crer que a terceira premissa do argumento de Schnee é também falsa. Essa premissa sugere que, se o agente *não* está em posse de boas razões para não formar crença na proposição *proxy*, então a crença-alvo não é um item de conhecimento. Se o agente formar uma crença verdadeira com base em crença falsa e a não-formação de crença *proxy* for um comportamento doxástico injustificado, isso significa que os agentes em KFF-essencial são epistemicamente problemáticos. No entanto, sugerem Buford & Michael Cloos (2018, p. 178), a crença-alvo pode ser um item de conhecimento mesmo se o agente for epistemicamente problemático por não estar em

posse de razões que não autorizem a formação da crença *proxy*. Considere o seguinte caso a favor dessa ideia:

Imagine que [o agente] use um relógio confiável [comprado] de um fabricante confiável e que o relógio esteja alguns minutos atrasado. Suponha, além disso, que [o agente] sofra de transtorno obsessivo-compulsivo, o que o impede de formar crenças sobre o horário aproximado; ela sente uma compulsão de ter apenas crenças acuradas sobre o horário. Isso não é uma boa razão epistêmica para recusar-se a formar crenças sobre o horário aproximado, mas por que pensar que isso impede [o agente] de saber que o programa de tv está [sendo transmitido]?<sup>91</sup> (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 178)

Nesse caso, o agente forma a crença de que o programa de Tv está sendo transmitido com base na crença falsa de que são exatamente 18h30min. Como o relógio está alguns minutos atrasado, o mais razoável seria formar crença em alguma das proposições *proxies*, como <são, aproximadamente, 18h30min>. No entanto, não há formação de crença nesses conteúdos e, diferentemente dos outros casos, essa é uma atitude irracional por parte do agente, pois ele não está em posse de boas razões que autorizem isso. Em função do transtorno do agente, não formar crença na proposição *proxy* é um comportamento epistemicamente injustificável. No entanto, não é óbvio por que a ausência de crença *proxy* impossibilitaria o agente de saber que o programa de Tv está sendo transmitido e saber isso a partir da crença falsa de que são exatamente 18h30min. O agente pode ser epistemicamente problemático por ser irracional ao não formar crenças *proxies* sem, contudo, isso impedir a aquisição de conhecimento inferencial. Ou seja, a ausência de razões para não formar crença *proxy* não impede a aquisição de conhecimento inferencial a partir de crença falsa. Portanto, a terceira premissa do argumento de Schnee é falsa, uma vez que o conseqüente daquela condicional é falso, apesar do antecedente ser verdadeiro.

A falsidade tanto da segunda premissa, quanto da terceira premissa, desmantela o argumento em forma de dilema de Schnee a favor da impossibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. Por fim, suponha, plausivelmente, que o agente creia, racionalmente, em alguma das proposições candidatas a *proxy*, como, por exemplo, <são, aproximadamente, 18h30min>. Essa crença pode ser objeto de crença ocorrente ou

---

<sup>91</sup> No original, em inglês: “Imagine that Ellie wears a reliable watch from a reliable manufacturer and that the watch happens to be off by a few minutes. Suppose further that Ellie suffers from a strain of obsessive-compulsive disorder that keeps her from forming beliefs about the approximate time; she feels a compulsion to only have fine-grained beliefs about the time. This isn’t a good epistemic reason for refusing to form beliefs about the approximate time, but why think that it rules out Ellie coming to know that her show is on?” (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 178).

disposicional.<sup>92</sup> Para Schnee, o fato de o agente não ter a crença *proxy* impede o agente de saber a conclusão. No entanto, argumenta Luzzi (2019, p. 27), o defensor do ‘conhecimento a partir de crença falsa’ pode conceder que o agente forme crença na proposição *proxy* e, ainda assim, a base causal e epistêmica provenha da crença falsa. Conforme alega Luzzi (2019, p. 27), “[a] caracterização de Schnee de KFF ‘essencial’ negligencia a possibilidade de que o caminho contendo a premissa falsa é o empregado pelo sujeito, enquanto, ao mesmo tempo, o caminho o qual procede via o *proxy* conhecido de modo disposicional permanece disponível (mas inativo).”<sup>93</sup> Essa concessão dissolveria o dilema proposto por Schnee, uma vez que o defensor do ‘conhecimento a partir de falsidade’ não estaria em desvantagem teórica em relação aos seus críticos.

### 2.3.2 O argumento de Brian Ball & Michael Blome-Tillmann

O objetivo de Brian Ball & Michael Blome-Tillmann (2014) é defender o Princípio de Contrafecho do Conhecimento (KCC) face à objeção da possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. Para esses autores, a crença falsa nos casos relevantes sequer é causalmente essencial para a cognição de *p*. A formação da crença-alvo em *p*, sugeririam Ball & Blome-Tillmann, é devida à excelente base causal e evidencial proveniente de uma crença *proxy* – por definição, uma proposição verdadeira substituta da crença falsa. A proposta do conhecimento apesar de falsidade de Ball & Blome-Tillmann (2014, p. 558) pode ser sintetizada desta forma:

Nos supostos casos de [conhecimento via falsidade], há duas proposições verdadeiras,  $t_1$  e  $t_2$ , de tal modo que:

- (i)  $t_1$  apoia evidencialmente ambos [ $q$ ] e  $t_2$  para S;
- (ii)  $t_2$  é implicado por [ $q$ ];
- (iii) S sabe que ambos,  $t_1$  e  $t_2$ ;
- (iv) a crença de S de que [ $p$ ] é baseada de modo apropriado no conhecimento dele de que  $t_2$ .<sup>94</sup> (Ball & Blome-Tillmann, 2014, p. 558)

Considere o caso *Handout* para avaliarmos o mérito teórico dessa proposta. Nesse exemplo, o agente crê verazmente que  $t_1$  <o resultado da contagem foi ‘53’>.

---

<sup>92</sup> Nas notas de rodapé 11, 14 e 22 do artigo de Schnee (2015), o comprometimento dele com a distinção entre disposição para crer e crença disposicional, sugerida por Audi (1994), é explícito. Para Schnee (2015, p. 61-62, fn. 22), crenças disposicionais, conforme a concepção de Audi, podem epistemizar crenças.

<sup>93</sup> No original, em inglês: “Schnee’s characterization of ‘essential’ KFF overlooks the possibility that the path containing the false premise is the one taken by the subject, while at the same time the path that proceeds via the dispositionally known *proxy* remains available (but idle).” (Luzzi, 2019, p. 27).

<sup>94</sup> No original, em inglês: “In apparent cases of KFF, there are two true propositions  $t_1$  and  $t_2$  such that: (1)  $t_1$  evidentially supports both  $p$  and  $t_2$  for S; (2)  $t_2$  is entailed by  $p$ ; (3) S knows both  $t_1$  and  $t_2$ ; (4) S’s belief that  $q$  is properly based on her knowledge that  $t_2$ .” (Ball & Blome-Tillmann, 2014, p. 558).

Plausivelmente, a crença em  $t_1$  é uma instância de conhecimento. O agente não está sob o efeito de substâncias psicoativas e não há problemas na iluminação da sala na qual se encontra. Em função disso, é bastante implausível que ele esteja errado a respeito de  $t_1$ . A crença em  $t_1$  apoia evidencialmente a crença falsa,  $q$  <há 53 pessoas na plateia>, e a crença verdadeira,  $t_2$  <há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia>, isto é, a crença nessas duas proposições é justificada pela crença em  $t_1$ . Além disso,  $t_2$  é uma consequência lógica de  $q$ , contudo, formação de crença em  $t_2$  é devida à crença em  $t_1$ , e não a essa implicação. Em função disso, a crença-alvo,  $p$ , de que as cópias do *handout* são suficientes é inferida essencialmente com base na crença em  $t_2$ . A crença em  $t_2$  é um item de conhecimento por ser baseada na crença em  $t_1$ . Como a causação e a epistemização da crença-alvo são provenientes da crença em  $t_2$ , a crença falsa ocupa uma posição dispensável no episódio de raciocínio.

O primeiro desafio a essa proposta é responder à objeção de Warfield contra a suficiência do *proxy* epistêmico como crença (disposicional) verdadeira ou como disposição para crer. Uma das objeções de Warfield sugeria que a crença falsa ainda seria essencial para a cognição, pois a formação de crença na proposição *proxy* ocorre porque o *proxy* epistêmico é uma consequência lógica da proposição falsa. No entanto, na proposta de Ball & Blome-Tillmann, essa não é a relação entre as proposições relevantes. Não é necessário que a crença falsa pertença à etiologia da crença em  $t_2$ . A formação da crença em  $t_2$  depende da capacidade da crença em  $t_1$  prover excelente base causal e evidencial para  $t_2$  (cf. Ball & Blome-Tillmann, 2014, p. 559). Não há nenhum sentido em que a crença em  $t_2$  seja subordinada causalmente à crença falsa.

No entanto, um defensor do conhecimento a partir de crença poderia alegar que a crença falsa é indispensável ao episódio de raciocínio. Plausivelmente, ao final do episódio de raciocínio, a crença-alvo foi derivada a partir da crença falsa, e não da crença *proxy*,  $t_2$ . Contudo, sugeririam Ball & Blome-Tillmann, devemos ter dúvidas a respeito da descrição explícita dos casos, pois não há alusão a algumas crenças possuídas pelo agente. Por exemplo, não há referência à crença (possivelmente *tácita*, ou *subconsciente*) na proposição <100 é maior do que 53>. É bastante plausível que essa crença exerça algum papel na explicação de por que a crença-alvo é uma instância de conhecimento. Em razão da não-exposição dessas crenças na descrição dos casos, é razoável que a nossa interpretação do cenário atribua ao agente mais crenças do que as explicitamente citadas, e que tais crenças sejam fatores determinantes tanto na causação, quanto na epistemização da crença-alvo. Em *Handout*, sugerem Ball & Blome-Tillmann (2014, p. 555), a crença

explícita de que há 53 pessoas na plateia e a crença tácita de que há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia são formadas com base no conhecimento (tácito) do resultado da contagem do agente, proveniente da sua experiência perceptual ao contar as pessoas presentes na plateia. Apesar de haver a formação de duas crenças, a formação da crença-alvo de que as cópias do *handout* são suficientes depende *apenas* da crença tácita de que há, mais ou menos, 53 pessoas e da crença (tácita ou subconsciente) de que 100 é menor do que 53. A crença falsa é um epifenômeno no episódio de raciocínio, isto é, um elemento com nenhuma influência na aquisição do conhecimento inferencial. Não há conhecimento a partir de crença falsa, portanto, apenas conhecimento *apesar de* crença falsa.

Algumas teses são meio nebulosas na explicação oferecida por Ball & Blome-Tillmann. O que é uma crença tácita ou subconsciente e como essas modalidades de crenças podem conferir justificção doxástica à crença-alvo? O que é conhecimento tácito? Sem uma teorização robusta a respeito desses problemas, o advogado do ‘conhecimento via falsidade’ pode alegar que é necessário iluminar a proposta desses autores, uma vez que ela depende de teses controversas sobre conhecimento e crenças tácitas. Entretanto, isso não parece ser um problema para Ball & Blome-Tillmann, pois eles

[...][Não tentarão] justificar a alegação de que  $t_2$  é conhecida de modo tácito por meio da provisão de uma análise do conhecimento tácito: [eles assumem] que existe tal fenômeno. Claro, pode ser controverso que um sujeito possa ter conhecimento tácito que desempenhe um papel ativo no seu raciocínio, conforme o requerido pela [proposta deles nos casos de conhecimento via falsidade]. Entretanto, deve-se notar que a própria derivação é interpretada de modo mais plausível como [um processo] automático e não-consciente ou tácito, também; inclusive, como os psicólogos cognitivos nos ensinam, bastante do nosso processamento cognitivo atual é exatamente desse tipo<sup>95</sup> (Ball & Blome-Tillmann, 2014, p. 558).

O fato de Ball & Blome-Tillmann não oferecerem uma explicação a respeito da natureza do conhecimento tácito e a influência disso na teorização epistemológica não é, conforme a citação sugere, um problema para a proposta deles do conhecimento apesar de crença

---

<sup>95</sup> No original, em inglês: “[W]e will not attempt to justify the claim that  $t_2$  is known tacitly in this paper by means of the provision of an analysis of tacit knowledge: we take it as given that there is such a phenomenon. Of course, it might be furthermore considered controversial that a subject can have tacit knowledge that plays an active role in his or her reasoning, as is required by our account of the above cases. However, it should be noted that the derivation itself is most plausibly construed to be automatic and non-conscious or tacit, too; indeed, as cognitive psychologists teach us, much of our actual cognitive processing is of precisely this kind.” (Ball & Blome-Tillmann, 2014, p. 558).

falsa. A existência do conhecimento tácito parece ser endossada pela psicologia cognitiva.<sup>96</sup> O fato de a teoria de Ball & Blome-Tillmann acomodar esse dado empírico é uma virtude teórica em relação às suas competidoras e, especialmente, à posição ‘conhecimento a partir de crença falsa’.

### 2.3.2.1 Objeções aos argumentos de Ball & Blome-Tillmann

Conforme Ball & Blome-Tillmann, a crença falsa explícita é dispensável no episódio de raciocínio. A crença tácita (ou implícita) é a verdadeira base causal e epistêmica da crença-alvo. Isso se deve ao fato de a nossa interpretação dos exemplos atribuir ao agente mais crenças tácitas (ou implícitas) do que as crenças citadas diretamente nos casos. Em *Handout*, crença tácita (ou implícita),  $t_2$  <há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia>, é uma instância de conhecimento e responsável pela causação e epistemização do conhecimento inferencial da crença <as 100 cópias do *handout* são suficientes>. A crença falsa explícita <há 53 pessoas na plateia> é inferencialmente inerte: não há contribuição por parte dela sequer para a causação, quanto para a epistemização da crença-alvo. Felizmente, Buford & Michael Cloos (2018, p. 169-174) argumentam convincentemente contra a proposta de Ball & Blome-Tillmann. Nesta seção, examinaremos a plausibilidade desses argumentos.

A proposta de Ball & Blome-Tillmann depende de uma tese bastante controversa a respeito de uma proposição *proxy* ser uma crença tácita (ou implícita), que é objeto de conhecimento. Um problema em relação a isso é eles não oferecerem uma definição das crenças tácitas (ou implícitas) e assumirem a existência de conhecimento tácito. A teorização deles sobre os supostos casos de conhecimento via falsidade depende essencialmente da causação e da epistemização proveniente de uma crença tácita (ou implícita), porém não há uma explicação a respeito da constituição dessa categoria de crença. Isto é, Ball & Blome-Tillmann não elencam condições segundo as quais uma crença é ‘tácita’. Assumiremos, seguindo Buford & Michael Cloos (2018, p. 168, ft. 2), que crenças tácitas (ou implícitas) são a mesma categoria de crenças implícitas explicadas no primeiro capítulo deste ensaio. Doravante, empregaremos apenas ‘crença implícita’, isto é, o conteúdo proposicional não está representado na mente ou no cérebro do agente.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> Para mais informações sobre psicologia cognitiva, veja Johnson-Laird (2008) e Kahneman (2012).

<sup>97</sup> A evidência textual empregada por Buford & Michael Cloos é o verbete ‘Belief’ da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, escrito por Schwitzgebel (2019).

Por não oferecerem uma definição das crenças implícitas e do conhecimento tácito, Buford & Michael Cloos (cf. 2018, p. 170) argumentam que, se a proposição *proxy* é objeto de crença implícita, então ela é inferencialmente inerte para a aquisição de conhecimento. Inércia inferencial é a ideia segundo a qual uma premissa está presente no episódio de raciocínio, contudo, a conclusão não depende nem causalmente, nem epistemicamente, dessa premissa. Conforme a terminologia já empregada neste ensaio, plausivelmente, alegaríamos que essa premissa não é essencial para a cognição da crença-alvo de conhecimento inferencial.<sup>98</sup> Ou seja, se a proposição *proxy* é objeto de crença implícita, então ela não é essencial para a cognição da crença-alvo.

O apoio para essa condicional é o fato de a justificação doxástica para a crença-alvo depender da formação de crença em *p* e de *p* ser justificada de modo proposicional por outras crenças ou estados experienciais do agente. O conteúdo dessas crenças (e quiçá dos estados experienciais) são representações no cérebro ou na mente do agente, de modo a constituírem exemplos de *crenças explícitas*, sejam ocorrentes, sejam disposicionais – conforme a distinção de Audi. Ou seja, se a crença-alvo é doxasticamente justificada, a atribuição dessa propriedade depende, pelo menos, das crenças explícitas do agente. No entanto, Ball & Blome-Tillmann argumentam que crenças implícitas podem conferir status epistêmico positivo à crença-alvo. Essa é outra tese controversa possivelmente defendida por esses autores. Conforme alegam Buford & Michael Cloos (2018, p. 169-170), como um conteúdo externo ao sistema doxástico do agente é capaz de conferir

---

<sup>98</sup> Buford & Michael Cloos comprometem-se explicitamente com a *Taking Condition*, uma tese a respeito da natureza da inferência, proposta por Boghossian (2014). A *Taking Condition* é definida por Boghossian (2014, p. 5, ênfases do original) da seguinte forma: “inferir necessariamente envolve o agente *tomar* suas premissas para apoiar a conclusão e chegar à conclusão *por causa* desse fato.”. Conforme essa proposta, inferências não seriam apenas processos de crenças causando outras crenças, mas envolveria também o agente estar em posse de conceitos a respeito da relação evidencial entre uma premissa e uma conclusão. Isto é, a inferência de uma conclusão a partir de uma premissa é devida ao apoio conferido pela premissa à conclusão e a formação de crença na conclusão ocorrer em função disso. Deste modo, sugere Boghossian (2014, p. 5), o processo de inferência é realizado pelo agente, cuja finalidade é identificar quais proposições são apoiadas por crenças já formadas. Para Buford & Michael Cloos (2018, p. 168), uma proposição é inferencialmente inerte por não satisfazer a *Taking Condition*. Em relação aos supostos casos de conhecimento via crença falsa, a proposição falsa seria inferencialmente inerte porque, por hipótese, o agente não a tomaria como uma razão a favor da conclusão e, por consequência, não derivaria a conclusão da falsidade. No entanto, não é necessário nos comprometermos com a *Taking Condition* para examinarmos a possibilidade de conhecimento a partir de crença falsa. A discussão sobre a relação de essencialidade causal e epistêmica apresentada no primeiro capítulo é suficiente para verificarmos se crenças falsas produzem conhecimento inferencial. Não é necessário, portanto, assumirmos qualquer tese a respeito da natureza da inferência, conforme já sugerimos também no primeiro capítulo. Para críticas à *Taking Condition*, veja Wright (2014).

Definição da *Taking Condition*, no original, em inglês: “Inferring necessarily involves the thinker *taking* his premises to support his conclusion and drawing his conclusion *because* of that fact.” (Boghossian, 2014, p. 5, ênfase do original).

justificação doxástica à crença-alvo? Isto é, as proposições objeto de crenças implícitas não constituem representações mentais na mente ou no cérebro do agente e, por isso, são conteúdos não-entretidos e para os quais não houve formação de crença. Não há maneira alguma do agente acessar esses conteúdos para empregá-los no episódio de raciocínio. Em função disso, se a proposição *proxy* for objeto de crença implícita, é impossível que ela seja essencial para a cognição da crença-alvo. A proposição *proxy* somente será essencial de modo causal e evidencial se for o conteúdo de uma crença do agente.

Esse é um argumento forte contra a premissa de crença implícita epistemizadora da crença-alvo defendida por Ball & Blome-Tillman. É de difícil compreensão como proposições não-pertencentes à vida mental do agente constituam uma base epistêmica adequada para a crença-alvo de conhecimento inferencial. Com a finalidade de responder a essa objeção, Ball & Blome-Tillmann poderiam alegar que a proposição *proxy* é objeto de *crença explícita*, isto é, uma crença ocorrente ou disposicional (conforme a definição de Audi) cuja representação mental da proposição está presente no cérebro ou na mente do agente, sugerem Buford & Michael Cloos (2018, p. 170-172). O maior desafio é oferecer um bom argumento para a posse de crença explícita na proposição *proxy*, seja ocorrente, seja disposicional. Sem motivação teórica independente a não ser preservar a proposta do conhecimento apesar de crença falsa de Ball & Blome-Tillmann, se a proposição *proxy* é objeto de crença explícita, seja ocorrente, seja disposicional, então é uma alegação injustificada.

No caso *Handout*, a proposição *proxy* <há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia> é um item de crença explícita ocorrente? Ball & Blome-Tillmann (2014, p. 554) alegam que “a intuição de que o sujeito de *Handout* sabe sua conclusão está rastreando algumas características do caso as quais não são especificadas de modo explícito, mas que, entretanto, são projetadas como presentes pelos leitores.”<sup>99</sup>. Ou seja, eles parecem sugerir que atribuímos ao agente crenças ocorrentes não-apresentadas na descrição do caso em função de como exemplos são construídos, e isso explica por que a crença-alvo é um item de conhecimento inferencial. No entanto, conforme indicam Buford & Michael Cloos (2018, p. 171), parece que a finalidade dessa sugestão é apenas para recusar a possibilidade de crenças falsas produzirem conhecimento inferencial. No caso *Handout*, o agente está intelectualmente sadio e as experiências perceptuais dele são métodos

---

<sup>99</sup> No original, em inglês: “we think that our intuition that the subject of *Handout* knows his conclusion is tracking certain features of the case which as note spelled out explicitly, but which are nonetheless projected by readers as presente.” (Ball & Bloome-Tillmann, 2014, p. 554, ênfase do original).

confiáveis de formação de crença. Por qual razão ele formaria crença na proposição <há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia>? A motivação teórica para a formação da crença explícita ocorrente nessa proposição parece ser *ad hoc*, cujo único propósito é negar o conhecimento a partir de crença falsa. Além disso, conforme a objeção de Federico Luzzi às críticas de Schnee, o defensor do ‘conhecimento via crença falsa’ pode aceitar que a proposição *proxy* é um item de crença explícita ocorrente e defender que, apesar disso, a crença falsa é a real base causal e epistêmica de crença-alvo de conhecimento inferencial.

A hipótese de que a proposição *proxy* é objeto de crença explícita ocorrente carece de motivação teórica independente da mera recusa da possibilidade de haver conhecimento via crença falsa, portanto. Uma possível alternativa para Ball & Blome-Tillmann é alegar que a proposição *proxy*, por exemplo, <há, mais ou menos, 53 pessoas na plateia> é um estado de crença explícita *disposicional*, conforme a definição de crença disposicional proposta por Audi (1994). Portanto, é uma crença explícita, embora não-ocorrente. Por hipótese, o agente duvidaria racionalmente da contagem de pessoas na plateia ou das experiências perceptuais serem genuínas. Possivelmente, uma das razões para o estado de dúvida é o fato de uma hipótese cética estar saliente. A palestra do agente poderia ser sobre a possibilidade de sermos cérebros encubados, ligados a um computador que controla todas as nossas experiências. Poderíamos ter a experiência de ter mãos, de haver um mundo extramental, e isso ser apenas uma simulação. Sob a perspectiva do agente, não haveria diferença entre estar genuinamente em frente a um computador e estar ligado a uma simulação constituidora da nossa experiência de estar em frente a um computador.<sup>100</sup> A saliência da hipótese cética é uma forte razão para o agente duvidar da confiabilidade da sua percepção ou da contagem em relação ao número de pessoas na plateia e, por isso, possuir a crença explícita disposicional de que há, ao menos, 53 pessoas na plateia. Entretanto, por que essas informações não são explicitamente apresentadas nos casos? É bastante razoável que elas autorizem a formação de crença explícita disposicional, desde que expostas previamente. Parece, conforme afirmam Buford & Michael Cloos (2018, p. 171), que a única motivação para a posse dessa crença explícita disposicional é afastar os contraexemplos da tese de que conhecimento na premissa é condição necessária para aquisição de conhecimento inferencial. Em função disso, se a proposição *proxy* for objeto de crença explícita disposicional capaz de epistemizar a

---

<sup>100</sup> Para mais informações sobre a discussão acerca do ceticismo sobre o mundo exterior, veja Pritchard (2016b)

crença-alvo de conhecimento inferencial, então essa alegação carece de motivação teórica independente da mera recusa de falsidades produzirem conhecimento inferencial.

Sob uma perspectiva geral, se a crença falsa for inessencial para a cognição em função da proposição *proxy* ser suficiente para a causação e epistemização da crença-alvo de conhecimento inferencial, então ou (i) a proposição *proxy* é objeto de crença implícita e, por isso, inessencial à cognição por não pertencer ao sistema doxástico do agente, ou (ii) a proposição *proxy* é objeto de crença explícita, seja ocorrente, seja disposicional, contudo, essa é uma sugestão *ad hoc* por não haver boas razões a favor dessa alegação. Conforme argumentam Buford & Michael Cloos (2018), a proposta do conhecimento apesar de falsidade de Ball & Blome-Tillmann não é uma posição atrativa para iluminar o fenômeno dos supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa.

### 2.3.3 O argumento de Martin Montminy

O objetivo de Martin Montminy (2014) é negar a essencialidade da crença falsa para a aquisição de conhecimento e, com isso, oferecer um argumento a favor do Princípio KCC e de suas implicações. Para Montminy, o agente crê (de modo disposicional) e sabe uma proposição *proxy*,  $q$ , e esse ‘conhecimento (disposicional)’ é a base causal e evidencial para a crença-alvo,  $p$ , ser uma instância de conhecimento. Ou seja, a proposição *proxy* é uma crença (disposicional) que é um item de conhecimento e ela é o elemento causal e epistemizador da crença-alvo.

O desafio mais imediato a cada proposta forte de conhecimento *apesar de* crença falsa é oferecer uma resposta à objeção da suficiência do *proxy* epistêmico feita por Warfield (2005). Por que o *proxy* epistêmico é capaz de epistemizar a crença-alvo nos supostos casos de conhecimento via crença falsa, enquanto o *proxy* nos casos Gettier não está apto a ser o elemento epistemizador da crença gettierizada? A conclusão a ser extraída da crítica de Warfield (2005) é a de que se o *proxy* epistêmico for definido como (i) crença disposicional verdadeira ou disposição para crer numa proposição verdadeira e (ii) implicado ou justificado pela evidência da crença falsa, então os casos Gettier serão exemplos de casos de conhecimento, uma vez que é possível encontrar uma proposição apta a satisfazer as condições constituintes de um *proxy* epistêmico. A diferença entre as proposições *proxies* em cada tipo de caso é, argumenta Montminy (2014, p. 465), uma ser objeto de conhecimento nos supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa, enquanto a outra é uma instância de ignorância nos casos Gettier.

Na argumentação de Warfield, a hipótese é a de a proposição <há um cachorro ou um esquilo no jardim> ser um *proxy* epistêmico e o elemento epistemizador da crença gettierizada. No entanto, diferentemente dos supostos casos de conhecimento via falsidade, esse *proxy* epistêmico não é um item de conhecimento. A justificação para essa proposição candidata a *proxy* é genuinamente derrotada por <não há um cachorro no jardim, apenas um brinquedo em formato de cachorro>. Esse derrotador neutralizaria a justificação da proposição aspirante a *proxy*, impossibilitando, dessa forma, que ela seja o elemento epistemizador da crença-alvo no caso Gettier. Se examinarmos a proposição concorrente a *proxy* do caso Relógio de Luxo, <são aproximadamente 14h58min> é, razoavelmente, uma instância de conhecimento.

Distintamente a Ball & Blome-Tillmann, Montminy oferece uma explicação de por que a proposição candidata a *proxy*,  $q'$ , é uma crença (disposicional) que é conhecimento:

Nós provavelmente deveríamos considerar S como tendo a disposição para crer que  $q'$  em vez de ter formado anteriormente a crença não-ocorrente de que  $q'$ . [Nos supostos casos de conhecimento via falsidade], S está disposto a crer que  $q'$  sem hesitação e isso contaria, por razões práticas, como crer que  $q'$ . Em outras palavras, a relação entre a evidência de S e  $q'$  é direta: S não formaria a crença de que  $q'$  por meio de um golpe de sorte ou por meio de um método questionável como a leitura de uma bola de cristal. Além disso, nossa prática de atribuição de conhecimento contaria S como conhecendo qualquer proposição verdadeira (i) que S está prontamente disposto a crer – porque isso obviamente se segue das crenças atuais de S ou é óbvio dado as atuais experiências perceptuais de S – e (ii) com respeito a situação epistêmica de S que é suficiente para essa crença contar como conhecimento. Por exemplo, você sabe que há mais de 57 árvores na Floresta Amazônica, mesmo que esse pensamento nunca tenha lhe ocorrido.<sup>101</sup> (Montminy, 2014, p. 464)

Montminy é bastante explícito a respeito da relação do agente com a proposição *proxy*: ele está disposto a crer em vez de ter uma crença disposicional (e, portanto, não-ocorrente) nesse conteúdo. Além disso, podemos alegar, por razões práticas, que o agente crê na proposição *proxy*,  $q'$ , e a formação dessa crença não é epistemicamente problemática. Por

---

<sup>101</sup> No original, em inglês: “We should probably regard S as having the disposition to believe that  $p'$  rather than as having an antecedently held but nonoccurrent belief that  $p'$ . In our two cases, S is disposed to affirm  $p'$  without hesitation and would thus, for practical purposes, count as believing that  $p'$ . In other words, the relationship between S’s evidence and  $p'$  is straightforward: we can safely assume that S would not be tempted to form the belief that  $p'$  from a lucky guess or by questionable means such a crystal ball reading. Furthermore, our practice of knowledge attribution would count S as knowing any true proposition (i) that S is readily disposed to believe – because it obviously follows from S’s occurrent beliefs or is obvious given S’s current perceptual experience – and (ii) with respect to which S’s epistemic position suffices for that belief to count as knowledge. For example, you know that there are more than 57 trees in the Amazon Rainforest, even though this thought never occurred to you” (Montminy, 2014, p. 464).

fim, essa crença formada por razões práticas pode ser considerada um item de conhecimento, pois pode ser apoiada por outras crenças do agente ou pelas suas experiências. Você, provavelmente, sabe que há mais de cem litros de água salgada no Oceano Atlântico, mesmo que nunca tenha entretido essa proposição. É devido a essas considerações que, nos supostos casos de conhecimento via crença falsa, a proposição *proxy* é uma crença (disposicional) que é uma instância de conhecimento. A situação epistêmica do agente é constituída de tal modo que é suficiente para considerá-lo conhecedor do fato de que são, aproximadamente, 14h58min, por exemplo.

Uma característica interessante das proposições <há mais de 57 árvores na Floresta Amazônica> e <há mais de cem litros de água no Oceano Atlântico> é o fato de a formação de crenças nesses conteúdos não depender de episódios de raciocínio. Obviamente, um agente pode formar crenças nesses conteúdos devido a um processo inferencial. Entretanto, tal processo não está presente na citação de Montminy e, por isso, a mera consideração dessas proposições seria suficiente para sabê-las. Ou seja, elas são itens de conhecimento, embora não de conhecimento *inferencial*. Nos supostos casos de conhecimento via crença falsa, a crença-alvo, *p*, também não é uma instância de conhecimento *inferencial*, embora seja um item de conhecimento (cf. Montminy, 2014, p. 465-466).

Essa é uma alegação forte. É plausível aceitarmos que a formação de crenças em proposições como <há mais de cem estrelas na Via Láctea> não seja resultado de um episódio de raciocínio. No entanto, por qual razão a crença-alvo ser um item de conhecimento não é decorrente do processo inferencial nos casos em análise? Porque, argumenta Montminy (2014, p. 466), os fatores responsáveis pela formação da crença-alvo são distintos dos fatores responsáveis pela epistemização dessa crença. A formação da crença-alvo, Montminy sugeriria, é resultado do episódio de raciocínio, entretanto, a epistemização dela não é devida a esse processo. Da mesma forma que a formação de crença <o meu bilhete da loteria é o perdedor> é devida à baixíssima probabilidade de ter comprado o bilhete vencedor, a epistemização dessa crença é em virtude do testemunho do jornal acerca do resultado da loteria. Ou seja, a formação e a epistemização da crença provêm de bases distintas. Nos supostos casos de conhecimento via crença falsa, a formação da crença-alvo pode ser consequência da inferência a partir da crença falsa, contudo, a epistemização dessa crença pode ser devida ao *proxy* epistêmico, que é uma crença (disposicional) e uma instância de conhecimento.

Essas são algumas das suposições de Montminy para negar que crenças falsas sejam essenciais para a cognição da conclusão. A proposta dele é, em grande medida, uma tentativa de rejeição da essencialidade *causal* conferida por Klein (2008) às crenças falsas úteis. A explicação do conhecimento apesar de crença falsa de Montminy depende das hipóteses de que (i) a crença falsa é causalmente essencial para o conhecimento da crença-alvo e de que (ii) o conhecimento da crença-alvo seria mantido mesmo se a crença falsa fosse perdida.

A primeira hipótese depende da ideia de que é necessário a crença falsa ser causalmente essencial para a crença-alvo ser um item de conhecimento. Sem o elemento causal proveniente da falsidade, a crença-alvo não seria um item de conhecimento. Montminy (2014, p. 467) conjectura, no entanto, que o defensor do ‘conhecimento a partir de falsidade’ poderia recusar a essencialidade causal da crença falsa para a formação da crença-alvo e, ainda assim, aceitar que o elemento epistemizador do conhecimento é a falsidade. O advogado dessa posição é o *antiessencialista*: ele defende a tese segundo a qual a crença falsa não é causalmente essencial para a cognição, entretanto, ela é a epistemizadora da crença-alvo. Conforme referido por Montminy (2014, p. 467), o ônus, para o antiessencialista, é diferenciar entre os supostos casos de conhecimento via crença falsa e os casos de sobredeterminação com crença falsa. Nestes casos, a explicação de por que a crença-alvo não é um item de conhecimento via falsidade é devido à falsidade não ser causalmente essencial para a cognição. Contudo, naqueles casos, a crença falsa é causalmente inessencial e, ainda assim, é o fator epistemizador da crença-alvo. Se ambas as crenças falsas são causalmente inessenciais, por que apenas uma das crenças falsas é o elemento epistemizador da crença-alvo? Sem uma explicação de por que a crença falsa, em casos de sobredeterminação, não é o epistemizador da crença-alvo, não é plausível supor que, em supostos casos de conhecimento em virtude de falsidade, a falsidade seja o elemento epistemizador e não seja causalmente essencial para a cognição. Em função disso, é mais plausível assumir que a crença falsa é um elemento causal essencial para o conhecimento da crença-alvo.

Ao comprometer-se com a alegação de que a crença falsa é essencialmente causal para a cognição da crença-alvo, Klein argumenta que, se a crença falsa fosse removida do sistema doxástico do agente, *ceteris paribus*, a crença-alvo não seria uma instância de conhecimento. Montminy (468-473) sugere, no entanto, que o agente saberá que *p* mesmo se a falsidade não pertencer ao conjunto de crenças do agente. Essa é a segunda hipótese. O conhecimento de que *p* será mantido porque o agente empregará uma cadeia de

justificação verídica, isto é, constituída apenas por proposições verdadeiras, incluindo a proposição *proxy*,  $q'$ , e a epistemização proveniente dessa cadeia não será dependente do status epistêmico da crença falsa. Ou seja, conforme alega Montminy (2014, p. 468, ênfase do original), “quando a crença falsa de que  $[q]$  não é essencial para a produção do conhecimento de que  $[p]$ , então, *no mundo atual*, há uma linha de raciocínio, ou um caminho evidencial, envolvendo a crença de que  $[q']$ , mas não a crença de que  $[q]$ , que assegura a S o conhecimento de que  $[p]$ ”<sup>102,103</sup>

Para examinarmos a plausibilidade da proposta de ‘conhecimento apesar de crença falsa’ de Montminy, consideremos as proposições relevantes do caso Relógio de Luxo:

$e_1$ : <o relógio do agente marca 14h58min>;

$e_2$ : <o agente possui evidência de que o relógio é extremamente preciso>;

$e_3$ : <se o relógio não é extremamente preciso, ele é, ao menos, aproximadamente preciso> (extremamente provável);

$q$ : <são exatamente 14h58min>;

$p$ : <o agente não está atrasado para o compromisso às 19h>;

$q'$ : <são, aproximadamente, 14h58min>;

$d$ : <não são exatamente 14h58min>.

Em Relógio de Luxo, o agente crê em  $q$  e  $q$  é falsa. O defensor do ‘conhecimento via falsidade’ argumentará que a crença falsa,  $q$ , é causalmente essencial para cognição da crença-alvo,  $p$ , e a crença em  $p$  é uma instância de conhecimento. Por hipótese, a única evidência do agente a respeito do horário é proveniente do testemunho do relógio, pois, suponhamos, ele dormiu por mais de 15 horas em um quarto escuro e fatores como a posição do Sol no céu e o ‘relógio interno’ dele estão inacessíveis ou desregulados. Caso ele tivesse algum tipo de acesso a esses fatores, a crença disposicional  $q'$  estaria justificada. Entretanto, a adição desses fatores aos casos poderia ser uma inserção *ad hoc*,

---

<sup>102</sup> No original, em inglês: “When the belief that  $p$  is not essential in producing the knowledge that  $q$ , then, *in the actual world*, there is a line of thought, or evidential path, involving the belief that  $p'$  but not the belief that  $p$ , which grants S knowledge that  $q$ .” (Montminy, 2014, p. 468, ênfase do original).

<sup>103</sup> Coffman (2008, p. 191) defende a seguinte condicional: se a crença-alvo fosse baseada na crença de que  $q'$ , a crença-alvo ainda seria um item de conhecimento inferencial. Fitelson (2010), grosso modo, crítica essa condicional, argumentando que, nos mundos possíveis próximos, a crença *proxy*,  $q'$ , pode ser acidentalmente verdadeira e, por isso, a crença em  $p$ , baseada em  $q'$ , não seria uma instância de conhecimento inferencial. A crítica de Fitelson não é obstáculo à proposta de Montminy, pois, conforme ele assere na citação, o imprescindível é o emprego de uma cadeia de justificação verídica *no mundo atual* e a cadeia a qual  $q'$  pertence conferir excelente status epistêmico à crença-alvo.

conforme argumentaram Buford & Michael Cloos (2018), unicamente com a finalidade de assegurar excelente status epistêmico para a crença no *proxy* epistêmico. Em função disso, somente o testemunho do relógio é uma razão para a formação de crença sobre o horário. Essa explicação justifica porque  $e_1$  pertence ao conjunto evidencial do agente.

Por que  $e_2$  e  $e_3$  são membros do conjunto de evidências que apoiam a crença-alvo? Plausivelmente, sugere Montminy (2014, p. 469), o fato de o relógio indicar que são 14h58min não é suficiente para apoiar a proposição de que são *exatamente* 14h58min, ou seja, para apoiar  $q$ . O relógio é um mecanismo falível e, por isso, pode não indicar com precisão exata qual é o horário. Para a crença em  $q$  ser racionalmente formada, o corpo evidencial do agente deve incluir a proposição de que o agente está justificado ao crer que o relógio é extremamente preciso. Tal justificação é decorrente, por hipótese, do conhecimento do agente de que o relógio está vinculado a um super-relógio da NASA, que controla o tempo de rotação da Terra a fim de equiparar a duração desse processo com os relógios mundanos. Esse super-relógio da NASA é extremamente preciso e, por isso, o relógio do agente também é extremamente preciso. Eles estão vinculados; o mesmo horário indicado pelo super-relógio da NASA também é mostrado pelo relógio do agente. Isso justifica a crença em  $e_2$ . Por outro lado, em casos ordinários, nossos relógios não estão vinculados a relógios superpotentes da NASA. Ainda assim, nós formamos crenças aparentemente exatas a respeito do horário. Para Montminy (2014, p. 469), isso ocorre porque “o dono usual de um relógio crê justificadamente que, se o relógio não é extremamente preciso, então o relógio está um pouco atrasado ou adiantado, mas não extremamente impreciso”.<sup>104</sup> Ou seja, acreditamos que, se o relógio não é extremamente exato, ele é aproximadamente preciso. Isso justifica a inserção da crença  $e_3$  ao sistema doxástico do agente.

Agora, se é razoável o agente crer nas proposições  $e_1$ ,  $e_2$  e  $e_3$ , isso pode explicar por que a crença falsa,  $q$ , é causalmente inessencial para a cognição da crença-alvo. No cenário em que o agente crê nessas proposições, Montminy alega que há duas cadeias de justificação para a crença na conclusão:

i.  $e_1 \& e_2 - q - p$

ii.  $e_1 \& e_2 \& e_3 - q' - p$

---

<sup>104</sup> No original, em inglês: “A typical watch owner justifiably believes that if her watch is not exactly accurate, then it is either little slow or little fast, but not wildly inaccurate.” (Montminy, 2014, p. 469).

Esse é o cenário 1. Nessa cena, o agente sabe que  $p$ , entretanto, a crença falsa não é causalmente essencial para a formação da crença em  $p$ . A crença falsa,  $q$ , é inessencial para o conhecimento de que  $p$  porque a cadeia de justificação  $ii$  é capaz de sustentar racionalmente a crença em  $p$ , de modo que a falsidade possa ser removida do sistema doxástico do agente sem, contudo, resultar na perda da crença-alvo. Plausivelmente, a crença em  $e_3$  é um fator causal excelente para a crença em  $p$  e a cadeia  $ii$  de justificação verídica à qual  $e_3$  pertence confere excelente status epistêmico positivo a  $p$ . A crença falsa, portanto, seria inofensiva à aquisição de conhecimento. Ou seja, a conclusão de Montminy é a de que os supostos casos de conhecimento via crença falsa são exemplos de casos de sobredeterminação com falsidade inofensiva. O conhecimento dos agentes é *apesar de* crença falsa porque falsidades nem contribuem em sentido algum para a posse de conhecimento, nem impossibilitam a aquisição de conhecimento.

Poderíamos imaginar situações nas quais o status justificatório da crença disposicional na proposição *proxy*,  $q'$ , é dependente da crença falsa e não há formação de crença em  $e_3$ . A crença-alvo,  $p$ , poderia ser uma instância de conhecimento nesse cenário? Plausivelmente, não, argumenta Montminy (2014, p. 470), pois a justificação dessa cadeia é destruída pelo derrotador,  $d$ , <não são exatamente 14h58min>. Mesmo se a justificação da crença disposicional em  $q'$  não fosse dependente da crença falsa,  $q$ , e isso possibilitasse dois caminhos evidenciais distintos, ambos seriam genuinamente derrotados por  $d$ . Apesar de assegurar a essencialidade causal da crença falsa para  $p$ , a não-formação da crença em  $e_3$  garante a ausência de conhecimento da crença-alvo,  $p$ . Sob uma perspectiva geral, para Montminy, a crença falsa não é causalmente essencial para a cognição da crença-alvo; mesmo se ela for perdida, o agente estará em posse de crenças disposicionais capazes de sustentar a crença em  $p$ . O agente sabe apesar de haver uma crença falsa no episódio de raciocínio, portanto.

### 2.3.3.1 Objeções ao argumento de Montminy

A plausibilidade da proposta de ‘conhecimento apesar de falsidade’ de Montminy depende, em primeiro lugar, da hipótese de que, necessariamente, o defensor do ‘conhecimento a partir da falsidade’ compromete-se com uma tese a respeito da essencialidade causal advinda da crença falsa para a formação da crença-alvo. Se uma crença falsa pudesse ser o elemento epistemizador da crença-alvo sem ser causalmente essencial para a cognição, isto é, se há conhecimento originado em crença falsa cuja falsidade é causalmente inessencial para a aquisição da crença-alvo, a argumentação de

Montminy seria desmantelada: não haveria modo de determinar se o status de conhecimento da conclusão é devido à crença falsa inessencial ou à crença *proxy* disposicional. A segunda hipótese da qual a proposta de Montminy depende é, assumindo que o antiessencialismo é falso, o defensor do ‘conhecimento via falsidade’ aceitará a essencialidade causal da crença falsa, argumentando que, se a crença falsa fosse perdida, a crença-alvo seria perdida também. Montminy argumenta que essa condicional é falsa: a crença-alvo *não* seria perdida se a crença falsa fosse perdida, ou seja, a crença-alvo ainda seria uma instância de conhecimento mesmo na ausência da crença falsa. No entanto, variações dos supostos casos de conhecimento via crença falsa sugerem, plausivelmente, que o agente não estaria em posse de conhecimento caso a crença falsa fosse perdida. Nesta seção, examinaremos as objeções de Federico Luzzi (2019) à negação do antiessencialismo de Montminy e as críticas de Buford & Michael Cloos à alegação condicional de que a crença-alvo não seria perdida mesmo se a crença falsa fosse perdida.

Montminy argumenta que é necessário para o antiessencialista explicar por que a crença falsa é um elemento epistemizador da crença-alvo em casos de suposto conhecimento via falsidade, enquanto a falsidade *não* é um fator epistemizador da crença na conclusão em casos de sobredeterminação. Face a esse desafio, Luzzi (2019, p. 16-19) oferece um argumento em defesa do antiessencialismo, segundo o qual uma das premissas é a alegação de que a crença falsa é um dos elementos epistemizadores da crença-alvo em casos de sobredeterminação, enquanto a outra premissa é a rejeição da crença falsa como epistemizadora da crença-alvo em casos de sobredeterminação e um esclarecimento de por que, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, a crença falsa é um fator epistemizador da crença-alvo. Relembre que um caso de sobredeterminação envolvendo crença falsa é um cenário no qual há duas crenças, uma verdadeira e uma falsa, e ambas são bases causais e evidenciais excelentes independentes entre si para a crença em *p*. No entanto, a crença falsa, por hipótese, é inessencial, pois, se fosse perdida, a crença em *p* poderia ser racionalmente mantida em função da crença verdadeira. Por exemplo, a crença verdadeira <Havit possui um Ford> poderia sustentar racionalmente a crença-alvo em *p*, <Alguém na turma possui um Ford>, se a crença falsa <Nogot possui um Ford> fosse perdida.

Esse caso de sobredeterminação não é um cenário no qual a crença-alvo em *p* é baseada inteiramente na crença falsa sobre Nogot. Plausivelmente, a justificação para *p* é proveniente da crença falsa e da crença verdadeira. Ambas as crenças são justificadores

para a crença em  $p$  e, por isso, certificadoras de status epistêmico positivo para  $p$ . Mesmo que a crença falsa seja um elemento dispensável para a cognição da crença, é falso alegar que ela não aumenta o grau de justificação para a crença em  $p$ , por exemplo. Por essa razão, conforme argumenta Luzzi (2019, p. p. 16-17), a crença falsa também seria um elemento epistemizador da crença-alvo, apesar de ser inessencial para a cognição, o que é contrário à alegação de Montminy. Endossar essa explicação antiessencialista não significa comprometer-se com a tese segundo a qual a crença-alvo, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, é uma instância de conhecimento e em virtude da falsidade por ela ser o elemento epistemizador central. Essa teorização antiessencialista é neutra a respeito da possibilidade de adquirir conhecimento inferencial com crença falsa; ela evidencia, no entanto, como uma crença falsa pode ser inessencial à cognição e, ainda assim, conferir excelente status epistêmico à crença-alvo.

O antiessencialista, contudo, poderia recusar essa explicação e oferecer uma teorização distinta para os supostos casos de conhecimento em virtude de crença falsa, preservando, obviamente, a essência do antiessencialismo. Isto é, negar que a crença-alvo seja epistemizada pela falsidade em casos de sobredeterminação e aceitar que, em casos de aparente conhecimento com falsidade, a epistemização da crença-alvo é originada da falsidade. Conforme explicamos no primeiro capítulo, a crença-alvo <alguém na turma possui um Ford> é justificada de modo independente pela crença verdadeira e pela crença falsa. Ao analisarmos o status epistêmico da *crença verdadeira*, esse status não é subordinado à crença falsa. Ou seja, a crença verdadeira a respeito de Havit possuir um Ford não é justificada pela crença falsa acerca de Nogot possuir um Ford. No entanto, em casos de aparente conhecimento via falsidade, plausivelmente, a crença falsa é um justificador para a crença no *proxy* epistêmico, de modo que ambas as proposições pertenceriam à mesma cadeia de justificação. Isto é, a crença *proxy* <são, aproximadamente, 14h58min> é dependente da crença falsa <são exatamente 14h58min>. <sup>105</sup> Devido a isso, conforme sugere Luzzi (2019, p. 18), o antiessencialista pode alegar que, mesmo se a formação da crença-alvo não for proveniente da essencialidade causal da crença falsa, isso não é suficiente para neutralizar a ideia de que a falsidade é um elemento epistemizador da conclusão. Com essa explicação, seja a de a crença falsa ser um elemento epistemizador da crença-alvo em casos de sobredeterminação, seja a da distinção entre os casos, o antiessencialista está em posse de

---

<sup>105</sup> Uma alegação similar a essa é feita por Arnold (2013). Examinaremos essa alegação na próxima seção, ao analisarmos as objeções gerais ao ‘conhecimento apesar de falsidade’.

ferramentas teóricas para dismantelar o argumento de Montminy, pois os casos como Relógio de Luxo, alegaria o antiessencialista, seriam instâncias de conhecimento a partir de crença falsa, apesar de a falsidade não ser causalmente essencial à cognição.

A segunda hipótese da qual a conclusão de Montminy depende, conforme alegam Buford & Michael Cloos (2018, p. 174-176), também é falsa. Assumindo que o antiessencialismo é falso, o defensor do ‘conhecimento via falsidade’ se comprometerá com a essencialidade causal da crença falsa para a formação de crença na conclusão: sem a crença falsa, a crença-alvo seria perdida. Montminy crê justificadamente que isso é falso ao oferecer uma explicação da conservação do conhecimento da crença-alvo apesar da suposta perda da crença falsa. Crenças falsas não seriam causalmente essenciais ao conhecimento, portanto. Entretanto, há casos que depõem contra essa tese:

Martin conta cuidadosamente cada pessoa na sala do exame. Com base nesse método, ele forma a crença de que há exatamente 53 estudantes na sala. A crença é falsa, uma vez que uma pessoa trocou de cadeiras enquanto ele contava; há apenas 52 estudantes na sala. Ele infere que as 100 cópias do teste são suficientes. Logo após formar essa crença, encontra um estudante de pós-graduação, um estimador notoriamente não-confiável acerca da ocupação de sala, que lhe diz que ele possui *handouts* suficientes.<sup>106</sup> (Buford & Michael Cloos, p. 175).

Plausivelmente, Martin sabe que as 100 cópias do teste são suficientes. Montminy argumenta que o agente continuaria sabendo mesmo se a crença falsa fosse removida. Buford & Michael Cloos (2018, p. 176) supõem que, se a crença falsa fosse removida, o agente empregaria o testemunho do pós-graduando para sustentar e epistemizar a crença-alvo. No entanto, esse aluno é notoriamente inconfiável, portanto, o testemunho dele não é uma base adequada para a sustentação e para a epistemização da crença de que as 100 cópias do teste são suficientes. É plausível que, sugerem Buford & Michael Cloos (2018, p. 176), a crença-alvo não seria uma instância de conhecimento se a crença falsa fosse perdida, tal como o exemplo indica.

Entretanto, por que Martin confiaria no testemunho de um estudante o qual ele *sabe* ser localmente inconfiável a respeito da contagem de alunos em sala de aula? O testemunho do estudante não epistemiza a crença de que as cópias do teste são suficientes,

---

<sup>106</sup> No original, em inglês: “Martin counts carefully each person in the exam room. On the basis of this method, he forms the belief that there are exactly 53 students in the room. The belief is false since one person switched chairs while he was counting; there are only 52 students in the room. He infers that his 100 test copies are sufficient. Right after forming this belief, he runs into a graduate student, a notoriously unreliable estimator of room occupancy, who tells him that he has plenty of *handouts*.” (Buford & Michael Cloos, p. 175).

pois as crenças desse estudante formadas a partir da contagem de alunos em salas de aula são, na maioria dos casos, falsas. Apesar desse caso apoiar a condicional de que a crença-alvo seria perdida caso a crença falsa fosse perdida, não cremos que seja um apoio *adequado*. Plausivelmente, o apoio apropriado a essa condicional seria um caso segundo o qual a formação da crença *proxy* é dependente da crença falsa. Se a crença falsa fosse perdida, a crença *proxy* seria perdida também. Com a perda da crença *proxy*, que é subordinada à crença falsa, o conhecimento da crença-alvo seria perdido também. Por silogismo disjuntivo, se a crença falsa fosse perdida, o conhecimento da crença-alvo seria perdido também. Então, contrariamente ao argumentado por Montminy, não haveria conservação do conhecimento da crença-alvo se a crença falsa não pertencesse ao sistema doxástico do agente.

#### 2.3.4 O argumento de Rodrigo Borges

Rodrigo Borges (2017, 2020) argumenta a favor de uma redação do Princípio Knowledge from Knowledge, segundo a qual “S sabe que  $p$  via inferência ou via raciocínio somente se S sabe todas as proposições das quais  $p$  depende”<sup>107</sup> (Borges, 2020). Essa formulação do princípio preserva a essência da ortodoxia acerca do conhecimento inferencial, pois também aceita que o conhecimento é condição necessária para a aquisição de conhecimento inferencial. No entanto, os supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa, se genuínos, são obstáculos para o sucesso da explicação do Princípio KFK acerca do raciocínio teórico. Em função disso, Borges (2017, 2020) oferece dois argumentos a fim de clarificar o fenômeno nos supostos casos de conhecimento com crença falsa: uma resposta concessiva e outra não-concessiva. Para ele, alguns casos suscitam a intuição de que o agente está em posse de conhecimento; outros não suscitam essa intuição. Como casos como *Handout* e *Relógio de Luxo* são de conhecimento, Borges *concede* ao defensor do ‘conhecimento via falsidade’ o fato de a crença-alvo,  $p$ , ser um item de conhecimento; no entanto, nega que  $p$  dependa da crença falsa. Para casos menos plausíveis, Borges *não concede* que o agente esteja em posse de conhecimento; entretanto, aceita que há algo epistemicamente positivo em relação à crença-alvo do agente.

Um conceito central para entender, pelo menos, a resposta concessiva é a noção de dependência epistêmica, definida por Borges (2020) do seguinte modo:

---

<sup>107</sup> No original, em inglês: “(KFK) S knows that  $p$  via inference or reasoning only if S knows all the propositions on which  $p$  depends.” (Borges, 2020).

(Dependência) A crença de S de que  $p$  depende da crença de que  $q$  em C se, e somente se, (i) sem  $q$ , o conjunto evidencial de S não justifica a crença em  $p$  em C e (ii) o fato de que S crê que  $q$  em C, pelo menos, explica parcialmente por que ela crê que  $p$ .<sup>108</sup> (Borges, 2020)

A relação de dependência epistêmica instanciada entre uma conclusão,  $p$ , e uma premissa,  $q$ , sugere que a crença em  $q$  é um dos fatores explanatórios para a formação da crença em  $p$  e um dos fatores justificatórios da crença em  $p$ . Em função disso, o desafio para Borges, na resposta concessiva, é oferecer uma explicação de por que, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, a crença-alvo,  $p$ , é um item de conhecimento inferencial e não depende da crença falsa,  $q$ . Se examinarmos o caso *Handout*, por exemplo, a dificuldade é explicar por que a crença de que os *handouts* são suficientes é uma instância de conhecimento inferencial, embora não dependa da crença falsa de que há 53 pessoas na plateia.

Borges (2020) sugere que a evidência do agente, a qual justifica a proposição a respeito de quantas pessoas estão na plateia, *também* justifica a proposição acerca de quantas pessoas na plateia ainda não foram contadas. Isto é, se a contagem do agente o justifica a crer que há, por exemplo, 30 pessoas na plateia, isso também o justifica a crer que há menos de 70 pessoas para o término da contagem. E, razoavelmente, a crença de que há 30 pessoas na plateia é um item de conhecimento perceptual, enquanto a crença de que há menos de 70 pessoas para o término da contagem é uma instância de conhecimento abduutivo. Por essa razão, o agente em *Handout* saberia por raciocínio que as cópias são suficientes e esse conhecimento inferencial teria sido adquirido antes da finalização da contagem. Ou seja, o conhecimento inferencial da crença-alvo não dependeria da crença falsa de que há 53 pessoas na plateia.<sup>109</sup>

Diferentemente da resposta concessiva, a sugestão não concessiva de Borges (2017, 2020) é a de que o agente não está em posse de conhecimento. Para Borges, a

---

<sup>108</sup> No original, em inglês: “(Dependence) S’s belief that  $p$  depends on her belief that  $q$  in C iff (i) without  $q$ , S’s evidence set does not justify her belief that  $p$  in C and (ii) the fact that S believes that  $q$  in C at least partially explains why she believes that  $p$  in C.” (Borges, 2020).

<sup>109</sup> Borges sugere que alguém poderia objetar a resposta concessiva, alegando que não houve formação explícita de crença na proposição <há menos de 70 pessoas para o término da contagem>. Conforme Borges (2020) alega, essa objeção fracassa, “pois, muitas (senão a maioria) de nossas crenças *não* são formadas conscientemente. Na verdade, é amplamente sabido que os seres humanos contam não-explicitamente (e, portanto, adquirem conhecimento sobre) um pequeno número de objetos.”.

No original, em inglês: “for many (if not most) of our beliefs are *not* consciously formed. In fact, it is widely known that humans non-explicitly count (and thereby acquire knowledge about) small numbers of objects.” (Borges, 2020, ênfase do original).

argumentação a favor do Princípio KFK evidencia que o endosso a esse princípio apoia a norma do raciocínio teórico, segundo a qual “deve-se: inferir somente a partir do que se sabe”.<sup>110</sup> Ou seja, a inferência apropriada requer partir de crença que é item de conhecimento. Por essa razão, a crença-alvo do agente não é uma instância de conhecimento inferencial nos casos de aparente conhecimento via crença falsa. A norma do raciocínio teórico não é satisfeita e, portanto, a crença-alvo não pode ser uma instância no conhecimento. Entretanto, o agente contou de maneira cuidadosa o número de pessoas presentes na plateia e performou a inferência da melhor maneira possível. Ou seja, sob a perspectiva do agente, é razoável ele pensar que sabe que há 53 pessoas presentes na plateia e que as cem cópias do *Handout* são suficientes. Conforme sugere Borges (2017, 2020), apesar de a norma do raciocínio teórico não ser satisfeita, essa razoabilidade da crença na falsidade é o fator explanatório de porque estamos inclinados a atribuir conhecimento à crença-alvo do agente.

#### 2.4 CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS FORTES DE ‘CONHECIMENTO APESAR DE FALSIDADE’

Sob uma perspectiva geral, as propostas fortes de ‘conhecimento apesar de crença falsa’ recusam a tese da essencialidade causal e evidencial proveniente da crença falsa para a crença-alvo ser um item de conhecimento inferencial e argumentam que o *proxy* epistêmico,  $q$ , é o elemento causal e evidencial capaz de tornar a conclusão em uma instância de conhecimento (inferencial). O *proxy* epistêmico, conforme argumentaram Montminy (2014) e Ball & Blome-Tillmann (2014), é objeto de conhecimento e, portanto, atribuir a ele funções causais e evidenciais é compatível com o Princípio KCC. Uma das consequências do endosso a essas teses é que, se o conhecimento de que  $p$  é obtido por meio de um episódio de raciocínio e há uma crença falsa na cadeia inferencial até  $p$ , então essa falsidade é inofensiva. Por outro lado, o defensor da tese forte do ‘conhecimento apesar de falsidade’, provavelmente, alegaria que, se a crença falsa é essencial para a aquisição da crença-alvo,  $p$ , então  $p$  não é um item de conhecimento. Nesta seção, examinaremos alguns argumentos contra a tese forte do ‘conhecimento apesar de falsidade’.

Suponha que o *proxy* epistêmico seja, de fato, uma instância de conhecimento. O que torna a crença nessa proposição *proxy* em um item de conhecimento? Montminy

---

<sup>110</sup> No original, em inglês: “One must: infer only from what one knows.” (Borges, 2020).

(2014) e Ball & Blome-Tillmann (2014) argumentaram que, de modo geral, seriam crenças independentes da crença falsa. No entanto, conforme argumentado por Arnold (2013), a crença na proposição *proxy* seria um exemplo de conhecimento em virtude de crença falsa. Em todos os casos, a proposição *proxy*,  $q'$ , é implicada ou é apoiada de modo não-acarretador pela crença falsa,  $q$ . Se o *proxy* epistêmico é um item de conhecimento, a melhor explicação é que esse status é devido à crença falsa, e não a outros fatores evidenciais disponíveis ao agente. Por qual razão uma das características do *proxy* epistêmico seria ser implicado ou apoiado pela falsidade se o status epistêmico daquela crença não dependeria em sentido algum dessa crença? Klein (2008), inclusive, é enfático ao argumentar que a falsidade útil justifica proposicionalmente a proposição candidata a *proxy* epistêmico. O que é justificação proposicional senão apoio evidencial? É bastante plausível que a formação e a epistemização da crença na proposição *proxy* seja devida à crença na falsidade. O *proxy* epistêmico é, portanto, um caso de conhecimento em virtude de crença falsa, e a possibilidade desse fenômeno é precisamente o que o defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’ está tentando negar.

Sob uma perspectiva geral, o defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’ sugere que uma proposição verdadeira candidata a *proxy* epistêmico é, em algum sentido, próxima da verdade. Conforme argumentado por Almeida (2017), talvez a noção de proximidade à verdade não seja suficiente para explicar a posse de conhecimento nos casos em análise. No entanto, suponha que a concepção de proximidade à verdade capture a intuição subjacente à escolha teórica da proposição candidata a *proxy* epistêmico. Plausivelmente, se a crença de um agente é referente a algum valor *exato*, a candidata mais óbvia a *proxy* epistêmico será a proposição a respeito do valor *aproximado* a esse valor exato, uma vez que exatidão ou precisão numérica implicam aproximação numérica. No entanto, considere o caso Bolinhas de Gude, descrito a seguir.

**Bolinhas de Gude:** conforme elas se movem rapidamente pela pista de madeira que montei para elas, eu conto uma série de bolinhas de gude. O procedimento produziu 53 como resultado. Com alguma confiança, eu venho a crer que há 53 bolinhas de gude na pista de maneira. Lembrando que meu professor de lógica me disse mais cedo naquele dia que precisão implica aproximação, eu deduzo de modo competente que há aproximadamente 53 bolinhas de gude, sem diminuir a confiança na minha crença de que há 53 bolinhas de gude. Apesar de [ter feito o melhor que pude] na difícil tarefa de contar as bolinhas de gude que rolam rapidamente, eu contei duas vezes uma bolinha; na verdade, existem apenas 52.<sup>111</sup> (Luzzi, 2014, p. 264-265).

---

<sup>111</sup> No original, em inglês: “Marbles: As they swiftly roll by on the wooden track I have assembled for them, I count a series of marbles. The procedure yields 53 as a result. With some confidence, I come to believe

Em Bolinhas de Gude, o agente crê falsamente que,  $q$ , há 53 bolinhas de gude na pista de madeira e, com base nisso, forma a crença de que,  $p$ , há aproximadamente 53 bolinhas de gude na pista de madeira. Plausivelmente, a crença-alvo,  $p$ , é uma instância de conhecimento, pois o valor aproximado de  $p$  é um limiar razoável dada a contagem do agente. Se ele contasse 20 bolinhas de gude, parece que não seria razoável a ele crer que há, aproximadamente, 53 bolinhas. Se ele contasse 40 bolinhas, a formação de crença na proposição <há, aproximadamente, 53 bolinhas> seria mais razoável do que a candidata anterior. Se ele contasse 90 bolinhas, seria razoável crer que há, aproximadamente, 53 bolinhas? Apesar de não ser óbvio qual é o limiar de aproximação entre um valor e outro, a crença-alvo do agente parece satisfazer esse limiar. É razoável, portanto, julgar a crença-alvo de que há, aproximadamente, 53 bolinhas de gude na pista como uma instância de conhecimento inferencial a partir de falsidade.

Isso, no entanto, é um problema para o defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’. Se esse é um caso genuíno de conhecimento inferencial, a crença falsa não é essencial para a cognição, devido ao *proxy* epistêmico ser o elemento causal e evidencial relevante para a formação e epistemização da crença-alvo. Entretanto, qual é o *proxy* epistêmico em Bolinhas de Gude? A sugestão mais óbvia é em direção à proposição,  $q$ , <há, aproximadamente, 53 bolinhas de gude>. No entanto, conforme argumentam Luzzi (2014, p. 265-266; 2019, p. 24) e Fitelson (2017, p. 318-319), como poderia o *proxy* epistêmico epistemizar a crença-alvo se as proposições são equivalentes? Como a proposição *proxy* <há, aproximadamente, 53 bolinhas de gude> epistemizaria a crença-alvo <há, aproximadamente, 53 bolinhas de gude>? Se o advogado do ‘conhecimento apesar de crença falsa’ sugerir que  $q$  é o *proxy* epistêmico da crença em  $p$ , ele estaria comprometido com a tese segundo a qual a estrutura lógica de casos como Bolinha de Gude é ‘ $p$ , portanto,  $p$ ’. Contudo, é contestável que existam proposições autoevidentes, isto é, proposições capazes de se autojustificarem após o entendimento apropriado do seu significado.<sup>112</sup> Além disso, o conteúdo da premissa e da conclusão em Bolinhas de Gude são claramente não-equivalentes, por isso, não é razoável que a estrutura lógica do caso

---

that there are 53 marbles on the wooden track. Recalling that my logic professor told me earlier that day that precision entails approximation, I competently deduce that there are approximately 53 marbles, without any loss of confidence in my belief that there are 53 marbles. But despite my best efforts in the difficult task of counting the rapidly-rolling marbles, I double-counted one marble; there are actually only 52.” (Luzzi, 2014, p. 264-265).

<sup>112</sup> Para mais informações sobre autoevidência, veja Audi (2018).

seja circular. Esse caso evidencia que, em alguns casos, o *proxy* epistêmico não pode ser uma proposição a respeito de um significado aproximado à crença falsa.

No entanto, essa consequência não é teoricamente problemática ao defensor do *proxy* epistêmico, pois há uma série de proposições candidatas a *proxy* epistêmico e capazes de fornecer excelente base causal e evidencial para a crença-alvo nos supostos casos de conhecimento via falsidade. Se examinarmos o caso *Handout*, por exemplo, outros candidatos plausíveis são as proposições <parece que há exatamente 53 pessoas na plateia> e/ou <o agente contou 53 pessoas na plateia>. Essas proposições são verdadeiras e, plausivelmente, itens de conhecimento do agente. A experiência perceptual do agente confere status epistêmico positivo à proposição a respeito das aparências de quantas pessoas estão na plateia e à proposição referente ao resultado da contagem.

Conforme argumentam Luzzi (2019, p. 24) e Fitelson (2017, p. 318-319), entretanto, a sugestão dessas proposições como candidatas a *proxy* epistêmico alteraria radicalmente a relação instanciada entre a crença-premissa e a crença-conclusão. Nos supostos casos de conhecimento em virtude de crença falsa, a relação da premissa com a conclusão é *dedutiva*, isto é, a premissa implica a conclusão. Caso <parece que há exatamente 53 pessoas na plateia> ou <o agente contou 53 pessoas na plateia> sejam a base causal e evidencial da crença na conclusão, a relação desses conteúdos com a conclusão será *ampliativa* e, em função disso, essas proposições não implicarão logicamente a conclusão. Ao defender essa linha argumentativa, o defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’ poderia ser acusado razoavelmente de estar modificando a estrutura dos casos com a finalidade de privilegiar a sua própria posição.

O advogado do *proxy* epistêmico poderia conceder ao crítico da mudança de relação entre a premissa e a conclusão e oferecer uma proposição candidata a *proxy* capaz de preservar a relação dedutiva entre as crenças, conforme sugere Fitelson (2018, p. 318-323). Rodrigo Borges (2020), por exemplo, sugeriu que a crença de que há 40 pessoas na plateia poderia ser o fator causal e evidencial para a crença-alvo ser uma instância de conhecimento. Se adotarmos essa sugestão, a proposição <há 40 pessoas na plateia> é uma excelente candidata a *proxy* epistêmico capaz de preservar a relação dedutiva entre a premissa e a conclusão, sem o conhecimento depender da crença falsa, contudo.

A hipótese de o *proxy* epistêmico ser uma proposição preservadora da relação dedutiva entre a conclusão e a premissa é bastante atrativa. Entretanto, o custo teórico do endosso a essa hipótese pode ser alto demais. Plausivelmente, o defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’ objetiva ser consistente em relação as suas

explicações sobre a posse ou a ausência de conhecimento. A sugestão dele é encontrar uma proposição *proxy* para epistemizar a crença-alvo em casos nos quais ela depende essencialmente de falsidade. A tese forte do ‘conhecimento apesar de crença falsa’ sugere que o *proxy* epistêmico é o fator causal e evidencial para tornar a crença-alvo em um item de conhecimento, enquanto, para a tese fraca, o *proxy* epistêmico é apenas o elemento epistemizador. Uma indagação bastante razoável é como essa explicação seria empregada nos bons casos de conhecimento inferencial envolvendo o fecho do conhecimento.

Conforme explicamos no primeiro capítulo, fecho do conhecimento é um princípio segundo o qual se um agente sabe que  $q$ , e  $q$  implica  $p$ , então o agente sabe que  $p$ . De modo geral, conhecimento é condição suficiente para aquisição de conhecimento inferencial. Considere um caso no qual esse princípio é satisfeito. Imagine um cenário no qual um agente conta 53 pessoas na plateia e forma a crença *verdadeira* de que há 53 pessoas na plateia. Diferentemente do cenário anterior, nenhuma pessoa mudou de lugar durante a contagem e é fato que há 53 pessoas na plateia. Com base nessa crença verdadeira, o agente infere que as 100 cópias do *Handout* são suficientes. Plausivelmente, ele sabe disso. Chame este caso de *Handout\**.

A crença-alvo do caso *Handout\** é um item de conhecimento. Ela é formada com base em dedução apropriada e é baseada essencialmente em uma crença, pelo menos, verdadeira. Em comparação com o caso original *Handout*, sob a perspectiva do agente, não há diferença entre os estados mentais do agente: eles são virtualmente idênticos. Um dos fatores que os torna diferentes são características externas às suas vidas mentais. Outro fator distintivo entre os casos é fato de que, em *Handout\**, a crença de que há 53 pessoas na plateia é o elemento causal e epistêmico da crença-alvo, enquanto, em *Handout*, o elemento causal e epistêmico da crença-alvo é o *proxy* epistêmico, e não a crença falsa de que há 53 pessoas na plateia. Razoavelmente, se o defensor do *proxy* epistêmico almeja consistência entre as explicações, conforme argumenta Fitelson (2017, p. 321-322), ele está comprometido com a tese de que, em *Handout\**, um *proxy* epistêmico é o elemento causal e epistêmico da crença-alvo. No entanto, por que, em *Handout\**, um excelente caso de conhecimento inferencial, seria necessário recorrer ao *proxy* epistêmico para explicar o conhecimento da crença-alvo? Por que a base causal e evidencial da crença verdadeira de que há 53 pessoas na plateia não é suficiente? Não é óbvio porque a explicação para a posse de conhecimento dependeria do *proxy* epistêmico.

O defensor do ‘conhecimento apesar de falsidade’ poderia argumentar que, em *Handout\**, o *proxy* epistêmico não é necessário, uma vez que a crença-alvo é deduzida de

uma crença verdadeira. Isso, no entanto, também seria problemático, pois sugere que o *proxy* epistêmico é necessário apenas quando há uma crença falsa no episódio de raciocínio. E é mais problemático por não haver uma explicação plausível que motive a preferência do *proxy* epistêmico em detrimento da crença falsa. Em *Handout* e *Handout\**, o conteúdo das crenças são os mesmos, e, ainda assim, somente a explicação de um dos casos emprega o *proxy* epistêmico. Conforme indicado por Fitelson (2017, p. 322), “torna-se bastante difícil fornecer um princípio de quais proposições constituem a base epistêmica de conclusões formadas via (prima facie) inferências produtoras de conhecimento”.<sup>113</sup> Parece mais simples sugerir que a crença falsa é o elemento causal e evidencial essencial para a cognição da crença-alvo. Além disso, a crença falsa preservaria a relação dedutiva com a crença-alvo, de modo a não ser necessário recorrer a explicações contestáveis sobre a causação e epistemização de crenças com base em crenças implícitas ou explícitas e disposicionais.

## 2.5 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Nesse capítulo, examinamos as propostas fracas e fortes do ‘conhecimento apesar de crença falsa’. A explicação de Peter Klein, embora atrativa e elegante em diversos aspectos, falha por não diferenciar corretamente os supostos casos de conhecimento via falsidade e casos Gettier inferenciais com falsidade. Em função disso, não há esperanças para a análise anulabilista das falsidades úteis. Examinamos, também, as propostas fortes de ‘conhecimento apesar de falsidade’. Autores simpáticos a essa posição defendem que a crença falsa não é causalmente essencial à cognição. Em vez disso, um *proxy* epistêmico é o elemento causal e evidencial relevante para a aquisição de conhecimento. Analisamos diversas objeções propostas por Buford & Michael Cloos (2018), Luzzi (2019) e Fitelson (2017) contra a tese forte. Os defensores da tese forte do 'conhecimento apesar de crença falsa' devem responder a essas críticas a fim de estabelecer a atratividade inicial da sua posição. Além disso, devem oferecer um princípio plausível de por que escolher o *proxy* epistêmico em vez da crença falsa. Por ora, esses argumentos são indícios de que o endosso ao *proxy* epistêmico carece de motivação teórica suficiente para preferir essa estratégia em relação a sua competidora. Talvez a explicação de a crença falsa ser o

---

<sup>113</sup> No original, em inglês: “it becomes very difficult to provide a principled account of which propositions constitute epistemic basis for conclusions reached via (prima facie) knowledge-yielding inferences.” (Fitelson, 2017, p. 322).

elemento causal e evidencial essencial para a cognição seja mais plausível. No próximo capítulo, examinaremos essa alegação.

### 3 CONHECIMENTO A PARTIR DE CRENÇA FALSA

O objetivo deste capítulo é examinar a estratégia argumentativa dos defensores do 'conhecimento a partir de crença falsa'. Sob uma perspectiva geral, a premissa principal do argumento dos defensores é a hipótese de que a crença falsa é essencial de modo causal e evidencial para a cognição da crença-alvo.<sup>114</sup> Por defenderem a existência de conhecimento inferencial originado em crença falsa, o ônus para o endosso a essa posição é oferecer um princípio para diferenciar os supostos casos de conhecimento via falsidade e os casos Gettier inferenciais com falsidade. Para tanto, analisaremos a sugestão de Warfield (2005) e de Luzzi (2019) de que o caminho evidencial da crença falsa até a crença-alvo é estável, empregando a condição de sensibilidade e a condição de segurança. Após isso, analisaremos a proposta fortalecida de Branden Fitelson (2010) acerca da possibilidade de conhecimento via falsidade e as objeções de Luzzi (2019) a ela. Por fim, examinaremos o anulabilismo-falibilista e as propostas das falsidades benignas de Claudio de Almeida.

#### 3.1 TEORIAS DO RASTREAMENTO DA VERDADE

Nesta seção, examinaremos a explicação das teorias do rastreamento para os supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa. Analisaremos, especificamente, se a condição de sensibilidade (Nozick, 1981) e a condição de segurança (Sosa, 1999a; Pritchard, 2016a) são capazes de explicar a possibilidade de conhecimento com crença falsa. Sob uma perspectiva geral, o intuito dessas propostas é capturar a ideia de que é necessário, para a posse de conhecimento, estar em uma relação adequada entre a atitude doxástica de crença em  $p$  e o fato de que  $p$ . Satisfeitas algumas das condições anteriores, a conexão entre a crença candidata a conhecimento e a verdade é estável, isto é, a formação de crença verdadeira não será devida à sorte. Tais condições são *rastreadoras da verdade*, pois a crença em  $p$  acompanha a mudança do valor-verdade de  $p$  em cenários contrafactuais próximos ao mundo atual. Investigaremos se, nos supostos casos de

---

<sup>114</sup> No capítulo anterior, argumentamos que a proposta de Klein não é satisfatória para explicar o fenômeno nos supostos casos de conhecimento via crença falsa. Embora a epistemização da crença-alvo seja devida à proposição verdadeira implicada, a crença falsa ainda seria causalmente essencial para a cognição de  $p$ . Em função da justificação proposicional advinda da proposição verdadeira, interpretamos a análise de Klein como uma defesa do 'conhecimento apesar de crença falsa'. Por outro lado, a crença falsa é causalmente essencial para a cognição de  $p$ . Em razão disso, a explicação de Klein também poderia ser interpretada como uma tese *mais fraca* do conhecimento a partir de crença falsa, uma vez que a falsidade é o elemento causal essencial para a crença-alvo ser um item de conhecimento. Para a tese *mais forte* do conhecimento a partir de crença falsa, a atribuição de conhecimento é devida à crença falsa ser causal e evidencialmente essencial para o conhecimento da crença-alvo. No entanto, conforme explicamos na seção anterior, a proposta de Peter Klein não é uma opção atrativa em função das críticas de Claudio de Almeida.

conhecimento via falsidade, a conexão entre a crença-alvo em  $p$  – derivada essencialmente a partir de falsidade – e o fato de que  $p$  é estável, ou seja, se a formação de uma crença verdadeira com base em falsidade exclui o alcance sortudo da verdade. Para obtermos êxito nesse empreendimento, é necessário esclarecermos a intuição antissorte, a noção de mundos possíveis e de condicionais contrafactuais para compreendermos adequadamente as condições de sensibilidade e de segurança

### 3.1.1 A intuição antissorte, mundos possíveis e condicionais contrafactuais

Argumentamos, no primeiro capítulo, que a posse de conhecimento requer uma conexão adequada entre a crença de que  $p$  e o fato de que  $p$ . Sem essa conexão, casos de mera crença verdadeira seriam julgados erroneamente como instâncias de conhecimento. Sugerimos que a *justificação epistêmica* é um dos candidatos para conectar a crença e o fato. No entanto, a noção de justificação epistêmica não é a única candidata disponível a desempenhar essa função. As condições modais de sensibilidade e de segurança são fortes candidatas a condições necessárias de uma análise do conhecimento e, por hipótese, a satisfação de alguma delas impediria a formação de crença verdadeira devida à sorte.

A distinção entre conhecimento e mera crença verdadeira evidencia que, se um agente sabe que  $p$ , então a crença de que  $p$  não é verdadeira por sorte, pois uma crença pode ser verdadeira por sorte, enquanto uma crença que é um caso de conhecimento não pode ser verdadeira de modo fortuito. Uma das lições que podemos aprender por meio dessa distinção é a ideia de que conhecimento exclui o alcance sortudo da verdade. A discussão acerca dos casos do problema de Gettier também apoiam essa ideia.<sup>115</sup> Ao analisarmos o caso Ovelha e o Ford, apresentados, respectivamente, no primeiro e segundo capítulo, a crença-alvo, apesar de justificada, não é um item de conhecimento devido à presença da sorte no alcance da verdade. No caso Ovelha, o agente forma a crença verdadeira de que há uma ovelha no campo por ter experiências perceptuais de ovelha ao ver uma ovelha de brinquedo, não uma ovelha genuína. Apesar de a crença ser verdadeira e justificada, pois há uma ovelha naquele campo, atrás de um arbusto fora do campo visual do agente, ela não é uma instância de conhecimento. No caso Ford, o agente forma a crença verdadeira e justificada de que alguém na sua sala possui um Ford com base na crença falsa a respeito de Nogot ter um Ford. No entanto, a crença-alvo não é um item de conhecimento, porque ela não está conectada ao fato que torna a proposição

---

<sup>115</sup> Para mais informações acerca da noção de sorte na discussão sobre o problema de Gettier, veja Zagzebski (1994).

<alguém na sala dele possui um Ford> verdadeira. A formação da crença-alvo não é devida ao fato de Havit possuir um Ford, mas às mentiras proferidas por Nogot. Em ambos os casos, apesar de a crença ser verdadeira e justificada, ela não é uma instância de conhecimento: o alcance da verdade da crença justificada ocorre em função da sorte e isso impede a posse de conhecimento. Novamente, temos a intuição de que conhecimento é incompatível com sorte epistêmica.<sup>116</sup> Essa intuição é conhecida na literatura como *intuição antissorte* (cf. Pritchard, 2005, 2012, 2014, 2016a).<sup>117</sup> Se conhecimento é incompatível com a sorte epistêmica, como interpretar a intuição antissorte de modo a evitar o alcance fortuito da verdade? Ou seja, como formular uma condição para a posse de conhecimento que impedisse a sorte de ser um elemento supressor de conhecimento? Pritchard (2016a) sugere a condição de sensibilidade e a condição de segurança como as alternativas mais promissoras a acomodar a intuição antissorte. Tais condições seriam *necessárias* para a aquisição de conhecimento.

Antes de prosseguirmos para a explicação sobre cada uma dessas condições, é necessário clarificarmos o que são mundos possíveis e como interpretar condicionais contrafactuais ou subjuntivos, pois as duas condições propostas para uma análise do conhecimento são enunciados contrafactuais e a verificação do valor-verdade desse tipo de sentença emprega a metáfora dos mundos possíveis. No que se refere aos mundos possíveis, eles são modos como o mundo poderia ter sido. Plausivelmente, o mundo poderia ser de várias maneiras distintas. Poderia ser um mundo no qual Donald Trump nunca venceu qualquer eleição americana ou um outro mundo em que estamos todos dentro de uma simulação, como no filme *Matrix*. Também poderia ser um mundo no qual estou usando uma camiseta preta. Este último é o *mundo atual*: uma possibilidade atualizada e como o mundo é. Os outros dois cenários sobre Trump e sobre a *Matrix* são *mundos possíveis*. Também são mundos distantes do atual, pois o estado de coisas atual teria de ser bastante diferente para Trump nunca vencer uma eleição ou para estarmos em uma simulação como em *Matrix*. Para mundos possíveis próximos serem próximos do

---

<sup>116</sup> Plausivelmente, conhecimento é *compatível* com outros tipos de sorte, que não a epistêmica. Um agente pode ter tido sorte ao sobreviver de um acidente fatal. Em um certo sentido, todo conhecimento adquirido após esse evento é sortudo. Um detetive, por exemplo, pode ter sorte ao encontrar uma evidência indicando que o mordomo é o culpado pelo assassinato e vir a saber que o mordomo é o culpado. Em um certo sentido, em ambos os casos, o conhecimento do agente é sortudo, contudo, não da forma como os exemplos acima sugerem. Nesses dois casos, a sorte possibilitou aos agentes estarem em condições de obter conhecimento. Não é o tipo de sorte epistêmica pelo qual estamos interessados, pois, embora os agentes sejam conhecedores, a crença não é verdadeira por sorte. Para mais informações, veja Pritchard (2014).

<sup>117</sup> Nos últimos anos, Pritchard (2015) tem discutido a noção de ‘risco epistêmico’ em vez do conceito de ‘sorte epistêmica’. A disputa sobre essas noções não afetará a nossa discussão neste capítulo.

atual, esses mundos devem diferir em pouquíssimas características do mundo atual. Por exemplo, o mundo no qual estou usando uma camiseta verde é bastante próximo do atual: bastaria que eu trocasse a camiseta verde por uma preta. O que determina a proximidade modal entre mundos possíveis e o atual é o quão *similares* eles são ao mundo atual. Se um mundo possível for menos similar ao mundo atual, mais distante ele estará. Se um mundo possível for mais similar ao atual, mais próximo ele estará.<sup>118</sup> Já no que se refere aos condicionais contrafactuais, são enunciados da forma <se fosse o caso de que  $p$ , seria o caso de que  $q$ >. Se eu não morasse no Brasil, eu não moraria em Porto Alegre, por exemplo. Essa condicional contrafactual é verdadeira se, e somente se, nos mundos mais próximos ao atual nos quais eu não moro no Brasil, eu não moro em Porto Alegre. Ou seja, uma condicional contrafactual é verdadeira se, e somente se, nos mundos mais próximos ao atual em que o antecedente,  $p$ , é verdadeiro, o consequente,  $q$ , também é verdadeiro.

### 3.1.2 A condição de sensibilidade e a condição de segurança

Nossas crenças são como indicações em termômetros.<sup>119</sup> Se uma criança não estivesse com 40°C de febre, o termômetro não indicaria essa temperatura. Se o termômetro indicasse 40°C de febre, a criança estaria com 40°C de febre. Plausivelmente, um termômetro preciso indicaria a temperatura exata de uma criança em estado febril. Como as condicionais contrafactuais sugerem, a informação fornecida pelo termômetro acompanharia o estado da criança, isto é, *rastrear*ia as eventuais mudanças na temperatura da criança. Nossas crenças, quando são itens de conhecimento, são como indicações em termômetros, pois são rastreadoras dos fatos, isto é, (i) se fosse falso que  $p$ , o agente não creria que  $p$ , sugere Nozick (1981). Sosa (1999a) e Pritchard (2005, 2012) também sugeririam que as nossas crenças rastreiam os fatos, todavia, de modo distinto ao sugerido por Nozick. Para esses dois autores, para estar em posse de conhecimento, é condição necessária que (ii) se o agente cresse que  $p$ , seria o caso de que  $p$ . Essas condições são, respectivamente, (i) a condição de sensibilidade e (ii) a condição de segurança.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Para mais informações sobre mundos possíveis, veja Lewis (1973) e Stalnaker (1968).

<sup>119</sup> A metáfora da similaridade de crença com termômetros é devida a Armstrong (1973).

<sup>120</sup> Além da condição da sensibilidade, Nozick (1981) argumenta que uma condição de aderência também é necessária para uma crença verdadeira ser uma instância de conhecimento. A condição de aderência é a ideia segundo a qual se fosse o caso de que  $p$ , o agente creria que  $p$ . Para estar em posse de conhecimento, é necessário a crença do agente rastrear quando é falso que  $p$  e quando é verdadeiro que  $p$ . A adição da condição de aderência na análise de Nozick não é gratuita. Em alguns casos, a condição da sensibilidade é

Para Nozick (1981), um agente sabe que  $p$  somente se a sua crença é sensível, isto é, só se a condicional contrafactual ‘se fosse falso que  $p$ , o agente não creia que  $p$ ’ é satisfeita. Essa é uma proposta de condição necessária bastante elegante e intuitiva. Um agente intelectualmente sadio, por exemplo, quando está na frente de um computador, crê que está na frente de um computador. Por outro lado, se esse agente não estivesse em frente a um computador, ele não creia que está na frente de um. Plausivelmente, alegraríamos que o nosso agente *sabe* que está em frente a um computador. Imagine, agora, um agente sob o efeito de substâncias psicoativas fortes. Sob essas condições, nosso agente sempre acredita estar em frente a um computador. Quando está tomando café, acredita estar em frente a um computador. Quando está correndo na rua, acredita estar em frente a um computador. Quando está em frente a um computador, acredita estar em frente a um computador. Nesse caso, não alegraríamos que essa crença é um item de conhecimento, pois ela não é sensível aos fatos, isto é, a crença dele não acompanha a mudança do valor-verdade da proposição-alvo: ele sempre acredita estar em frente a um computador, mesmo quando não está na frente de um. Em função disso, quando ele está em frente a um computador e acredita nisso, a crença nesse conteúdo não é uma instância de conhecimento.

Como a condição de sensibilidade é formulada como uma condicional contrafactual, o emprego da ferramenta dos mundos possíveis é necessário para avaliá-la. Para isso, imagine o mundo possível *mais próximo do atual* em que a proposição-alvo,  $p$ , é falsa e verifique se o agente formará crença nessa falsidade. Caso o agente forme uma crença falsa em  $p$  no mundo possível mais próximo, então, no mundo atual, a crença verdadeira em  $p$  não será uma instância de conhecimento. Caso não forme a crença falsa em  $p$  nesse mundo possível mais próximo, então, no mundo atual, a crença verdadeira em  $p$  será uma instância de conhecimento. Um agente está em posse de conhecimento, portanto, somente se, no mundo possível mais próximo do atual em que  $p$  é falsa, ele não crê que  $p$ . A satisfação da condição da sensibilidade garantiria uma conexão estável entre a crença e a verdade, de modo a evitar o alcance sortudo da verdade.

Isso é explícito ao analisarmos se a crença do agente gettierizado é sensível. Pense nos casos Ovelha e Ford, por exemplo. No caso da Ovelha, no mundo mais próximo em

---

satisfeita e, ainda assim, o agente não está em posse de conhecimento. Nesses casos, a explicação para a ausência de conhecimento é devida à não satisfação da condição de aderência. Para mais informações sobre a condição de aderência, veja Nozick (1981). No decorrer deste capítulo, examinaremos apenas a condição da sensibilidade proposta por Nozick, pois, como sugerido por Pritchard (2016a), ela é uma das candidatas a incorporar a intuição antissorte.

que não há uma ovelha no campo e, por isso, a crença-alvo do agente de que há uma ovelha no campo é falsa, ele *continuará* crendo que há uma ovelha no campo devido às suas experiências perceptuais ao ver o brinquedo em formato de ovelha. No caso Ford, no mundo possível mais próximo em que ninguém dirige um Ford, a crença de que alguém dirige um Ford é falsa. Nesse mundo, Havit não é motorista de veículo algum, no entanto, isso não impede o nosso agente de estar em posse de evidência enganadora a respeito de Nogot possuir um Ford. Apesar de ser falso que alguém na sala do agente dirige um Ford, ele *continuará* acreditando nisso com base na crença falsa sobre Nogot estar em posse de um Ford. Em ambos os casos, a crença-alvo do agente é insensível, devido à instabilidade da conexão entre a crença em  $p$  e o fato de que  $p$ .

Apesar da plausibilidade intuitiva e do poder explanatório da condição de sensibilidade, é necessário inserir referências ao método de formação de crenças para evitar que casos de conhecimento sejam julgados erroneamente como casos de ignorância. Considere o caso da Vovó, proposto originalmente por Nozick (1981, p. 179):

**Vovó:** Granny é uma avó que é muito boa em perceber quando o neto está bem, desde que dê uma boa olhada nele. Um dia, seu neto a visita e ela dá uma boa olhada nele. Ela vê que ele está bem e acredita nisso. Se o neto não estivesse bem, entretanto, a sua família, não querendo preocupar Granny, manteria o neto longe dela e diria a ela que ele estava bem. Além disso, a avó teria acreditado neles.<sup>121</sup> (Pritchard, 2016a, p. 25).

Plausivelmente, Granny sabe que o seu neto não está doente. Ela é uma agente cujas capacidades cognitivas estão funcionando corretamente e ela crê verazmente que o neto está bem. No entanto, como o caso sugere, caso ele estivesse doente, Granny creeria falsamente que ele está doente devido ao relato dos seus familiares. Como a crença de Granny é insensível, ela não sabe que o seu neto não está doente. No entanto, sugere Nozick (1981, p. 179), essa não é a interpretação correta da condição de sensibilidade. No mundo atual, a crença-alvo da Vovó é um item de conhecimento *perceptual*. Quando ela vê o neto, consegue determinar o estado de saúde dele. Todavia, no mundo possível mais próximo em que ele está doente, a crença dela é formada com base no *testemunho* dos seus familiares, não com base na percepção. Por que o fato de ela crer falsamente via

---

<sup>121</sup> No original, em inglês: “Granny is a grandmother who is very good at being able to tell whether her grandson is well provided that she gets to have a good look at him. One day her grandson visits and she gets a good look at him. She sees that he is well and so forms a belief to this effect. Had her grandson not been well, however, then his family, not wanting to worry Granny, would have kept her grandson away from her and told her that he was well regardless. Moreover, Granny would have believed them” Pritchard (2016, p. 25).

testemunho a impede de saber por meio da percepção que o neto não está doente? Pois no mundo possível mais próximo em que o neto está doente e o contato perceptual com ele é permitido, Granny creia verazmente que ele está doente. Ou seja, a crença-alvo da Vovó é sensível somente quando o *método de formação da crença* é um fator saliente na avaliação de sensibilidade ou de insensibilidade da crença. Em função disso, é necessário referenciar o método de formação de crença do mundo atual para avaliar se o agente creia falsamente com base nesse mesmo método no mundo mais próximo. Conforme sugere Nozick (1981, p. 179), a condição de sensibilidade com referências ao método de formação de crenças é “se  $p$  não fosse verdadeira e  $S$  usasse  $M$  para formar uma crença quanto a se  $p$ , então  $S$  não acreditaria que  $p$ , via  $M$ ”<sup>122</sup>, isto é, se fosse falso que  $p$ , o agente não creia que  $p$  com base no método,  $M$ . Os métodos de formação de crença, nesse sentido, são os modos a partir dos quais a crença de um agente é formada. Tais métodos incluem as experiências perceptuais, a introspecção, a memória, o testemunho e o raciocínio adequado. Conforme sugere Goldman (1979), a tendência desses métodos (ou processos cognitivos) é produzirem mais crenças verdadeiras do que falsas. A sugestão de Nozick, portanto, é a de que a avaliação da sensibilidade de uma crença deve referenciar o método de formação da crença a fim de julgar corretamente casos de conhecimento e casos de ignorância.

Embora seja atrativa sob diversos aspectos, a condição de sensibilidade com referência ao método de formação de crenças é *muito forte* por impossibilitar a posse de conhecimento indutivo, conforme argumenta Sosa (1999a). Plausivelmente, nós sabemos que o ônibus até o centro da cidade passa às 8h30min. Esse é um item de conhecimento obtido por meio de evidência indutiva, pois, após observar inúmeras vezes o ônibus até o centro da cidade passando às 8h30min, o agente forma a crença de que o ônibus até o centro da cidade passa às 8h30min. Apesar de ser uma instância de conhecimento indutivo, essa crença é insensível. No mundo mais próximo em que o ônibus até o centro da cidade *não* passa às 8h30min, por exemplo, devido a um acidente no terminal de ônibus que bloqueou o trânsito, o agente creia falsamente que o ônibus até o centro da cidade passa às 8h30min com base na evidência indutiva. Essa é uma objeção grave à condição de sensibilidade, pois pode ser generalizada a todos os casos de conhecimento indutivo. Isto é, para todo caso de crença formada com base em evidência indutiva, essa

---

<sup>122</sup> No original, em inglês: “If  $p$  weren’t true and  $S$  were to use  $M$  to arrive at a belief whether (or not)  $p$ , then  $S$  wouldn’t believe, via  $M$ , that  $p$ .” (Nozick, 1981, p. 179).

crença será insensível. Conhecimento, portanto, não implica crença sensível: é possível estar em posse de conhecimento de que  $p$  e a crença em  $p$  ser insensível.<sup>123</sup>

Duncan Pritchard (2014, p. 156) sugere que a razão pela qual a condição de sensibilidade é incompatível com a posse de conhecimento indutivo é devida à requisição de Nozick de avaliarmos a condicional contrafactual examinando a atitude doxástica do agente no mundo *mais próximo* em que  $p$  é falsa. No entanto, por exemplo, o mundo no qual é falso que o ônibus até o centro da cidade passa às 8h30min, isto é, o mundo no qual o ônibus até o centro da cidade não passa às 8h30min, é um cenário muito distante do atual. Existem mundos mais próximos nos quais o agente crê que o ônibus até o centro da cidade passa às 8h30min e crê verazmente nisso. Como alega Pritchard (2014),

a razão do porquê a [condição de] sensibilidade é incapaz de explicar o conhecimento presente em [casos de indução] é que ela se concentra nos mundos possíveis mais próximos [em que  $p$  é falsa] e ignora a vasta gama de mundos próximos nos quais o agente acreditaria na proposição-alvo e acreditaria verazmente. [...] Essa é uma das principais razões de porque muitos [autores] na literatura optaram pela tese de que conhecimento não exige crença sensível, mas crença *segura*.<sup>124</sup> (Pritchard, 2014, p. 156, ênfase do original).

Conforme indicado pela citação, o erro metodológico dos defensores da condição de sensibilidade é analisar apenas o mundo mais próximo em que  $p$  é falso e não examinar a crença no agente em mundos próximos em que  $p$  é verdadeiro. Em vez disso, sugere Pritchard, devemos investigar o comportamento doxástico do agente em mundos próximos nos quais a proposição-alvo é verdadeira, e a melhor candidata a esse empreendimento é a condição de *segurança*. Essa condição acomodaria a intuição de que conhecimento é incompatível com sorte epistêmica – a intuição antissorte – e de que toleramos o erro em situações contrafactuais muito distantes da atual. De acordo com Pritchard (2014, p. 157), a intuição de tolerância ao erro, especificamente, é a ideia segundo a qual somos intolerantes à formação de crença falsa em situações contrafactuais muito próximas do mundo atual; contudo, nada impede de acreditarmos falsamente em mundos muito distantes, no qual estamos numa simulação que controla as nossas

---

<sup>123</sup> Para uma análise das principais objeções à condição de sensibilidade e uma defesa desse princípio, veja Adams & Clarke (2005). Por uma questão de escopo, não há espaço neste ensaio para analisar a proposta de Adams & Clarke.

<sup>124</sup> No original, em inglês: “The reason why sensitivity is unable to account for the knowledge present in such cases is that it focuses on the closest not- $p$  world and ignores the wide range of close worlds where the agent believes the target proposition and believes truly. [...] This is one of the main reasons why many in the literature opt for the thesis that knowledge demands not sensitive belief but rather *safe* belief” (Pritchard, 2014, p. 156, ênfase do original).

experiências ou no qual somos controlados por um gênio maligno, isto é, toleramos a formação de crença em falsidades em mundos nos quais situações bastantes adversas ocorrem. Ou seja, a intuição de tolerância ao erro permite que a formação de crenças falsas de que  $p$  em mundos possíveis muito distantes não ameace a nossa posse de conhecimento de que  $p$  no *mundo atual*. A formação de crença falsa de que  $p$  ameaçará o nosso conhecimento de que  $p$  no mundo atual caso ocorra em mundos possíveis bastantes próximos do atual. Isso possibilita assegurar a posse de conhecimento indutivo, pois, embora haja mundos nos quais a crença-alvo de conhecimento indutivo é falsa, tal crença é verdadeira nos mundos possíveis próximos. A avaliação metodológica adequada, portanto, é examinar os mundos nos quais o agente crê que  $p$  e verificar se, nos mundos próximos do atual, a crença em  $p$  é verdadeira.

Sob uma perspectiva geral, um agente está em posse de conhecimento de que  $p$  somente se a crença verdadeira em  $p$  é segura, isto é, essa crença verdadeira não poderia facilmente ter sido falsa.<sup>125</sup> De modo distinto à condição de sensibilidade, a condição de segurança examina se seria verdadeiro que  $p$  caso o agente cresse que  $p$ . Ou seja, uma crença verdadeira é segura se, e somente se, o agente cresse que  $p$ , então seria o caso que  $p$ . De modo similar à condição da sensibilidade, o princípio de segurança é uma condicional modal para posse de conhecimento e oferece uma explicação para a posse de conhecimento em casos ordinários e para a ausência de conhecimento em casos Gettier.

Se um agente *sabe* que está em frente a um computador, então sua crença é segura: nos mundos possíveis próximos ao qual ele crê que está em frente a um computador, ele crê verazmente nisso. No caso Ford e da Ovelha, a condição da segurança não é satisfeita. Em Ford, imagine mundos próximos nos quais o agente crê que alguém na sua turma possui um Ford. Nesses mundos, o agente *creria falsamente* que alguém na sua turma possui um Ford, devido à quantidade massiva de evidência enganadora fornecida por Nogot. Por hipótese, esses são mundos nos quais é falso que alguém na sala possui um Ford porque Havit não obteve êxito na aquisição da carteira de motorista e, portanto, não adquiriu um Ford. Em Ovelha, imagine mundos próximos nos quais o agente crê que há uma ovelha no campo. Nesses mundos, apesar de não haver ovelha no campo, o agente continuaria crendo que há, em função das experiências perceptuais de ovelha ao ver o brinquedo em formato de ovelha. A consequência disso é que, em ambos os casos, a crença do agente não é segura e, portanto, não é uma instância de conhecimento: o agente

---

<sup>125</sup> Além de Pritchard (2005, 2012, 2016a) e Sosa (1999a, 1999b), a condição de segurança também é discutida por Williamson (2000).

crê que  $p$  mesmo quando é falso que  $p$ . Diferentemente da condição da sensibilidade, conforme explicamos, a condição da segurança acomoda o nosso conhecimento indutivo. A crença verdadeira formada com base em evidência indutiva é segura, pois, nos mundos próximos em que o agente crê que  $p$ ,  $p$  é verdadeira. Isso evidencia que a condição de segurança preserva as virtudes explanatórias da condição de sensibilidade e que não é uma condição restritiva, por não impedir a posse de conhecimento indutivo.<sup>126</sup>

A condição de segurança é uma tese bastante intuitiva e com poder explanatório superior ao da condição de sensibilidade. No entanto, ela é uma condição muito permissiva ao lidar com casos de crenças em verdades necessárias. Se uma crença verdadeira é segura se, e somente se, não poderia facilmente ter sido falsa, então todo caso de crença em uma verdade necessária é uma instância de crença segura. Por definição, uma verdade necessária é uma proposição verdadeira em todos os mundos possíveis. Se  $p$  é uma verdade necessária, então não há mundo no qual  $p$  é falsa. Proposições matemáticas, como  $\langle 2 + 2 = 4 \rangle$ , ou proposições conceituais, como  $\langle \text{todo solteiro é não casado} \rangle$  são exemplos ordinários de verdades necessárias. Como a proposição-alvo,  $p$ , é uma verdade necessária, não há mundo, próximo ou distante, no qual o agente creria falsamente que  $p$ . Todo caso de crença em uma verdade necessária é uma ocorrência de crença segura, portanto. Em função disso, estaríamos comprometidos a assumir que, necessariamente, toda crença em uma verdade necessária é uma instância de conhecimento. Isso é problemático porque, conforme argumenta Pritchard (2012, p. 256), é a natureza da proposição, não a conexão estável entre a crença de que  $p$  e o fato de que  $p$ , a garantidora de a crença-alvo ser um objeto de conhecimento. Em função disso, seria trivial estarmos em posse de conhecimento de verdades necessárias, devido à facilidade com a qual a condição de segurança é satisfeita. Todavia, argumenta Pritchard (2012), nem toda crença numa verdade necessária é um caso de conhecimento. Considere o caso *Mathema* a seguir:

Mathema usa uma calculadora para descobrir o resultado de  $12 \times 13$ . Assim, ele forma a crença verdadeira de que  $12 \times 13 = 156$ . Porém, sem que Mathema

---

<sup>126</sup> Há um debate a respeito de como formular a condição de segurança. A crença verdadeira deve ser segura em *todos* os mundos próximos ou em *quase todos* os mundos próximos? Dependendo da resposta a essa questão, alguns casos de conhecimento podem ser julgados como casos de ignorância e alguns casos de ignorância podem ser tratados como casos de conhecimento. Esse problema, contudo, não afetará o nosso exame da possibilidade de conhecimento inferencial a partir de crença falsa. Para formulações da condição de segurança, veja (Sosa, 1999a, 1999b), Pritchard (2005, 2012, 2016a), Fett (2018).

o saiba, a sua calculadora está quebrada e gerando “respostas” aleatoriamente.<sup>127</sup> (Pritchard, 2012, p. 256).

Necessariamente, a crença de Mathema de que  $12 \times 13 = 156$  é segura. Não há mundo possível no qual ele creeria falsamente nesse conteúdo, pois, por definição, essa proposição é verdadeira em todos os mundos possíveis. No entanto, ele *não sabe* que  $12 \times 13 = 156$ . A calculadora empregada para alcançar esse resultado está quebrada e, em função disso, a crença de que  $12 \times 13 = 156$  é fortuitamente verdadeira. É devido à sorte epistêmica que o agente formou uma crença verdadeira. Como a calculadora está quebrada, razoavelmente, ela entregaria qualquer resultado para quaisquer operações que Mathema realizasse. Ele poderia vir a crer falsamente que  $2 + 2 = 5$ , que a raiz quadrada de 25 é 10. Da mesma forma, ele poderia formar crença falsa a respeito da multiplicação-alvo. Devido a isso, não é plausível atribuir conhecimento ao agente, apesar de a crença naquela verdade necessária ser trivialmente segura.

Para Pritchard (2012), esse caso não é um contraexemplo à condição de segurança. Na verdade, ele ilumina a interpretação correta do princípio de segurança. A nossa leitura da condição de segurança depende de examinarmos qual seria a atitude doxástica do agente em relação ao valor-verdade da proposição,  $p$ . Conforme sugerimos, isso pode ser problemático porque a atribuição de conhecimento à crença em  $p$  seria devido à natureza de  $p$ , e não à estabilidade modal da crença de que  $p$  e o fato de que  $p$ . Ao interpretarmos a condição de segurança desse modo, casos de ignorância serão erroneamente julgados como instância de conhecimento por serem itens de crença segura. Na verdade, sugere Pritchard (2012, 2014), devemos avaliar se o *método de formação* da crença-alvo no mundo atual é tal que crenças formadas com base nesse mesmo método em mundos próximos são seguras. No caso Mathema, formar crenças com base em uma calculadora quebrada não é um método seguro de formação de crenças, pois esse método produzirá mais crenças falsas do que crenças verdadeiras em mundos próximos ao atual. No entanto, caso a calculadora funcionasse corretamente, seria um método seguro de formação de crenças: em situações contrafactuais próximas, crenças matemáticas formadas com base na calculadora seriam verdadeiras e, portanto, seguras. Sob uma perspectiva geral, a satisfação a condição de segurança depende de o método de formação de crença ser fator

---

<sup>127</sup> No original, em inglês: “Mathema uses a calculator to find out the sum of  $12 \times 13$ . As a result, he forms a true belief that  $12 \times 13 = 156$ . Unbeknownst to Mathema, however, his calculator is in fact broken and generating “answers” randomly” (Pritchard, 2012, p. 256).

determinante para a produção de crenças verdadeiras em situações contrafactuais próximas.<sup>128</sup>

Conforme argumentamos, a condição de sensibilidade e de segurança são candidatas plausíveis a acomodar a intuição antissorte. Ou seja, em casos ordinários, a satisfação de uma dessas condições garante uma conexão *estável* entre a crença de que *p* e o fato de que *p*. Se a condição de segurança e sensibilidade são candidatas a acomodar a intuição antissorte, elas são capazes de iluminar a possibilidade de conhecimento inferencial essencialmente com base em falsidade? Isto é, se uma crença falsa é um fator essencial para a causação e a epistemização da crença-alvo, *p*, e a crença em *p* é uma instância de conhecimento inferencial, o princípio de segurança ou de sensibilidade são adequados a explicar o conhecimento inferencial originado em crença falsa? Confira a sugestão dos excertos abaixo.

Observe que, nos [supostos casos de conhecimento via falsidade], a verdade da conclusão e o caminho [evidencial] até ela parece bastante estável apesar da falsidade relevante nos exemplos. Metaforicamente, não somos demovidos do caminho [evidencial] até o conhecimento inferencial da nossa conclusão nesses exemplos pela crença falsa. Parece ser [assim] porque a falsidade, mantendo [o fenômeno] sem análise por enquanto, parece fazer o trabalho (de nos levar ao conhecimento) muito bem.<sup>129</sup> (Warfield, 2005, p. 408).

Inferências que geram casos de conhecimento a partir de falsidade servem como *amarras* justificatórias. As inferências em questão (por exemplo, da crença falsa que há exatamente 53 pessoas na sala para a crença de que o [agente] possui *handouts* suficientes) assegura que as crenças inferidas são seguras, já que inferências semelhantes em mundos possíveis próximos não conduzem a falsidades.<sup>130</sup> (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 180, ênfase do original).

Um modo plausível de expressar [a] instabilidade é dizer que, embora verdadeira, a crença [gettierizada do agente] poderia muito facilmente estar errada. Por contraste, parece que [no caso *Relógio de Luxo*] a crença [do agente de que ele] *não está atrasado para o compromisso às 19h* não poderia facilmente estar errada, dado o tempo substancial restante até a reunião e a leve

---

<sup>128</sup> Há algum debate na literatura acerca de a condição de segurança ser condição necessária ou condição suficiente para a posse de conhecimento. Infelizmente, a discussão sobre esses tópicos está fora do escopo deste ensaio. Para mais informações, veja Pritchard (2012), Fett (2018), Bogardus (2014), Neta & Rohrbaugh (2004) e Comesaña (2005).

<sup>129</sup> No original, em inglês: “[N]ote that in the examples the truth of the conclusion and the path to it seem quite stable despite the relevant falsehoods in the examples. Metaphorically, we do not seem to be kicked off the path to inferential knowledge of our conclusion in these examples by the falsehood. This seems to be because the falsehood, to leave things unanalyzed for now, seems to do the job (of taking us to knowledge) quite well.” (Warfield, 2005, p. 408).

<sup>130</sup> No original, em inglês: “[I]nferences that yield cases of knowledge from falsehood serve as justification *tethers*. The inferences in question (e.g. from the false belief that there are exactly 53 people in the room to the belief that one has enough handouts) ensure that the inferred beliefs are safe since similar inferences in nearby possible worlds do not lead to falsehoods.” (Buford & Michael Cloos, 2018, p. 180, ênfase do original).

imprecisão do relógio (cuja imprecisão o levaria a chegar mais cedo do que mais tarde).<sup>131</sup> (Luzzi, 2019, p. 10, ênfase do original).

[Nos supostos casos de conhecimento a partir de crença falsa], embora a premissa seja falsa, o erro que torna a premissa falsa é muito pequeno ou não é relevante o suficiente para afetar seriamente a verdade da conclusão. Nos termos de Warfield, a estabilidade do caminho [evidencial] para a verdade da conclusão não é comprometida pelo erro na premissa. Em contraste, nos casos em que uma premissa falsa impede o conhecimento de uma conclusão inferida [a partir dela], o erro na premissa é significativo o suficiente para desestabilizar o caminho [evidencial] até a verdade da conclusão. Nós interpretamos essa distinção recorrendo à noção de *estar facilmente errado*. Nos supostos casos de [conhecimento a partir de crença falsa], o agente não poderia facilmente estar errado ao crer na conclusão; em um caso de contraste, onde a premissa falsa não justifica o conhecimento da conclusão (por exemplo, em muitos casos tipo-Gettier), parece que o sujeito poderia estar facilmente enganado sobre a conclusão.<sup>132</sup> (Luzzi, 2019, p. 70, ênfase do original).

Uma semelhança entre esses autores é que eles, provavelmente, alegariam que a condição de sensibilidade ou de segurança pode explicar o conhecimento inferencial originado em crença falsa. Warfield (2005) é o mais moderado dentre os demais. Ele sugere que é estável a conexão entre crença verdadeira,  $p$ , inferida a partir de uma falsidade, e o fato de que  $p$ . Não há nada mais forte do que isso. Não há um princípio ou uma teorização acerca de como isso pode ser interpretado, nem uma proposta para diferenciar casos Gettier inferenciais com falsidade e supostos casos de conhecimento via falsidade. A tese argumentada explicitamente por Warfield (2005) é a ideia de que os supostos casos de conhecimento a partir de falsidade não podem ser interpretados como instâncias de conhecimento apesar de falsidade, conforme explicamos no capítulo anterior. Apenas isso. Por outro lado, Buford & Michael Cloos (2018) alegam uma tese mais forte, segundo a qual o episódio de raciocínio originário do conhecimento a partir da falsidade é um método de formação de crenças seguro, pois, em mundos possíveis próximos ao qual o agente crê naquela premissa falsa, ele crê verazmente na conclusão. A inferência, como

---

<sup>131</sup> No original, em inglês: “A plausible way of expressing this instability is by saying that, while true, Smith’s belief *the person who gets the job has ten coins in his pocket* could very easily be mistaken. By contrast, it seems that in *Fancy Watch*, the subject’s belief *I am not late for my 7 p.m meeting* could not easily be mistaken, given the substantial time remaining until the meeting and the very slight inaccuracy of the watch (whose inaccuracy would in any case lead the subject to be early rather than late.” (Luzzi, 2019, p. 10, ênfase do original).

<sup>132</sup> No original, em inglês: “while the premise is false, the error that makes the premise false is too small or not relevant enough to seriously matter to the truth of the conclusion. In Warfield’s terms, the stability of the path to the truth of the conclusion is not compromised by the error in the premise. By contrast, in cases where a false premise precludes knowledge of a conclusion thereby inferred, the error in the premise is significant enough to destabilize the path to the truth of the conclusion. We interpreted this distinction by recourse to the notion of *being easily mistaken*. In alleged KFF cases, the subject could not easily be mistaken in believing the conclusion; in contrast case, where the false premise does not ground knowledge of the conclusion (e.g. in many Gettier-style cases) it seems that the subject could easily be mistaken about the conclusion.” (Luzzi, 2019, p. 70, ênfase do original).

eles sugerem, amarraria a crença-alvo ao fato. Luzzi (2019), por fim, provavelmente endossaria a proposta de Buford & Michael Cloos. Ambas as propostas referem-se, de modo indireto, à condição de segurança. Luzzi, no entanto, é explícito quanto ao princípio para diferenciar casos Gettier inferenciais com falsidade e os supostos casos de conhecimento a partir de falsidade. Para Luzzi, nos aparentes cenários de conhecimento com crença falsa, a crença-alvo, inferida essencialmente de uma falsidade, é segura, isto é, a crença-alvo do agente não poderia facilmente ter sido falsa, enquanto a crença-alvo poderia facilmente ter sido falsa nos casos Gettier inferenciais com falsidade.

Por definição, uma crença falsa não pode ser sensível ou segura. Se a crença fosse sensível ou segura, o agente sequer formaria a crença na falsidade. Em mundos próximos do atual, devemos ser intolerantes ao erro, isto é, em mundos próximos, não devemos formar crença falsa. A formação de crença falsa é tolerável em mundos distantes, mundo em que situações estranhas acontecem. No entanto, o mundo mais próximo do mundo atual é o *próprio* mundo atual, isto é, ele é uma possibilidade atualizada. Neste mundo, a condição de sensibilidade e de segurança sugerem sermos intolerantes ao erro. Em função disso, a crença falsa do agente, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, não é nem sensível, nem segura.

A crença-alvo, no entanto, parece satisfazer ambas, sensibilidade e segurança, sugeririam Luzzi, Buford & Closs e, possivelmente, Warfield. Pensemos no caso *Handout* e na condição de sensibilidade. O agente forma a crença verdadeira de que as cópias do *handout* são suficientes com base na crença falsa de que há 53 pessoas na plateia. Imagine agora o mundo possível mais próximo no qual é falso que as cópias do *handout* são suficientes. Por hipótese, esse é um mundo no qual o agente carrega consigo menos de 50 cópias do *handout* ou um mundo em que 50 cópias do *handout* desapareceram misteriosamente e o agente sabe disso. No mundo em que isso acontece, ele não formaria a crença de que as cópias do *handout* são suficientes ao crer falsamente que há 53 pessoas na plateia. A crença do agente em *Handout* é sensível e uma instância de conhecimento inferencial. A atitude doxástica de crença do agente se altera conforme a variação do valor-verdade da proposição-alvo no mundo mais próximo do atual. Em relação à condição de segurança, refletimos acerca dos mundos possíveis próximos em que é verdadeiro que as cópias do *handout* são suficientes e examinemos o comportamento doxástico do agente nesses cenários. Plausivelmente, ele creeria verazmente que as cópias são suficientes ao formar essa crença com base na crença falsa de que há 53 pessoas na plateia. Ou seja, o agente não poderia crer falsamente na

proposição-alvo ao inferi-la da crença de que há 53 pessoas na plateia. Uma explicação similar a essa pode ser aplicada aos demais casos de aparente conhecimento inferencial com crença falsa, seja com o emprego da condição de sensibilidade, seja com a aplicação da condição de segurança. Isso evidencia que, nos supostos casos de conhecimento inferencial a partir de crença falsa, a conexão entre a crença-alvo e o fato é estável, de modo que as crenças formadas por meio de falsidades não são verdadeiras por sorte, diferentemente dos casos Gettier inferenciais com falsidade, nos quais a crença-alvo do agente é fortuitamente verdadeira.

No entanto, devemos ser cautelosos ao empregar tanto a condição de segurança, quanto a condição de sensibilidade nos supostos casos de conhecimento via falsidade. A pressão da objeção originada pelo caso da Vovó e de Mathema sugeria que ser seguro ou ser sensível é uma propriedade atribuível aos métodos de formação de crença, e não atribuível a crenças com conteúdos específicos. Portanto, devemos examinar a sensibilidade e a segurança dos métodos empregados pelos agentes, e não especificamente se as crenças-alvos são sensíveis ou seguras.

O método ‘inferir  $p$  essencialmente de uma crença falsa’ é o candidato mais imediato ao refletirmos sobre a formação da crença-alvo. No entanto, esse método de formação de crença não é nem seguro, nem sensível, pois todas as crenças dos agentes em casos Gettier inferenciais com falsidade são insensíveis e inseguras. As teorias do rastreamento foram formuladas para serem propostas alternativas de solução ao problema de Gettier. Se essas teorias possibilitassem o rastreamento da verdade de  $p$  ao inferi-la de uma crença falsa, isso, provavelmente, seria interpretado como um demérito a uma candidata à resolução do problema de Gettier. Não é razoável, portanto, empregar esse método para avaliar a satisfação da condição de segurança ou de sensibilidade para os supostos casos de conhecimento via falsidade, pois isso afetaria as respostas dessas condições ao problema de Gettier. Uma alternativa é individuar o método ao conteúdo da premissa. No caso *Handout*, por exemplo, o método poderia ser ‘inferir  $p$  essencialmente da crença falsa de que há 53 pessoas na plateia’. No entanto, essa é uma base muito específica e poderia ser empregada apenas no caso *Handout*. Algo muito semelhante ocorreria caso a sugestão do método fosse ‘inferir  $p$  essencialmente da crença de que há 52 pessoas na plateia’, ou ‘inferir  $p$  essencialmente da crença de que há 51 pessoas na plateia’ etc. Para explicar os outros casos de aparente conhecimento via falsidade, o defensor da segurança ou da sensibilidade deveria postular um método bastante específico para cada caso. Em função disso, torna-se difícil determinar qual é o fator saliente para a

estabilidade de crença em  $p$ , derivada de falsidade, e o fato de que  $p$ .<sup>133</sup> E isso é um problema porque tanto a condição da sensibilidade, quanto a condição da segurança requerem a determinação de um método *geral* o suficiente para a estabilidade da crença-alvo. Não é vantajoso que o rastreamento da verdade da crença-alvo dependa da natureza da proposição-alvo ou da natureza do conteúdo do qual a crença-alvo é derivada. Além disso, a sensibilidade ou a segurança da crença em  $p$  dependeria de a crença na proposição falsa ser formada por um método sensível ou seguro. Plausivelmente, jogar ‘cara ou coroa’ não é um método de formação de crenças nem sensível, nem seguro, e não alegaríamos que conclusões verdadeiras inferidas de crenças formadas com base no resultado do jogo ‘cara ou coroa’ são itens de conhecimento. Então, além de determinar o método de formação da crença-alvo, é necessário que a crença na premissa falsa também seja resultado de um método sensível ou seguro.

Portanto, é necessário ao teórico do rastreamento oferecer um princípio para determinar qual é o fator relevante para a estabilidade da conexão entre a crença-alvo,  $p$ , e o fato de que  $p$  em casos de aparente conhecimento inferencial via falsidade. E esse fator deve ser geral o suficiente para determinar um método de formação de crenças capaz de explicar os supostos casos de conhecimento via falsidade e diferenciá-los dos casos Gettier inferenciais com falsidades.

Isso, contudo, não é evidência de que a explicação da possibilidade de conhecimento originado em crença falsa, eventualmente oferecida por teorias do rastreamento da verdade, esteja condenada ao fracasso ou seja implausível. Apenas evidencia a existência de uma lacuna explanatória na teorização proposta por quem endossa a condição da sensibilidade ou da segurança e aceita a tese de que há conhecimento a partir de crença falsa. Caso o teórico do rastreamento recue e negue a possibilidade de conhecimento *em virtude* da crença falsa, argumentando que o

---

<sup>133</sup> O problema o qual estamos sugerindo aqui é uma versão do problema de generalidade. A primeira versão desse problema é formulada por Feldman (1985) contra o confiabilismo de Goldman (1979). De modo geral, conforme o confiabilismo, crenças são justificadas quando são resultados de processos cognitivos confiáveis, isto é, processos produtores de mais crenças verdadeiras do que falsas. Crenças formadas com base na experiência perceptual, em raciocínios cogentes, são exemplos de processos cognitivos confiáveis, pois tendem a produzir mais crenças verdadeiras do que falsas. No entanto, argumenta Feldman, quando um agente está em frente a um computador, por exemplo, há vários processos cognitivos envolvidos na aquisição da crença cujo conteúdo é a proposição <estou diante de um computador>. A experiência perceptual é apenas um desses processos. Plausivelmente, o modo como a luz incide sobre os olhos do agente para a formação de imagem e a atividade cerebral para interpretar essa imagem são outros processos relacionados com a aquisição da crença. O problema é determinar qual desses processos confere status epistêmico positivo à crença-alvo. Se o processo for muito específico, bastaria apenas a formação de uma crença verdadeira para esse processo ser julgado como confiável. Se o processo for muito geral, algumas crenças injustificadas seriam erroneamente classificadas como crenças justificadas.

conhecimento inferencial é devido a alguma proposição verdadeira *proxy*, então as mesmas consequências dos advogados do ‘conhecimento apesar de falsidade’ serão direcionadas a ele. Ou seja, recorrer às condições do rastreamento para explicar o ‘conhecimento apesar de falsidade’ não é uma opção teoricamente atrativa.

### 3.2 A PROPOSTA DE BRANDEN FITELSON

Ted Warfield (2005), ao apresentar os aparentes casos de conhecimento via falsidade, alega que tais casos são (i) instâncias de conhecimento inferencial e (ii) que a base desse conhecimento é a crença falsa. Branden Fitelson (2010) defende uma tese mais forte do ‘conhecimento a partir de falsidade’, segundo a qual (iii) se a crença na premissa não fosse falsa, a crença-alvo não seria uma instância de conhecimento inferencial. Conforme Fitelson sugere (2010, p. 667, ênfase do original), casos que instanciam *i-iii* são cenários nos quais a crença falsa ser a base causal e epistêmica da crença-alvo “*depende de modo contrafactual da falsidade da premissa relevante*”.<sup>134</sup> Ou seja, a crença ser falsa em cenários contrafactuais próximos é o fator determinante para o agente estar em posse de conhecimento inferencial de que *p*. Essa é uma concepção fortalecida do ‘conhecimento a partir de falsidade’, pois, por hipótese, impediria que o *proxy* epistêmico provesse a base causal e epistêmica para a crença-alvo ser um item de conhecimento inferencial. Nos casos originais, não haveria essa restrição. Por não haver essa restrição, isso não significa que o *proxy* epistêmico seja o elemento epistemizador da crença-alvo nos casos originais. Conforme argumentamos no capítulo anterior, comprometer-se com essa tese não é uma atitude teoricamente econômica.

Para apoiar a versão fortalecida do ‘conhecimento a partir de falsidade’, em que a condicional <se a crença na premissa não fosse falsa, a crença-alvo não seria um item de conhecimento inferencial> é satisfeita, Fitelson formula o caso Relógio do Campanário:

Eu tenho um encontro às 19h e tenho extrema confiança na acurácia de ambos, do meu relógio de luxo e do Relógio do Campanário. Tendo perdido a noção de tempo e querendo chegar no horário para o encontro, eu olho pela janela do meu escritório (de onde o Relógio do Campanário é quase sempre visível). Casualmente, (devido, digamos, a um caminhão de entrega passando pela minha janela), o Relógio do Campanário está oculto naquele instante (que é exatamente 14h56min). Então, em vez disso, um minuto depois, eu olho cuidadosamente para o meu relógio, que marca exatamente 14h56min (porque meu relógio está atrasado 1 minuto). Eu penso: ‘É exatamente 14h56min (*q*), portanto, (*p*) eu não estou atrasado para o meu encontro às 19h’. Portanto,

---

<sup>134</sup> No original, em inglês: “*counterfactually dependent on the falsity of the relevant premise*” (Fitelson, 2010, p. 667, ênfase do original).

(supondo que Warfield está certo), eu tenho conhecimento inferencial de que  $p$ , baseado na premissa relevante  $q$ , que é uma falsidade. Agora a reviravolta. Se minha crença de que  $q$  tivesse sido verdadeira, então (plausivelmente, nós podemos supor) teria sido baseada na minha leitura (às 14h56min, exatamente) do Relógio do Campanário, o qual teria marcado exatamente 14h56min. Sem o meu conhecimento, no entanto, o Relógio do Campanário tem estado (e teria estado) *parado* às 14h56min por um tempo.<sup>135</sup> (Fitelson, 2010, p. 667).

Para Fitelson, esse é um caso genuíno de conhecimento inferencial a partir de crença falsa. Não apenas isso, é um caso *mais forte* de conhecimento em virtude de crença falsa. A primeira parte do caso é idêntica ao caso Relógio de Luxo. Se Relógio de Luxo é uma instância de conhecimento via falsidade, então a primeira parte de Relógio do Campanário também o é. O que diferencia esse caso dos demais são os cenários contrafactuais próximos nos quais o agente se encontraria. Conforme a descrição sugere, no mundo atual, o agente olharia para o relógio do campanário exatamente às 14h56min e formaria uma crença verdadeira e justificada. Todavia, esse relógio está parado e marca a hora correta apenas uma vez ao dia. Por sorte, um caminhão obstruiu a visão do relógio do campanário e, após um minuto, o agente formou a crença de que são exatamente 14h56min com base no seu relógio de luxo, que, infelizmente, está um minuto atrasado. Fitelson acredita que, se o agente cresse verazmente que são exatamente 14h56min com base na leitura do relógio do campanário, ele *não saberia* que não está atrasado para o compromisso às 19h. Se analisarmos as credenciais epistêmicas da premissa formada com base no relógio do campanário, ela seria fortuitamente verdadeira. O relógio marca a hora correta apenas uma vez ao dia e o agente teria sorte ao olhar para o relógio no instante exato em que são 14h56min. No entanto, caso ele olhasse para o relógio em momentos distintos, ele ainda creia *falsamente* que são 14h56min. A crença dele não é nem segura, nem sensível. Se refletirmos sobre o caso com o maquinário anulabilista, a justificação perceptual para a proposição <são exatamente 14h56min> é genuinamente derrotada por <o relógio do campanário está parado>. Portanto, se o agente formasse crença verdadeira

---

<sup>135</sup> No original, em inglês: “I have a 7pm meeting and extreme confidence in the accuracy of both my fancy watch and the Campanile clock. Having lost track of the time and wanting to arrive on time for the meeting, I look out of my office window (from which the Campanile clock is almost always visible). As luck would have it (owing, say, to the fluke occurrence of a delivery truck passing by my window), the Campanile clock is obscured from view at that instant (which is exactly 2:56pm). So, instead, one minute later, I look carefully at my watch, which (because my watch happens to be running one minute slow) reads exactly 2:56pm. I reason: ‘It is exactly 2:56pm (p) therefore (q) I am not late for my 7pm meeting’. Thus (supposing Warfield is right), I have inferential knowledge that q, based on a relevant premise p, which is a falsehood. Now for the twist. If my belief that p had been true, then (we can plausibly suppose) it would have been based on my reading (at exactly 2:56pm) of the Campanile clock, which would have read exactly 2:56. Unbeknownst to me, however, the Campanile clock has been (and would have been) stuck at 2:56 for some time” (Fitelson, 2010, p. 667).

com base no relógio do campanário, tal crença estaria gettierizada. Por estar gettierizada, essa crença não constituiria uma base estável para o agente saber de modo inferencial que ele não está atrasado para o compromisso às 19h. Se fossem 18h50min e ele formasse a crença de que são 14h56min com base no relógio do campanário, ele creeria falsamente que não está atrasado para o compromisso às 19h. Entretanto, no mundo atual, o agente crê falsamente, com base no relógio de luxo, que são exatamente 14h56min e sabe que não está atrasado para o compromisso às 19h. Como Fitelson sugere, a crença falsa é essencial de modo contrafactual, pois, se a crença falsa,  $q$ , fosse verdadeira em cenários próximos, o agente creeria verazmente que  $q$  por sorte e esse elemento de sorte seria um impedor para a posse de conhecimento inferencial. Ou seja, se a crença em  $q$  não fosse falsa (isto é, se fosse verdadeira), a crença-alvo não seria um item de conhecimento inferencial.

Sob uma perspectiva geral, há dois caminhos evidenciais distintos até a conclusão. O primeiro caminho é a inferência da crença falsa,  $q$ , <são exatamente 14h58min> formada com base na leitura do relógio de luxo, até a crença-alvo,  $p$ , <eu não estou atrasado para o meu compromisso às 19h>. Por meio desse caminho inferencial atual, o agente sabe inferencialmente que  $p$ ; a crença-alvo em  $p$  não é fortuitamente verdadeira. O segundo caminho inferencial, por outro lado, é a inferência da crença verdadeira,  $q$ , <são exatamente 14h56min> formada com base na leitura do relógio do campanário, até a crença-alvo,  $p$ , <eu não estou atrasado para o meu compromisso às 19h>. Como a premissa está gettierizada, a crença em  $p$ , derivada dessa premissa, não pode ser um item de conhecimento nessa situação contrafactual. Devido a isso, o conhecimento inferencial da crença-alvo depende de a premissa ser falsa nos cenários contrafactuais próximos. Se há conhecimento inferencial a partir de falsidade, portanto, é plausível que haja conhecimento inferencial dependente de falsidade em mundos possíveis próximos.

### **3.2.1 Conhecimento a partir de Gettierização**

O sucesso da proposta fortalecida de Fitelson depende da hipótese de que uma crença verdadeira justificada por sorte não pode ser um elemento causal e evidencialmente essencial para a cognição de uma crença-alvo inferida a partir disso. A consequência disso é que toda crença derivada essencialmente de uma crença gettierizada não é uma instância de conhecimento. Se refletirmos sobre as condições anulabilistas necessárias para a posse de conhecimento, em todo suposto caso de conhecimento via gettierização, há um derrotador genuíno capaz de destruir a cadeia de justificação do

episódio de raciocínio. Se refletirmos sobre as condições do rastreamento da verdade necessárias para aquisição de conhecimento, a crença na conclusão não será nem sensível, nem segura. No mundo mais próximo em que a proposição-alvo é falsa, o agente, ainda assim, creia nela. Nos mundos próximos em que o agente crê na proposição-alvo, ele crê falsamente nesse conteúdo. Não há conhecimento inferencial a partir de gettierização, portanto.<sup>136</sup> Nesta seção, examinaremos se isso é verdadeiro e se a proposta de Fitelson é plausível face às objeções de Federico Luzzi (2019).

Não é óbvio que não haja conhecimento inferencial a partir de gettierização. É uma hipótese *prima facie* plausível e digna de investigação. Suponha que haja conhecimento a partir de gettierização. Tais casos seriam similares aos supostos casos de conhecimento via falsidade. A crença na premissa gettierizada seria o fator causal e epistêmico determinante para a crença-alvo inferida dessa premissa ser uma instância de conhecimento. O ônus aceitar a existência desse fenômeno seria oferecer um princípio para distinguir crenças gettierizadas produtoras de conhecimento e crenças gettierizadas produtoras de ignorância. Suponhamos que haja um princípio para diferenciar essas categorias de gettierização. Portanto, haveria conhecimento inferencial a partir de crença gettierizada.

Isso, contudo, seria problemático para a proposta fortalecida de Fitelson, pois, ao analisarmos o segundo caminho inferencial do caso Relógio do Campanário, o autor, simplesmente, assume que, por meio desse caminho, o conhecimento inferencial de que  $p$  não poderia ser alcançado. Ele não oferece nenhuma explicação a respeito dessa impossibilidade. Para Luzzi (2019, p. 70), Fitelson deveria argumentar a favor da impossibilidade do segundo caminho inferencial produzir conhecimento. Todavia, essa argumentação seria teoricamente onerosa. Se Fitelson aceitasse a existência de conhecimento em virtude de crença gettierizada, então a proposta mais forte de ‘conhecimento via falsidade’ seria falsa: o agente estaria em posse de conhecimento inferencial de que  $p$  ao inferir  $p$  da crença falsa,  $q$ , mesmo se fosse falso <se a crença na

---

<sup>136</sup> De modo geral, a ortodoxia sobre conhecimento inferencial não permite nenhum caso de conhecimento essencialmente a partir de ignorância. Se ignorância é a ausência de conhecimento, crenças falsas, crenças gettierizadas, crenças injustificadas e proposições que não são objeto de crenças não podem constituir a base causal e evidencial necessária para aquisição de conhecimento inferencial. No entanto, alguns autores defendem a hipótese de conhecimento *via falsidade*, conforme apresentamos neste ensaio. Por outro lado, outros autores defendem a hipótese de conhecimento via gettierização, via crença injustificada e via proposição que não são itens de crença do agente. Infelizmente, não há espaço neste ensaio para examinar esses tipos de ignorância e a capacidade deles de produzirem conhecimento inferencial. Para informações sobre conhecimento via gettierização, veja Luzzi (2010, 2014, 2019). Para informações sobre conhecimento via crença injustificada ou via proposições que não são itens de crença, veja Murphy (2013, 2017).

premissa não fosse falsa, a crença-alvo não seria uma instância de conhecimento inferencial>. O agente saberia inferencialmente que  $p$  mesmo se  $q$  fosse verdadeira em mundos possíveis próximos. Se Fitelson aceitasse que há conhecimento via gettierização e negasse que o segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário é uma instância desse tipo de conhecimento, ele estaria comprometido a negar a existência de conhecimento a partir de falsidade. Todavia, isso não seria uma consequência teoricamente desejável, pois a sua proposta fortalecida do ‘conhecimento via falsidade’ depende de haver crenças falsas produtoras de conhecimento inferencial. A objeção de Luzzi (2019) é teoricamente onerosa a Fitelson, pois ela ameaça tanto a versão forte, quanto a versão fraca de ‘conhecimento a partir de falsidade’. Em função disso, a conclusão de Luzzi é a de que a existência de conhecimento inferencial dependente de a premissa ser falsa em mundos próximos, conforme definida por Fitelson, não é uma hipótese plausível.

Para avaliarmos a argumentação de Luzzi, é necessário argumentarmos a favor da plausibilidade de conhecimento a partir de gettierização e como esse possível fenômeno está relacionado à possibilidade de conhecimento em virtude de falsidade. Então, o primeiro estágio da argumentação é oferecer casos em apoio à hipótese de conhecimento inferencial a partir de crença gettierizada. Há conhecimento a partir de gettierização? Considere o caso abaixo:

**Agorafobia:** sem o conhecimento de Ingrid, seu único colega de apartamento, Humphrey, tem aversão crônica à futebol: se a TV na sala exibe algum programa, mostrando ou discutindo futebol, ele silenciosamente caminha até seu quarto e esconde a sua cabeça embaixo do seu travesseiro. Tirando futebol, no entanto, Humphrey gosta bastante de assistir TV, e a TV estar ligada é um indicador confiável de que Humphrey está na sala, assistindo-a. Infelizmente para Humphrey, a Copa do Mundo de futebol começou recentemente, então, virtualmente, toda programação da TV é dedicada a mostrar ou a discutir as partidas recentes e próximas. Também, sem o conhecimento de Ingrid, Humphrey é agorafóbico, e, portanto, deixaria a casa pouquíssimas circunstâncias; [Ingrid saberia se ocorresse algo que o levasse a sair de casa]. Esta noite, enquanto Ingrid estava na estufa, Humphrey se senta na sala e liga a TV. Com sorte, o horário em que Humphrey ligou a televisão coincide com o começo do único minuto do dia em que nenhum programa de futebol está sendo exibido em qualquer canal. Então, Humphrey continua sentado pelo próximo minuto. 30 segundos após ele ligar a TV, Ingrid forma a crença de que ele está na sala, por meio de sua confiável indução: ‘(A) A TV está ligada e eu não a liguei. (B) Quando isso acontece, Humphrey está quase sempre na sala. Então, (1) Humphrey está na sala.’. [A partir de (1), Ingrid deduz que ele está em casa. Esta é a única rota epistêmica a partir da qual ela poderia concluir isso.]<sup>137</sup> (Luzzi, 2019, p. 35-36).

---

<sup>137</sup> No original, em inglês: “Agoraphobia: unbeknownst to Ingrid, her only flatmate Humphrey is chronically averse to football: if the TV in the lounge displays any program showing or discussing football,

A crença de que Humphrey está na sala é verdadeira e justificada. No entanto, não é uma instância de conhecimento em função da sorte envolvida no alcance da verdade. Nesse caso, Ingrid está num ambiente que a levaria, muito facilmente, a crer falsamente. Como estão em período de Copa do Mundo, toda a programação da televisão é referente à futebol. Se Humphrey ligasse a televisão e estivesse sendo transmitida alguma notícia sobre futebol, ele correria para o quarto e deixaria a televisão ligada. Se isso ocorresse, Ingrid acreditaria falsamente que Humphrey está na sala. Todavia, tanto Ingrid, quanto Humphrey são sortudos. Ele ligou a televisão no *único* instante em que não há informação de qualquer natureza sobre futebol e, após trinta segundos, Ingrid forma a crença de que Humphrey está na sala. No entanto, ela *não sabe* que Humphrey está na sala. Nos mundos possíveis próximos em ela crê que ele está na sala, Ingrid creria falsamente nesse conteúdo, pois ouviria a televisão ligada após Humphrey ir correndo até o quarto esconder-se sob o travesseiro. A crença de Ingrid, portanto, está gettierizada. Um aspecto interessante dessa crença é o fato de a gettierização ser similar à do famoso caso dos celeiros, proposto por Alvin Goldman (1976). Em Celeiros, o agente está viajando por estrada de uma cidade no interior e identificando os objetos da paisagem para o seu filho. Durante a viagem, eles passam por diversos celeiros. Em determinado momento, o pai assere para o seu filho que aquele objeto na frente deles é um celeiro. A crença do pai de que o objeto é um celeiro é verdadeira e justificada pelas experiências perceptuais de celeiro. No entanto, a região está repleta de fachadas de celeiros, indistinguíveis de celeiros genuínos. Há apenas um celeiro *genuíno* nesse local e o agente está olhando para ele. No entanto, ele não sabe que está em frente a um celeiro devido ao ambiente epistemicamente hostil no qual se encontra. A situação epistêmica de Ingrid é como a do

---

Humphrey quietly walks to his room and hides his head under his pillow. Football aside, however, Humphrey quite likes watching TV, and the TV's being on is a reliable indicator that Humphrey is in the lounge watching it. Sadly for Humphrey, the football World Cup has started recently, so virtually all TV time is devoted to showing or discussing recent and forthcoming matches. Also unbeknownst to Ingrid, Humphrey is agoraphobic, and hence would leave the house under very few circumstances; any circumstance in which he would leave the house (e.g., because of a raging fire in the house) is undoubtedly one in which Ingrid would be aware that he is leaving the house. Tonight, while Ingrid is in the conservatory, Humphrey sits down in the lounge and turns on the TV. Luckily, the time Humphrey turns on the TV coincides with the beginning of the only one minute stretch of the day when no football-related program is showing on any channel. So Humphrey remains seated for the next minute. Thirty seconds after he turns on the TV, Ingrid forms the belief that Humphrey is in the lounge by relying (whether implicitly or explicitly) on this inductive argument: '(A) The TV is on and I didn't turn it on. (B) When this happens, Humphrey is almost always in the lounge. So (1a) Humphrey is in the lounge'. Ingrid then relies on this premise in the following deductive inference: (1a) Humphrey is in the lounge. (2a) (If Humphrey is in the lounge, then Humphrey is in the house). Therefore: (3a) Humphrey is in the house. Furthermore, Ingrid believes (3a) by no other epistemic route." (Luzzi, 2019, p. 35-36).

agente em celeiros: ela forma crença verdadeira no *único* minuto em que a proposição-alvo é verdadeira. Em outros horários, ela creria falsamente. Em celeiros, o agente forma crença verdadeira ao olhar para o *único* celeiro genuíno da região. Se olhasse para o celeiro do lado, ele creria falsamente.<sup>138</sup>

Qual o status epistêmico da crença-alvo? Luzzi (2019) argumenta que a crença-alvo de que Humphrey está em casa é uma instância de conhecimento. Plausivelmente, essa crença é sensível. No mundo possível mais próximo em que ele não está em casa, Ingrid não creria nisso, pois, se ocorresse um incêndio, Ingrid saberia disso e não formaria a crença de que Humphrey está em casa. Conforme o caso sugere, Humphrey sairia de casa apenas em circunstâncias extremas e um incêndio poderia ser uma delas. A crença-alvo também é segura. Nos mundos possíveis próximos em que Ingrid crê que Humphrey está em casa, Ingrid crê verazmente nisso. Em função do transtorno de Humphrey causado pela agorafobia, os mundos em que ele não está em casa são muito distantes do atual, pois, por hipótese, são mundo nos quais ele não é agorafóbico. Devido a essa condição, a crença-alvo de Ingrid não poderia facilmente ter sido falsa. Se a crença-alvo é sensível e segura, é plausível que a crença verdadeira <Humphrey está em casa> seja uma instância de conhecimento.<sup>139</sup> Ou seja, é razoável que a crença de que Humphrey está em casa seja uma instância de conhecimento inferencial e seja adquirida devido à crença gettierizada.

O segundo estágio da objeção de Luzzi é estabelecer a relação entre a hipótese de que há conhecimento a partir de crença falsa e a suposição de que há conhecimento em virtude de crença gettierizada. Isso é imprescindível para estabelecer a possibilidade de conhecimento a partir de crença gettierizada e para criticar a proposta de Fitelson. Para isso, Luzzi formula o seguinte princípio:

**Link:** Se aceitarmos que há conhecimento via falsidade, *então* devemos aceitar que o conhecimento de uma conclusão também pode surgir inferencialmente a partir de premissa gettierizada.<sup>140</sup> (Luzzi, 2019, p. 71, ênfase do original).

Conforme explicamos há algumas seções, Luzzi argumenta que, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, o alcance da verdade da crença-alvo, derivada de uma falsidade, é estável. Ou seja, a crença na conclusão está conectada *de modo apropriado* à

---

<sup>138</sup> Para outro suposto exemplo de conhecimento via gettierização, mas, desta vez, inspirado no caso dos celeiros, veja Olivier (2020).

<sup>139</sup> Para uma excelente discussão sobre outras interpretações sobre o status epistêmico da premissa e da conclusão, veja Luzzi (2019, p. 38-45).

<sup>140</sup> No original, em inglês: “Link: *if* one accepts KFF, *then* one ought to accept that knowledge of a conclusion can also inferentially arise from a Gettiered premise” (Luzzi, 2019, p. 71).

verdade. Se nós aceitarmos essa explicação, sugere Luzzi, isso é uma razão para aceitarmos o princípio Link. Como as crenças gettierizadas são, por definição, verdadeiras e justificadas, é razoável pensar que elas também sejam fatores capazes de conectar, de modo apropriado, a crença-alvo com a verdade. Ou seja, conforme sugere Luzzi (2019, p. 71, ênfase do original), a conexão da crença-alvo, derivada de uma premissa gettierizada, com a verdade pode ser “*tão estável quanto* (ou até mais estável do que) [aquelas crenças derivadas de] premissa falsa”.<sup>141</sup>

Por que crenças gettierizadas não são instâncias de conhecimento? Conforme sugere a ideia geral da condição de sensibilidade e de segurança, tais crenças poderiam muito facilmente ter sido falsas. Nos mundos mais próximos em que a proposição-alvo é falsa, o agente creria nela a partir do mesmo método com o qual crê no mundo atual. Ou seja, o agente creria falsamente em situações contrafactuais próximas e é devido a isso que a crença-alvo, *no mundo atual*, não é uma instância de conhecimento. Tanto nos supostos casos de conhecimento via falsidade, quanto nos casos de conhecimento a partir de crença gettierizada, há elementos epistemicamente defeituosos. Nos primeiros, o defeito é a premissa ser falsa no mundo atual; nos segundos, é a premissa ser gettierizada, isto é, ser falsa nos mundos próximos ao atual. Em função disso, Luzzi alega que

Comprometer-se com [conhecimento a partir de falsidade] envolve endossar a visão de que o conhecimento de [p], baseado de modo inferencial [na crença falsa], pode sobreviver à falsidade *atual* da premissa [q]. Se isso é aceito, então a visão de que, em princípio, o conhecimento de [p] pode sobreviver a mera *possível* falsidade próxima parece difícil de negar.<sup>142</sup> (Luzzi, 2019, p. 71, ênfase do original).

Luzzi parece estar sugerindo que o endosso à tese de que é possível conhecimento a partir de falsidade *permite* endossar a tese de que é possível conhecimento via crença gettierizada. Em outros termos, garante que o princípio Link seja verdadeiro. Sob uma perspectiva geral, casos de conhecimento a partir de falsidade seriam subconjuntos de casos de conhecimento em virtude de crença gettierizada em função de as condições das teorias do rastreamento da verdade serem capazes de explicar a geração de conhecimento inferencial a partir de falsidade. Se a condição para diferenciar um caso Gettier inferencial

---

<sup>141</sup> No original, em inglês: “that are *just as stable as* (or even more stable than) those provided by the false premise” (Luzzi, 2019, p. 71, ênfase do original).

<sup>142</sup> No original, em inglês: “commitment to KFF involves endorsing the view that knowledge of p can survive the *actual* falsehood of the premise p it is inferentially based on. If this is accepted, the view that in principle knowledge of q can survive the mere nearby *possible* falsehood seems hard to deny.” (Luzzi, 2019, p. 71, ênfase do original).

com falsidade e um suposto caso de conhecimento inferencial com falsidade é, conforme Luzzi (2019, p. 70) sugere, *estar facilmente errado*, então, se há conhecimento a partir de falsidade, há conhecimento a partir de gettierização. Ou seja, uma falsidade poder produzir conhecimento *no mundo atual* (e o fato de o mundo atual ser um mundo possível e o mais próximo do atual) torna plausível que uma falsidade possa produzir conhecimento inferencial em *cenários contrafactuais modalmente próximos*. Ou seja, em ambos os tipos de caso, se a condição modal for satisfeita, o agente não poderia estar facilmente errado a respeito da crença-alvo, derivada seja da crença falsa, seja da crença gettierizada. Por conseguinte, uma crença gettierizada pode ser essencial para a geração de conhecimento inferencial é uma hipótese plausível.<sup>143</sup>

Embora a hipótese de haver conhecimento em virtude de gettierização seja plausível, defender essa tese não compromete ninguém a advogar a favor da possibilidade de conhecimento originado a partir de falsidade. Ou seja, não se segue que, se há conhecimento a partir de gettierização, então há conhecimento a partir de falsidade. Plausivelmente, o defensor do ‘conhecimento com gettierização’ poderia alegar que, para a posse de conhecimento inferencial, é *necessário* a premissa ser verdadeira no mundo atual, embora possa ser falsa nos mundos possíveis próximos. Devido a isso, os supostos casos de conhecimento via falsidade não atenderiam aos requisitos mínimos para serem instâncias de conhecimento, pois dependeriam de uma premissa falsa no mundo atual.

O terceiro estágio da argumentação de Luzzi é comparar o segundo caminho inferencial do caso Relógio do Campanário com o caso Agorafobia e extrair algumas consequências disso. Sob uma perspectiva geral, o segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário também seria uma instância de conhecimento a partir de gettierização. Conforme explicamos, em Agorafobia, a crença na premissa, *q*, <Humphrey está na sala> é verdadeira e justificada, embora não seja um item de conhecimento, pois é fortuitamente verdadeira. Essa crença, por estar gettierizada, é insensível e insegura e, portanto, não pode ser um item de conhecimento. A crença-alvo, derivada da crença gettierizada, por outro lado, não é verdadeira por sorte. Além disso, ela é sensível e segura. É plausível, por conseguinte, julgarmos que Ingrid sabe que Humphrey está em casa. No caso Relógio do Campanário, a situação é estruturalmente

---

<sup>143</sup> Isso não significa que haja conhecimento a partir de crença gettierizada simplesmente porque uma crença gettierizada é falsa nos mundos possíveis próximos. A existência de conhecimento a partir de gettierização depende de a crença-alvo, derivada da crença gettierizada, ser estável nos mundos possíveis próximos, isto é, não ser falsa nos mundos possíveis próximos do atual.

idêntica. No segundo caminho evidencial (em que o agente forma a crença com base no relógio parado), a crença em  $q$ , <são exatamente 14h56min>, embora verdadeira e justificada, não é um item de conhecimento. Essa crença está gettierizada e, em função disso, é insensível e insegura. Por isso, não é um item de conhecimento. Agora, Fitelson argumenta que, nesse segundo caminho inferencial, a crença-alvo <o agente não está atrasado para o compromisso às 19h> não é objeto de conhecimento. No entanto, isso é falso, argumenta Luzzi (2019, p. 75), pois essa crença satisfaz a condição da segurança. Nos mundos possíveis próximos em que o agente crê que não está atrasado, ele creeria verazmente nisso, apesar de basear a crença-alvo numa premissa gettierizada, pois, por hipótese, há uma margem bem ampla entre o horário indicado pela crença gettierizada e o horário do compromisso. O agente sabe, portanto, que não está atrasado para o compromisso às 19h com base na crença gettierizada de que são exatamente 14h56min.<sup>144</sup> Como o princípio Link é verdadeiro, é plausível que haja conhecimento a partir de gettierização. Como Relógio do Campanário e Agorafobia são casos estruturalmente idênticos, é razoável que eles sejam instâncias do mesmo tipo de conhecimento, isto é, evidencia que o segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário também é exemplo de conhecimento a partir de gettierização.

Isso, todavia, é problemático para Fitelson. A sua proposta fortalecida depende de ser verdadeiro que, se a crença na premissa não fosse falsa, o agente não adquiriria conhecimento inferencial. Luzzi está sugerindo que isso é falso. O agente obteria conhecimento inferencial mesmo se a crença na premissa fosse verdadeira. A suposta existência de conhecimento a partir de gettierização torna plausível que a crença gettierizada de que são exatamente 14h56min seja um fator causal e epistêmico essencial para a posse de conhecimento inferencial. Ou seja, o conhecimento do agente de que ele não está atrasado para o compromisso às 19h *não é* dependente de a premissa ser falsa em situações contrafactuais próximas. Se a premissa fosse verdadeira, ele ainda saberia que não está atrasado. Portanto, se há conhecimento a partir de crença gettierizada, é falso que o conhecimento dependa de crença falsa em cenários contrafactuais próximos.

Face a essa objeção, Fitelson poderia assumir que há conhecimento a partir de gettierização. Essa seria uma atitude epistemicamente justificada, uma vez que o endosso

---

<sup>144</sup> Conforme Luzzi (2019, p. 75, nota 31) indica, a crença-alvo pode não satisfazer a condição de sensibilidade. No entanto, isso implicaria que, no mundo atual, a crença-alvo também é insensível ao ser derivada da crença falsa. Isso seria problemático para Fitelson, porque a proposta dele depende de haver conhecimento via falsidade e o fato de a crença-alvo ser insensível depõe contra essa suposição.

à possibilidade de conhecimento via falsidade confere intitulação para crer que é possível conhecimento em virtude de crença gettierizada. Apesar disso, ele poderia negar que o segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário seja produtor de conhecimento inferencial, cujo fator essencial para cognição é a crença gettierizada. O quarto e último estágio da argumentação de Luzzi é examinar essa alegação.

Se Fitelson aceitar que o caso Agorafobia sustenta a possibilidade de conhecimento inferencial via gettierização e negar que, em Relógio do Campanário, o agente possa obter conhecimento inferencial a partir de premissa gettierizada, é necessário explicar quais fatores asseguram que a crença <Humphrey está em casa> seja um caso de conhecimento inferencial e que a crença <o agente não está atrasado para o compromisso às 19h> não seja um item de conhecimento por crença gettierizada. Em ambos os casos, como a crença na premissa é um caso de gettierização, as melhores sugestões para esses fatores são princípios que objetivam iluminar a ausência de conhecimento em casos Gettier, especificamente, a condição de segurança e de sensibilidade, a condição antiderrota e uma condição de conexão causal apropriada. Conforme já esclarecemos, tanto no segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário, quanto em Agorafobia, a crença-alvo é segura e, plausivelmente, sensível. Conforme sugere Luzzi (2019, p. 77-80), a sugestão mais plausível para diferenciar Relógio do Campanário e Agorafobia é a condição de conexão causal apropriada com os fatos.

Uma das condições para a posse de conhecimento é haver uma conexão *causal* apropriada entre a crença e o fato relevante. Goldman (1967) sugere que a crença em *p* deve ser causada pelo fato de que *p*. Essa condição explicaria por que os casos Gettier originais não são instâncias de conhecimento: embora o agente creia que *p*, o elemento responsável pela causação da crença não é o fato de que *p*. Quando o agente acredita que alguém na sua sala possui um Ford, ele não acredita nisso porque Havit possui um Ford; ele acredita nisso por acreditar *falsamente* que Nogot possui um Ford. Embora verdadeira, a crença em *p* não está causalmente conectada ao fato de que *p*. Essa condição sugere que o histórico causal de uma crença é um fator determinante para a posse de conhecimento. Se a crença em uma premissa não está conectada causalmente aos fatos, então a crença na conclusão, derivada dessa premissa, também não estará causalmente conectada aos fatos, conforme sugere a explicação com o caso Ford.

No segundo caminho inferencial do caso Relógio do Campanário, a crença verdadeira e justificada <são exatamente 14h56min> não está causalmente conectada ao

fato que torna essa proposição verdadeira. Perceba que o agente crê verazmente *porque* o relógio está marcando 14h56min e são de fato 14h56min, apesar de o relógio estar parado. A formação de crença verdadeira em *p* não é por causa do fato de que *p*; é devida ao defeito no relógio. A crença-alvo do agente de que ele não está atrasado para o compromisso às 19h também não está causalmente conectada aos fatos, uma vez que ela é inferida de uma premissa desconexa de modo causal dos fatos. Por outro lado, a crença-alvo de Ingrid de que Humphrey está em casa está causalmente conectada aos fatos. A formação dessa crença é devido às experiências auditivas de Ingrid ao ouvir a televisão ligada e à inferência de que a televisão estar ligada é um indício de que Humphrey está na sala. Além disso, Humphrey ligou a televisão no minuto exato em que não há qualquer transmissão sobre futebol. Em função disso, a crença de Ingrid de que Humphrey está na sala está causalmente conectada ao fato de que Humphrey está na sala. E, se é um fato que Humphrey está na sala, então é um fato que ele está em casa. Isso evidencia que tanto a crença na premissa, quanto a crença-alvo estão causalmente conectadas aos fatos. Não há obstáculos para a etiologia causal das crenças no episódio de raciocínio de Ingrid. Devido a isso, Fitelson poderia sugerir que esse é o fator distintivo entre os casos. No segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário, não há conexão causal apropriada entre as crenças e os fatos relevantes, por isso a crença-alvo não é uma instância de conhecimento. Por outro lado, em Agorafobia, há conexão causal adequada entre as crenças e os fatos relevantes, por isso a crença-alvo é uma instância de conhecimento inferencial via *gettierização*.<sup>145</sup> Portanto, esse é um modo de conciliar a possibilidade de conhecimento a partir de *gettierização* com a possibilidade de casos mais fortes de conhecimento em virtude de falsidade, cuja intuição central é a ideia de que, se

---

<sup>145</sup> Luzzi (2019, p. 76-77) sugere que Fitelson poderia empregar a teoria da anulabilidade para distinguir os casos Agorafobia e Relógio do Campanário. No entanto, acredita Luzzi, essa não é uma estratégia teoricamente promissora, pois, embora haja um derrotador em ambos os casos, há um restaurador da justificação para cada um deles também. Em Agorafobia e Relógio do Campanário, respectivamente, as proposições verdadeiras <toda programação da televisão é sobre a Copa do Mundo e Humphrey se esconde no quarto quando vê algo sobre futebol na televisão> e <o relógio do campanário está parado> derrotam a justificação para as respectivas crenças-alvos. Todavia, a justificação para a crença-alvo é restaurada, sugere Luzzi, pelas proposições <o relógio parou há exatamente 12h e ainda não anoiteceu> e <Humphrey é agorafóbico>. Por hipótese, essas proposições neutralizariam o efeito causado pelo derrotador em cada caso. No entanto, é *falso* que essas proposições restaurariam a justificação original, tanto em Agorafobia, quanto em Relógio do Campanário. O fato de que Humphrey é agorafóbico é uma razão completamente nova para Ingrid crer que Humphrey está em casa e, em função disso, ela não restabelece a justificação percentual proveniente das experiências auditivas de televisão ligada. Da mesma forma, o fato de que o relógio parou há exatamente 12h e ainda não anoiteceu não restaura a justificação originada da leitura do relógio do campanário por ser uma razão completamente nova a favor da crença-alvo. Ou seja, contrário a Luzzi, acreditamos que Fitelson poderia empregar as ferramentas anulabilistas para defender a tese mais forte do ‘conhecimento a partir de falsidade’.

a crença não fosse falsa, o agente não estaria em posse de conhecimento inferencial (cf. Luzzi, 2019, p. 76-80).

No entanto, argumenta Luzzi (2019, p. 79-80), se Fitelson assumir a condição de conexão causal apropriada para explicar a ausência de conhecimento no segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário, ele estará comprometido a negar a possibilidade de conhecimento inferencial a partir de falsidade. Ou seja, não seria possível satisfazer a condição necessária para haver conhecimento inferencial dependente de falsidade em mundos próximos. Por definição, uma falsidade não corresponde a nenhum fato. Portanto, crenças em falsidades não estão conectadas causalmente aos fatos pois não há tais fatos. No entanto, Fitelson assume que há conhecimento a partir de falsidade, ou seja, assume que a crença-alvo, derivada de uma falsidade, está causalmente conectada ao fato. Como a condição de conexão causal é satisfeita pela crença-alvo se ela é derivada de uma crença falsa e, por definição, falsidades não estão conectadas aos fatos? Por que a ausência de histórico causal adequado no segundo caminho inferencial de Relógio do Campanário é um elemento supressor de conhecimento, enquanto não é um fator supressor nos supostos casos de conhecimento via falsidade? Fitelson está comprometido a alegar que esses casos não são instâncias de conhecimento inferencial, devido à maneira como ele argumenta contra a inexistência de conhecimento via o segundo caminho inferencial em Relógio do Campanário. No entanto, se Fitelson recusar a existência das versões fracas dos casos de conhecimento a partir de falsidade, a argumentação dele não estabelecerá a versão forte de ‘conhecimento a partir de falsidade’, isto é, de casos nos quais a crença ser falsa em mundos próximos é determinante para a posse de conhecimento.

Sob uma perspectiva geral, se Fitelson aceitasse a existência de conhecimento via crença gettierizada, então a proposta mais forte de ‘conhecimento via falsidade’ seria falsa: o agente saberia inferencialmente que  $p$  mesmo se a premissa da qual  $p$  é derivada não fosse falsa. Se Fitelson aceitasse que há conhecimento a partir de gettierização, mas negasse que Relógio do Campanário seja um desses casos em função de não satisfazer a condição de conexão causal para a posse de conhecimento, então ele estaria comprometido a negar a possibilidade de conhecimento via falsidade, uma vez que a condição de conexão causal também não é satisfeita por crenças falsas. Em função do princípio Link ser verdadeiro, não é razoável que seja possível haver conhecimento inferencial dependente de falsidade em situações contrafactuais próximas. As explicações para preservar a possibilidade de haver esse tipo de conhecimento ameaçariam tanto o

nosso conhecimento inferencial baseado em crença falsa, quanto o nosso conhecimento em virtude de crença gettierizada.

### 3.3 O ANULABILISMO FALIBILISTA DE CLAUDIO DE ALMEIDA

No capítulo anterior, argumentamos que o anulabilismo desenvolvido por Peter Klein, seja a versão clássica, seja a versão revisada, não é capaz de prover uma explicação satisfatória para a posse de conhecimento nos supostos casos de conhecimento via falsidade. Além disso, a análise das falsidades úteis de Klein atribui à proposição *proxy* o elemento evidencial essencial para a cognição. Então, em última instância, a crença falsa seria apenas um fator causal essencial; a epistemização da crença-alvo seria proveniente de uma proposição verdadeira. Nesta seção, analisaremos uma explicação diferente em termos anulabilistas. Claudio de Almeida (2017) acredita que, nos supostos casos de conhecimento via falsidade, a crença falsa é o elemento *causal e evidencial* essencial para a crença-alvo ser uma instância de conhecimento e que a sua proposta de anulabilismo falibilista pode esclarecer esse fenômeno.

O anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida é inspirado, em grande medida, no anulabilismo desenvolvido por Peter Klein (1981). No entanto, essas teorias são distintas em um aspecto bastante relevante: o anulabilismo de Klein é infalibilista, enquanto o proposto por de Almeida é falibilista. Relembre que a intuição subjacente à explicação anulabilista sobre o conhecimento é a ideia de que a justificação é resistente à verdade. A justificação para crer que  $q$  é resistente à verdade se for compatível com *qualquer* proposição verdadeira que possa integrar o sistema doxástico do agente. Conforme sugere o anulabilismo, justificação resistente à verdade é condição necessária para a posse de conhecimento. Em outras palavras, a justificação da crença-alvo de conhecimento deve ser inderrotável. Em casos de justificação derrotável, a presença do derrotador explica por que essa justificação não é epistemicamente apropriada para aquisição de conhecimento. Para Claudio de Almeida (2017), contudo, essa interpretação da justificação resistente à verdade é problemática para os falibilistas por implicar uma forma sagaz de infalibilismo. Isto é, necessariamente, se a justificação para crer que  $q$  é resistente à verdade,  $q$  é verdadeira.

De acordo com a nossa explicação do primeiro capítulo, o *falibilismo acerca da justificação* é a tese segundo a qual um agente pode estar justificado ao crer que  $q$ , e  $q$  ser falsa. Não é necessário que os justificadores da proposição,  $q$ , garantam a verdade da proposição; é necessário que tornem provável a verdade de  $q$ . Sob a perspectiva falibilista,

tanto uma crença falsa, quanto uma crença verdadeira podem estar apoiadas por excelentes razões e isso é suficiente para elas estarem justificadas para o agente. Por hipótese, o grau de justificação dessas crenças seria o mesmo: ambas estão justificadas em *nível de conhecimento*.<sup>146</sup> Todavia, o anulabilismo de Peter Klein é incompatível com esse resultado. Sob a perspectiva anulabilista, uma falsidade nunca estará justificada em nível de conhecimento, pois toda a justificação para uma falsidade é genuinamente derrotável pelo contraditório verdadeiro da falsidade. Isto é, se uma crença falsa,  $q$ , está justificada, essa justificação é genuinamente derrotada por  $\sim q$ . Se o agente vier a saber que  $\sim q$ , ele não poderá manter racionalmente a crença falsa em  $q$ . Por haver um derrotador genuíno para a justificação da falsidade, essa justificação não será resistente à verdade. E esse resultado pode ser generalizado. Para qualquer crença falsa e justificada, o contraditório verdadeiro da falsidade constitui um derrotador genuíno da justificação para essa crença. Devido a isso, argumenta de Almeida (2017), a justificação para uma crença falsa não é resistente à verdade, ou seja, uma crença falsa nunca estará justificada em nível de conhecimento. Portanto, é falso que o grau de justificação de uma crença verdadeira e de uma crença falsa possam ser equivalentes.

Se o falibilismo acerca da justificação é verdadeiro, qual a razão para crer que a justificação para uma falsidade não é resistente à verdade? Pense em um caso no qual um agente forme uma crença *falsa* e justificada de que há dez maçãs na cesta e em outro caso no qual o agente forme uma crença *verdadeira* e justificada de que há dez maçãs na cesta. Por hipótese, ambas as crenças foram formadas a partir das experiências perceptuais de maçãs na cesta e o agente não está sob o efeito de nenhuma substância psicoativa. Por que a justificação do primeiro caso é derrotável? Por hipótese, a justificação do segundo caso é resistente à verdade. Os justificadores de cada caso são as mesmas experiências perceptuais, no entanto, só a justificação da falsidade é genuinamente derrotável. Parece que a única motivação para a justificação da crença falsa ser derrotável é o fato de ela justificar uma falsidade. Como não é possível haver crença falsa justificada cuja justificação seja resistente à verdade, somente a justificação de crenças verdadeiras são candidatas a serem justificação resistente à verdade, isto é, apenas a justificação de

---

<sup>146</sup> ‘Justificação em nível de conhecimento’ é uma expressão utilizada por Claudio de Almeida e pretende capturar a ideia de *knowledge-grade justification*. Para ele, “justificação em nível de conhecimento é sinônimo de justificação que é boa o suficiente para o conhecimento *em qualquer maneira concebível*.” (de Almeida, 2017, p. 300, fn. 22, ênfase do original). No original, em inglês: “the term ‘knowledge-grade justification’ is synonymous with ‘justification that is good enough for knowledge *in every conceivable way*.” (de Almeida, 2017, p. 300, fn. 22, ênfase do original).

crenças verdadeiras pode estar em nível de conhecimento. A consequência disso é que, necessariamente, a justificação resistente à verdade *garante* a satisfação da condição da verdade. Ou seja, se não há derrotadores genuínos da justificação para  $q$ , então  $q$  é verdadeira. Por essa razão, conclui de Almeida (2017, p. 301), o anulabilismo proposto por Klein é infalibilista: a satisfação da condição de justificação resistente à verdade — isto é, da ausência de derrotadores genuínos — assegura a verdade da crença justificada. Todavia, é um infalibilismo perspicaz, porque a satisfação da condição da verdade é garantida pela ausência de derrotadores genuínos, ou seja, pelo fato de a justificação ser resistente à verdade. Não é o infalibilismo tradicional, segundo o qual os justificadores, como as evidências ou os processos cognitivos formadores de crença, implicam a verdade da crença.<sup>147</sup>

Acreditamos que a argumentação proposta por de Almeida é persuasiva: não há como endossar consistentemente o anulabilismo de Klein e o princípio de falibilismo acerca da justificação. Como o anulabilismo de Peter Klein é infalibilista, a explicação proveniente dessa teoria não será atrativa para falibilistas. Entretanto, Claudio de Almeida sugere uma mudança bastante conservadora no anulabilismo de Klein a fim de conciliar o falibilismo sobre justificação e as principais virtudes explanatórias anulabilistas. A proposta de Klein é bastante liberal quanto às proposições capazes de efetivar uma derrota genuína, pois qualquer proposição verdadeira pode ser um derrotador genuíno efetivo ou tornar plausível um derrotador efetivo verdadeiro. Em função disso, a sugestão de Claudio de Almeida é reduzir o escopo de proposições verdadeiras capazes de derrotar, genuinamente, a justificação. Se o falibilismo acerca da justificação é verdadeiro, isto é, se uma crença falsa,  $q$ , pode estar justificada em nível de conhecimento, a mera contraditória verdadeira dessa falsidade ( $\sim q$ ) não pode ser um derrotador genuíno da justificação, pois, se fosse, seria equivalente a assumir que a justificação de uma crença falsa é epistemicamente defeituosa *simplesmente* por justificar uma falsidade. Em um cenário de debate, por exemplo, em que teses contraditórias estão sob exame, não parece razoável que a simples asserção da negação de uma crença falsa ( $\sim q$ ) seja suficiente para derrotar a justificação para a crença falsa,  $q$ . Isto é, caso um agente acredite falsamente que há dez maçãs na cesta, não parece razoável que a asserção de outro agente de que *não há dez maçãs na cesta* derrote a justificação para a crença-alvo. Em um caso de crença

---

<sup>147</sup> Em função dessa diferença sutil, Claudio de Almeida denomina esses tipos de infalibilismo como ‘infalibilismo pela porta dos fundos’ (back-door infallibilism) e ‘infalibilismo pela porta da frente’ (front-door infallibilism), respectivamente.

falsa justificada, a derrota genuína seria efetiva, de Almeida, provavelmente, sugeriria, se o objetor apresentasse razões não-equivalentes à  $\sim q$  e tais razões fossem suficientes para destruir o suporte epistêmico para a proposição falsa,  $q$ . Isto é, apenas proposições distintas à negação da falsidade ou não-equivalentes a ela podem constituir derrotadores genuínos da justificação para uma falsidade. Devido a isso, não são todas as proposições verdadeiras capazes de derrotar uma justificação. A noção de justificação resistente à verdade, portanto, deve ser reformulada com a finalidade de acomodar essas restrições. Claudio de Almeida oferece a seguinte definição:

**Princípio de Resistência à Verdade\* (RV\*):** Se S tem justificação em nível de conhecimento para crer que  $p$  em um dado momento,  $t$ , então apenas @- $v$  que não são logicamente equivalente a  $\sim p$  podem derrotar aquela justificação em  $t$ , mas nenhuma delas o faz.<sup>148,149</sup> (de Almeida, 2017, p. 301).

Com essa reformulação da noção de justificação resistente à verdade, de Almeida assegura que a propriedade de ‘estar justificada em nível de conhecimento’ possa ser atribuível a crenças falsas. Essa definição impede que a negação de uma falsidade (o contraditório verdadeiro) ou seus equivalentes lógicos atuem como derrotadores genuínos da justificação de uma falsidade. Se a única objeção à justificação de uma falsidade depende somente do contraditório verdadeiro ou de seus equivalentes lógicos, então o princípio RV\* assegura que a excelente justificação para uma crença falsa seja resistente à verdade. Devido a isso, a justificação para uma falsidade pode ser equivalente em grau à justificação para uma proposição verdadeira. Por meio desse princípio RV\*, é possível conciliar o falibilismo sobre justificação com as principais virtudes do anulabilismo. A proposta de Claudio de Almeida é um *anulabilismo falibilista* que não acarreta a verdade da crença justificada caso a condição antiderrota seja satisfeita.

Além de acomodar o falibilismo sobre a justificação, outra razão para endossarmos o anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida é pelo oferecimento de uma explicação para os supostos casos de conhecimento via falsidade. Essa explicação preserva a ideia de que, nesses casos, a crença falsa é o fator causal e evidencial essencial para a posse de conhecimento inferencial e, além disso, oferece maneiras de distinguir

---

<sup>148</sup> No original, em inglês: “if S has knowledge-grade justification for believing that P at t, then only @-Ts not logically equivalent to  $\sim P$  can defeat that justification at t, but none of them does so.” (de Almeida, 2017, p. 301).

<sup>149</sup> Neste contexto, ‘@- $v$ ’ refere-se a todas as proposições verdadeiras no mundo atual.

casos de aparente conhecimento em virtude de falsidade e casos Gettier inferenciais com falsidade.

Ao examinarmos a análise das falsidades úteis, Peter Klein sugeriria que a intuição subjacente aos casos é que algumas falsidades são próximas o suficiente da verdade. Conforme explicamos, de Almeida não endossa essa sugestão, por não acreditar que haja algum sentido de proximidade, seja metafísica, seja epistêmica, apropriada aos supostos casos de conhecimento via falsidade. Claudio de Almeida (2017, p. 307, ênfase do original) alega que a intuição subjacente aos casos é que as crenças falsas “*são tão boas quanto [crenças verdadeiras] em raciocínios*”.<sup>150</sup> Se a justificação de uma falsidade pode ser resistente à verdade, podemos alegar uma tese mais forte: falsidades podem ser tão boas quanto o conhecimento em episódios de raciocínio. Crenças falsas que instanciam a propriedade de serem tão boas quanto à verdade ou quanto ao conhecimento em episódios de raciocínio são crenças *falsas benignas*: elas conferem status epistêmico positivo equivalente ao conferido por proposições verdadeiras ou por conhecimento. Devido a isso, todo derrotador da justificação de uma falsidade benigna é um derrotador enganador. Por outro lado, as crenças falsas supressoras de conhecimento, cuja presença no episódio de raciocínio impede a posse de conhecimento, são crenças *falsas malignas*: se a crença-alvo é justificada por uma falsidade maligna, a justificação dessa cadeia inferencial será objeto de derrota genuína. Ou seja, todo derrotador da justificação de uma falsidade maligna é um derrotador genuíno. Com esse aparato teórico sobre as categorias de falsidades e a interação delas com a derrota epistêmica, é possível empregar o anulabilismo falibilista formulado por de Almeida para distinguir supostos casos de conhecimento via falsidade e casos Gettier inferenciais com crença falsa.<sup>151</sup>

Para avaliarmos a plausibilidade das definições de falsidade benigna e maligna, relembre o caso Ford. Nesse caso, o agente crê falsamente que Nogot possui um Ford. Essa crença goza de excelente status epistêmico em função da evidência abundante fornecida por Nogot a favor dessa proposição. A partir dessa crença, o agente forma a crença de que alguém na sala possui um Ford. Essa crença é verdadeira e justificada, todavia, não é uma instância de conhecimento. Nogot é um mentiroso e não é dono de

---

<sup>150</sup> No original, em inglês: “[O]ur intuitive reaction to BF [benign falsehood] cases – better than to say that a BF is one that is ‘close to the truth’ – is to say that a BF is *just good as truth* in reasoning.” (de Almeida, 2017, p. 307, ênfase do original).

<sup>151</sup> É necessário enfatizarmos que as definições de crença falsa benigna e crença falsa maligna apenas delimitam a produção de uma crença justificada em nível de conhecimento. Para essa crença ser uma instância de conhecimento, as outras condições da análise anulabilista devem ser satisfeitas.

Ford algum, no entanto, Havit é dono de um Ford e esse fato garante que a crença-alvo seja verdadeira. Nesse caso, a crença <Nogot é dono de um Ford> é uma falsidade maligna, pois, apesar de conferir excelente status epistêmico à proposição <alguém na sala é dono de um Ford>, a justificacão proveniente dessa falsidade não é resistente à verdade. Perceba que a proposição verdadeira <Nogot é um farsante que está mentindo a respeito de ser dono de um Ford>, *d*, *destrói*, para além da restauração, a justificacão da crença-alvo, isto é, derrota genuinamente a justificacão da crença-alvo. Se o derrotador, *d*, fosse inserido no sistema doxástico do agente, não seria possível sustentar racionalmente a crença de que alguém na sala é dono de um Ford com base na crença de que Nogot possui um Ford. Esse experimento mental demonstra a efetividade explanatória da definicão de falsidade maligna, além de explicar por que crença-alvo, derivada de falsidade maligna, não é uma instância de conhecimento: a justificacão para ela é genuinamente derrotada.

Em casos de suposto conhecimento a partir de falsidade, por que a crença falsa é benigna? Porque a justificacão proveniente da falsidade benigna não é genuinamente derrotada. No caso *Handout*, por exemplo, de Almeida (2017, p. 309) sugere que a proposição verdadeira, *d*<sub>1</sub> <não há 53 pessoas na palestra>, é um derrotador inicial enganador da justificacão para a crença <as cem cópias do *handout* são suficientes>. A proposição verdadeira, *d*<sub>1</sub>, é a responsável por iniciar a cadeia de derrota. No entanto, apenas *d*<sub>1</sub> não seria suficiente para derrotar a justificacão da crença-alvo. Plausivelmente, o status de derrotador de *d*<sub>1</sub> depende do fato de ela tornar plausível o derrotador efetivo, *d*<sub>2</sub>, <as cem cópias podem não ser suficientes>. Contudo, *d*<sub>2</sub> é uma proposição falsa e é incompatível com o conhecimento de fundo do agente a respeito do auditório e sobre o número de cópias que carrega. Por hipótese, o agente sabe que mais pessoas não aparecerão magicamente no auditório enquanto as cópias são distribuídas e que as cópias do *handout* não desaparecerão. Devido às características do caso, não é plausível que *d*<sub>2</sub> seja um derrotador efetivo genuíno, isto é, não é plausível que *d*<sub>2</sub> seja uma proposição verdadeira. Caso fosse verdadeira, seria matematicamente possível cem cópias não serem suficientes para uma contagem de 53 pessoas? Em função disso, a justificacão advinda da crença falsa benigna <há 53 pessoas na plateia> não é genuinamente derrotável. Todos os derrotadores para a justificacão originada dessa crença falsa benigna são enganadores, pois tornam plausível um derrotador efetivo falso. O anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida, portanto, oferece uma explicacão para a posse de conhecimento em virtude de a falsidade ser um elemento causal e evidencial essencial para a cognicão. Para todo

suposto caso de conhecimento a partir de falsidade, não há derrotadores genuínos da justificação proveniente da crença falsa benigna. Distintamente à proposta de Peter Klein, a proposta de Claudio de Almeida oferece uma teorização para explicar o conhecimento *a partir* da falsidade nos supostos casos de conhecimento via falsidade e para diferenciar esses casos e casos Gettier inferenciais com falsidade.<sup>152</sup>

### 3.3.1 Restauração Epistêmica e o Princípio RV\*

Alguém poderia objetar, no entanto, que há dois problemas com o experimento mental do caso *Handout*. O primeiro deles é referente à ausência de restauradores da justificação. Tais elementos são essenciais à explicação anulabilista da derrota enganadora, então a ausência deles tornaria a explicação do fenômeno incompleta. O segundo deles é a hipótese desse experimento mental violar o princípio RV\*. Como o princípio RV\* é condição necessária para a satisfação da cláusula antiderrota, a não-satisfação desse princípio sustentaria uma explicação inconsistente por parte do anulabilismo falibilista. Acreditamos, entretanto, que ambas as objeções são enganadoras, embora salientem aspectos importantes da teoria da anulabilidade.<sup>153</sup>

Quando o anulabilista explica um caso típico de conhecimento, sempre é possível encontrarmos um restaurador da justificação original, isto é, uma proposição verdadeira capaz de cancelar o efeito da derrota enganadora. Claudio de Almeida argumenta que, em *Handout*, a derrota da justificação proveniente da falsidade benigna é enganadora; contudo, não há a oferta de nenhum candidato a restaurador da justificação. Por hipótese, um restaurador deveria ser apresentado para o quadro teórico anulabilista estar completo. Isso pode não ser tão grave, entretanto. Alguém poderia sugerir que a proposição verdadeira <há 52 pessoas na palestra> é capaz de, individualmente, restaurar a justificação originada da falsidade benigna, pois esse restaurador neutralizaria o status de derrotador efetivo da proposição falsa <as cem cópias podem não ser suficientes>.

Contudo, essa proposição *não é* um candidato plausível a restaurador da justificação. A restauração epistêmica restabelece o status justificatório dos justificadores originais, isto é, restabeleceria o status epistêmico proveniente da crença falsa de que há 53 pessoas na plateia. A proposição <há 52 pessoas na palestra>, por outro lado, confere

---

<sup>152</sup> Para uma explicação sobre os demais casos de conhecimento via falsidade com o aparato anulabilista-falibilista, veja de Almeida (2017, p. 308-309).

<sup>153</sup> Esta seção é inspirada no nosso artigo 'Restaurando a explicação anulabilista falibilista sobre conhecimento a partir de falsidade'. Alves (manuscrito).

status epistêmico *independente da crença falsa benigna* à crença-alvo. Ou seja, essa proposição é uma *criadora* de justificação, não uma *restauradora* de justificação. Esse é um aspecto bastante sutil da teoria da anulabilidade: algumas proposições verdadeiras são restauradoras, enquanto outras são criadoras de justificação. Negligenciar esse aspecto do anulabilismo pode sustentar um absurdo segundo o qual os agentes dos casos Gettier estão em posse de conhecimento, conforme indica Turri (2012), devido a sua interpretação equivocada da teoria da anulabilidade. Para Turri (2012), há um restaurador em todo caso Gettier e, em função disso, os agentes estão em posse de conhecimento. No entanto, argumentam de Almeida & Fett (2016), o que Turri julga erroneamente ser um restaurador da justificação é, na verdade, um criador de justificação. A proposição verdadeira a respeito de Havit possuir um Ford não restaura a justificação proveniente das mentiras de Nogot; em vez disso, ela fornece uma base epistêmica inteiramente nova ao agente. A oferta de <há 52 pessoas na plateia> funciona da mesma maneira: ela não é um restaurador da justificação; é, na verdade, um novo justificador para a crença-alvo.

Sob uma perspectiva geral, a ausência de restauradores não é um problema *per se*. A oferta de restauradores da justificação é um luxo ao qual não é necessário que o anulabilista se submeta. O imprescindível é, em casos de conhecimento, oferecer excelentes razões para crermos que todos os derrotadores iniciais são enganadores por apoiarem proposições falsas como derrotadores efetivos. No experimento mental do *Handout*, há uma excelente explicação de porque o último elo da cadeia de derrota é um derrotador efetivo falso. Em função disso, não é um ônus teórico não oferecer um restaurador para a justificação originada da falsidade benigna, se todos os derrotadores iniciais para essa justificação são enganadores e tornam plausíveis derrotadores efetivos falsos.

A segunda objeção é a de que a explicação anulabilista-falibilista viola o princípio RV\*. Em função disso, há uma inconsistência na explicação do caso *Handout*. O princípio RV\* sugere não empregar a negação da falsidade ou os equivalentes lógicos disso como um derrotador da justificação de uma crença falsa. Entretanto, é exatamente isso o que ocorre no experimento mental de *Handout*. Como a crença-alvo <as cem cópias são suficientes> é justificada pela crença falsa benigna <há 53 pessoas na plateia>, a sugestão de a proposição verdadeira <não há 53 pessoas na plateia> ser um derrotador inicial da justificação é inconsistente com o princípio RV\*.

Contudo, essa objeção reside em uma interpretação equivocada do princípio RV\* e sobre a derrota enganadora. A derrota enganadora da justificação é uma *pseudoderrota*,

como sugere Klein (2017), uma vez que a capacidade de neutralização desse conceito depende exclusivamente de uma proposição falsa ser o derrotador efetivo. Uma justificção ser objeto de derrota enganadora, portanto, não indica que tal justificção não seja resistente à verdade. O princípio RV\*, por sua vez, é uma tese sobre quais proposições derrotam genuinamente a justificção de uma crença, ou seja, quais derrotadores efetivos verdadeiros são indicadores de defeitos epistêmicos na justificção. Ou seja, o anulabilista-falibilista não está violando o princípio RV\* ao empregar a negação da falsidade como um derrotador *inicial*. O princípio é permissivo quanto a esse tipo de caso. O princípio seria violado na explicação dos supostos casos de conhecimento via crença falsa caso a negação da falsidade benigna fosse o derrotador *inicial e efetivo*.

É importante salientar que a seleção de restauradores epistêmicos também deve satisfazer o princípio RV\*. O restaurador epistêmico pode ser compreendido como um *papa-derrotador* ou um *derrotador de derrotador*, isto é, uma proposição verdadeira capaz de cancelar o efeito causado por um derrotador inicial enganador, uma vez que a função deles na explicação anulabilista é neutralizar o efeito de um derrotador efetivo *falso*.<sup>154</sup> Como o derrotador efetivo é falso em casos de derrota enganadora, não é razoável que a derrota enganadora seja cancelada simplesmente por depender de uma falsidade. Caso o anulabilista-falibilista ofereça um restaurador para a justificção proveniente da falsidade benigna, esse restaurador não pode ser o contraditório verdadeiro do derrotador efetivo falso.

Por fim, a explicação anulabilista-falibilista dos supostos casos de conhecimento a partir de falsidade é teoricamente mais econômica do que a explicação das teorias do rastreamento. O anulabilismo-falibilista necessita apenas argumentar que a justificção proveniente da falsidade benigna não é genuinamente derrotável. Além disso, essa proposta oferece boas respostas às possíveis objeções da explicação das falsidades benignas e não há lacuna explanatória, diferentemente da explicação dos teóricos do rastreamento da verdade. Sob uma perspectiva geral, o anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida acomoda a intuição de a crença falsa benigna ser um fator causal e evidencial essencial para a cognição, além de diferenciar casos Gettier inferenciais com falsidade e casos de suposto conhecimento via falsidade. Em função desses aspectos e de não haver lacuna explanatória, é razoável crermos que a explicação dessa teoria é mais atrativa do que aquela proposta pelas teorias do rastreamento da verdade.

---

<sup>154</sup> Inclusive, Klein (1981, p. 154) e de Almeida & Fett (2016, p. 157, 166) caracterizam o restaurador como um elemento capaz de cancelar o efeito do derrotador enganador.

### 3.4 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Nesse capítulo, examinamos as propostas fracas e fortes de 'conhecimento a partir de crença falsa'. Embora as explicações das teorias do rastreamento sejam atrativas e elegantes, há uma lacuna explanatória a respeito da individuação do método de formação da crença-alvo. Em função disso, o teórico do rastreamento deve determinar um método de formação de crenças geral o suficiente para explicar os supostos casos de conhecimento via falsidade e diferenciá-los dos casos Gettier inferenciais com falsidade. Após isso, analisamos a proposta fortalecida de Branden Fitelson, segundo a qual, se a crença na premissa não fosse falsa, o agente não estaria em posse de conhecimento inferencial. Após examinarmos a argumentação de Luzzi, concluímos que a proposta de Fitelson não se sustenta por impossibilitar tanto o conhecimento a partir de gettierização, quanto o conhecimento a partir de falsidade. Apesar disso, a discussão sobre a proposta de Fitelson ilumina, de modo interessante, o fenômeno mais geral do conhecimento a partir de ignorância. Por fim, analisamos o anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida e a noção das falsidades benignas, desenvolvido por ele. Concluímos que a explicação de Claudio de Almeida consiste em um argumento forte a favor da possibilidade de conhecimento a partir de falsidade e essa argumentação é mais atrativa do que a explicação proveniente das teorias do rastreamento da verdade. Relativamente ao anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida, a tese do 'conhecimento a partir de falsidade' é mais atrativa e teoricamente mais simples do que a tese do 'conhecimento apesar de falsidade'. É devido à capacidade explanatória dessa teoria que a hipótese do conhecimento a partir de falsidade é mais atrativa e teoricamente mais simples do que a hipótese competidora, uma vez que, para a maioria das teorias do conhecimento (com exceção do anulabilismo falibilista), é mais oneroso tentar acomodar a possibilidade de falsidades produzirem conhecimento inferencial do que rejeitá-la.

## CONCLUSÃO

Esperamos ter oferecido ao leitor um exame detalhado do estado da arte sobre a discussão acerca da aquisição de conhecimento inferencial a partir de crença falsa. No primeiro capítulo, explicamos a ortodoxia sobre conhecimento inferencial: a tese de que um agente sabe inferencialmente que  $p$  somente se  $p$  é inferida essencialmente a partir de crença que é item de conhecimento. Além disso, explicamos como as crenças falsas podem influenciar o raciocínio teórico e apresentamos os supostos casos de conhecimento a partir de falsidade. No segundo capítulo, examinamos os argumentos a favor da posição ‘conhecimento apesar de falsidade’. Para alguns defensores dessa posição, a base evidencial da crença-alvo é devida a uma proposição verdadeira — o *proxy* epistêmico; para outros, a base evidencial e *causal* é devida ao *proxy* epistêmico. A partir da análise dos argumentos, concluímos que a posição ‘conhecimento apesar de falsidade’, de modo geral, não é teoricamente econômica. Ademais, ela carece de uma motivação não-*ad hoc* para a escolha do *proxy* epistêmico em detrimento da crença falsa. Tais argumentos, no entanto, não são uma refutação da argumentação dos defensores do ‘conhecimento apesar de crença falsa’; apenas diminuem a plausibilidade de endossar racionalmente essa posição. No terceiro e último capítulo, examinamos os argumentos a favor da posição ‘conhecimento a partir de crença falsa’. Tais argumentos atribuem à crença falsa um papel evidencial e causal essencial para a cognição da crença-alvo. Com a finalidade de clarificar essa ideia, examinamos as propostas das teorias do rastreamento para acomodar o conhecimento a partir de crença falsa. Esperamos ter oferecido boas razões para crer que há uma lacuna explanatória na explicação da possibilidade de conhecimento inferencial originado em crença falsa com o emprego das condições de sensibilidade e de segurança, devido à maneira como o método de formação da crença-alvo é individuado. Após isso, foi analisada a proposta fortalecida por Fitelson de que há conhecimento inferencial, cuja base causal e evidencial depende de a premissa ser falsa em situações contrafactuais próximas, e concluímos que ela não se sustenta por impossibilitar o conhecimento a partir de falsidade e a partir de crença gettierizada. Por fim, analisamos o anulabilismo falibilista de Claudio de Almeida e a sua proposta das falsidades benignas. Concluímos que o anulabilismo de Claudio de Almeida oferece uma explicação mais atrativa para o conhecimento em virtude da crença falsa em comparação às explicações das teorias do rastreamento.

No atual estágio dessa dissertação, é razoável concluirmos que os argumentos a favor da posição ‘conhecimento de crença falsa’ são mais plausíveis do que os

argumentos a favor do ‘conhecimento apesar de crença falsa’. Em função disso, os casos examinados não são supostos ou aparentes exemplos de conhecimento a partir de crença falsa; são casos *genuínos* de conhecimento em virtude de crença falsa. Em razão disso, talvez raciocínios não sejam apenas fontes transmissoras de conhecimento; eles também podem ser fontes *geradoras* de conhecimento. Sob uma perspectiva geral, esperamos ter iluminado a compreensão sobre o conhecimento inferencial e sobre a sua relação com crenças falsas em episódios de raciocínio.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Fred & CLARKE, Murray. Resurrecting the tracking theories. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 83, n.2, p. 207–21, 2005.
- ALVES, Eduardo. Restaurando a explicação do anulabilismo falibilista sobre o conhecimento a partir de crença falsa. Manuscrito (em processo de avaliação).
- ARISTÓTELES. Analíticos posteriores. In: ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. São Paulo, Edipro, p. 265-365, 2016.
- ARMSTRONG, David M. *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge University Press, 1973.
- ARNOLD, Alexander. Some Evidence is False. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 91, n. 1, p. 165-172, 2013.
- AUDI, Robert. Dispositional beliefs and dispositions to believe. *Noûs*, v. 28, n. 4, p.419-434, 1994.
- AUDI, Robert. *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. 3<sup>rd</sup> ed. Taylor & Francis, 2011.
- AUDI, Robert. Understading, Self-Evidence, and Justification. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 99, n. 2, p. 358-381, 2018. <https://doi.org/10.1111/phpr.12492>
- BALL, Brian & BLOME-TILLMANN, Michael. Counter Closure and Knowledge despite Falsehood. *Philosophical Quarterly*, v. 64, n. 257, p. 552-568, 2014.
- BASU, Rima. Radical moral encroachment: The moral stakes of racist beliefs. *Philosophical Issues*, v. 29, n.1, p. 9-23, 2019.
- BOGARDUS, Tomas. Knowledge Under Threat. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 88, n. 2, p. 289–313, 2014.
- BOGHOSSIAN, Paul. What is inference? *Philosophical Studies*, v. 169, n. 1, p. 1-18, 2014.
- BORGES, Rodrigo. Inferential Knowledge and The Gettier Conjecture. In: BORGES, R. & DE ALMEIDA, C. & KLEIN, P. (Eds.). *Explaining Knowledge: New Essays On The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, p. 273-291, 2017.
- BORGES, Rodrigo. Knowledge from Knowledge. *American Philosophical Quarterly*, v. 57, n. 3, p. 283-298, 2020. doi:10.2307/48574439

BUFORD, Christopher & MICHAEL CLOOS, Christopher. A Dilemma for the Knowledge despite Falsehood Strategy. *Episteme*, v. 15, n. 2, p. 166-182, 2018. doi:10.1017/epi.2016.53.

CAPPELEN, Herman. Experimental philosophy without intuitions: an illustration of why it fails. *Philosophical Studies*, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11098-020-01581-1>

CHISHOLM, Roderick. The Ethics of Requirement. *American Philosophical Quarterly*, v. 1, n. 2, p. 147-153, 1964.

CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*. Prentice Hall, 1989.

CLARK, Michael. Knowledge and Ground: A Comment on Mr. Gettier's Paper. *Analysis*, v. 24, n. 2, p. 46-48, 1963.

COFFMAN, E. J. Warrant without truth? *Synthese*, v. 162, n. 2, p. 173-194, 2008.

COHEN, Stewart. How to Be a Fallibilist. *Philosophical Perspectives*, v. 2, p. 91-123, 1988.

COMESAÑA, Juan. Unsafe knowledge. *Synthese*, v. 146, n. 3, p. 395-404, 2005.

CONEE, Earl & FELDMAN, Richard. *Evidentialism: Essays in Epistemology*. Oxford University Press, 2004.

DE ALMEIDA, Claudio & FETT, J. R. Defeasibility and Gettierization: a reminder. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 94, n. 1, p. 152-169, 2016.

DE ALMEIDA, Claudio & FETT, J. R. *Review of Federico Luzzi's Knowledge from Non-Knowledge: Inference, Testimony and Memory*. 2019. Disponível em <https://ndpr.nd.edu/news/knowledge-from-non-knowledge-inference-testimony-and-memory/>

DE ALMEIDA, Claudio. Knowledge, Benign Falsehoods, and the Gettier Problem. In: BORGES, R. & DE ALMEIDA, C. & KLEIN, P. (Eds.). *Explaining Knowledge: New Essays On The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, p. 292-311, 2017.

DE ALMEIDA, Claudio. Epistemic Closure and Post-Gettier Epistemology of Reasoning. In: HETHERINGTON, Stephen (Ed.). *The Gettier Problem*. Cambridge University Press, p. 27-47, 2018.

DE ALMEIDA, Claudio. Epistemic Closure and Epistemological Optimism. *Philosophia*, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11406-020-00206-5>

DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

DOUGHERTY, Trent. Fallibilism. In: BERNECKER, Sven & PRITCHARD, Duncan (eds.). *The Routledge Companion to Epistemology*. Routledge, p. 131-143, 2011.

- DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. *Journal of Philosophy*, v. 67, p. 1007–1023, 1970.
- DRETSKE, Fred. Conclusive Reasons. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 49, n. 1, p. 1-22, 1971.
- DUTANT, Julien. How to be an Infallibilist. *Philosophical Issues*, v. 26, n. 1, p. 148-171, 2016.
- FANTL, Jeremy & MCGRATH, Matthew. *Knowledge in an Uncertain World*. Oxford University Press, 2009.
- FELDMAN, Richard. Reliability and Justification. *The Monist*, v. 68, n. 2, p. 159-174, 1985.
- FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2003.
- FETT, J.R. Do Safety Failures Preclude Knowledge? *Principia*, v. 22, n. 2, p. 301-319, 2018.
- FETT, João Rizzio. *O que é o conhecimento?: Uma introdução à epistemologia contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- FIRTH, Roderick. Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts? In: GOLDMAN, Alvin & KIM, Jaegwon (eds.). *Values and Morals: Essays in Honor of William Frankena, Charles Stevenson, and Richard Brandt*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. p. 215-229, 1978.
- FITELSON, Branden. Strengthening the Case For Knowledge From Falsehood. *Analysis*, v. 70, n. 4, p. 666-669, 2010.
- FITELSON, Branden. Closure, Counter-Closure, and Inferential Knowledge. In: BORGES, R. & DE ALMEIDA, C. & KLEIN, P. (Eds.). *Explaining Knowledge: New Essays On The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, 312-324, 2017.
- FUMERTON, Richard. Inferential justification and empiricism. *Journal of Philosophy*, 73, 17, p. 557-569, 1976.
- GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, 23 (6), p. 121-123, 1963
- GOLDMAN, Alvin. A causal theory of knowing. *Journal of Philosophy*, v. 64, n. 2, p. 357-372, 1967.
- GOLDMAN, Alvin. Discrimination and perceptual knowledge. *The Journal of Philosophy*, v. 73, n. 20, p. 771-791, 1976.
- GOLDMAN, Alvin. What is Justified Belief?. In: PAPPAS, G.S. (Eds.) *Justification and Knowledge*. Philosophical Studies Series in Philosophy, v. 17. Springer, Dordrecht, p. 1-25, 1979. [https://doi.org/10.1007/978-94-009-9493-5\\_1](https://doi.org/10.1007/978-94-009-9493-5_1)

HAACK, Susan. *Filosofias da lógica*. Tradução: Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. UNESP: São Paulo, 1998.

HARMAN, Gilbert. *Thought*. Princeton University Press, 1973.

HARMAN, Gilbert. *Change in View*. MIT Press, 1986.

HAUG, Matthew C. (Ed.). *Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?*. Routledge, 2013.

HAWTHORNE, John & RABINOWITZ, Dani. Knowledge and False Belief. In: BORGES, R. & DE ALMEIDA, C. & KLEIN, P. (Eds.). *Explaining Knowledge: New Essays On The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, p. 325-344, 2017.

HILPINEN, Risto. Knowledge and conditionals. *Philosophical Perspectives*, v. 2, p. 157-182, 1988.

HINTINKKA, Jaako. *Knowledge and Belief: An Introduction to the Logic of the Two Notions*, new edition, ed. Vincent F. Hendricks and John Symons, London: King's College Publications (2005), 1962.

JACKSON, Elizabeth G. The Relationship Between Belief and Credence. *Philosophy Compass*, v. 15, n. 6, p. 1–13, 2020. <https://doi.org/10.1111/phc3.12668>

JOHNSON-LAIRD, Philip N. *How We Reason*. Oxford University Press, 2008.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: duas formas de pensar*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KLEIN, Peter. Misleading evidence and the restoration of justification. *Philosophical Studies*, v. 37, n. 1, p. 81 – 89, 1980.

KLEIN, Peter. *Certainty: a refutation of scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

KLEIN, Peter. Warrant, Proper Function, Reliabilism and Defeasibility. In: KVANVIG, Jonathan (Ed.). *Warrant and Contemporary Epistemology*. Rowman & Littlefield, p. 97-130, 1996.

KLEIN, Peter. Useful false beliefs. In: SMITH, Q. (Ed.). *Epistemology: New Essays*. New York: Oxford University Press, p. 30-64, 2008.

KLEIN, Peter. The Nature of Knowledge. In: BORGES, R. & DE ALMEIDA, C. & KLEIN, P. (Eds.). *Explaining Knowledge: New Essays On The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, p. 35-56, 2017.

KOTZEN, Matthew. A Formal Account of Epistemic Defeat. In: BORGES, Rodrigo & FITELSON, Branden & BRADEN, Cherie (Eds.). *Knowledge, Scepticism, and Defeat: Themes from Klein*. Springer Verlag, p. 213-234, 2019.

LEHRER, Keith & PAXSON, Thomas. Knowledge: Undefeated justified true belief. *Journal of Philosophy*, v. 66, n. 8, p. 225-237, 1969.

LEHRER, Keith. Knowledge, Truth and Evidence. *Analysis*, v. 25, n. 5, p. 168-175, 1965.  
LEWIS, David. *Counterfactuals*. Oxford: Blackwell, 1973.

LITTLEJOHN, Clayton. Learning from Learning from our Mistakes. In: SCHMECHTIG, Pedro & GRAJNER, Martin. (Eds.). *Epistemic Reasons, Norms and Goals*. De Gruyter. pp. 51-70, 2016.

LUZZI, Federico. Counter-closure. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 88, n. 4, p. 673-683, 2010.

LUZZI, Federico. What Does Knowledge-yielding Deduction Require Of Its Premises? *Episteme*, v. 11, n. 3, p. 261-275, 2014.

LUZZI, Federico. *Knowledge from Non-Knowledge: Inference, Testimony and Memory*. Cambridge: Cambridge University Press. 2019. doi:10.1017/9781108649278

LYCAN, William. On the Gettier problem problem. In: HETHERINGTON, Stephen (Ed.). *Epistemology Futures*. Oxford University Press, p. 148-168, 2006.

MONTMINY, Martin. Knowledge Despite Falsehood. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 44 (3-4), p. 463-475, 2014.

MOSER, Paul K. *Knowledge and Evidence*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MURPHY, Peter. Another Blow to Knowledge from Knowledge. *Logos and Episteme*, v. 4, n. 3, p.311–317, 2013.

MURPHY, Peter. Justified Belief from Unjustified Belief. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 98, n. 4, p. 602-617, 2017.

NETA, Ram & ROHRBAUGH, Guy. Luminosity and the safety of knowledge. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 85, n. 4, p. 396–406, 2004.

NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Harvard University Press, 1981.

OLIVIER, Kevin Merrick. Agent Reliabilism and Inferential Knowledge from Gettiered Belief. *Episteme*, p. 1-16, 2020. doi:10.1017/epi.2020.15

PLANTINGA, Alvin. *Warrant and Proper Function*. Oxford University Press, 1993.

POLLOCK, John & CRUZ, Joseph. *Contemporary Theories of Knowledge*. Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

POLLOCK, John. *Contemporary Theories of Knowledge*. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield, 1986.

- PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Luck*. Oxford University Press, 2005.
- PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Virtue Epistemology. *Journal of Philosophy*, v. 109, n.3, p. 247-279, 2012.
- PRITCHARD, Duncan. Knowledge Cannot Be Lucky. In: STEUP, M. & TURRI, J. & SOSA, E. (Eds.). *Contemporary Debates in Epistemology*. 2<sup>a</sup> ed. Oxford: Blackwell, 2014.
- PRITCHARD, Duncan. Risk. *Metaphilosophy*, v. 46, n. 3, p. 436-461, 2015.
- PRITCHARD, Duncan. *Knowledge*. 2<sup>nd</sup> ed. Palgrave Macmillan, 2016a.
- PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Angst: Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing*. Princeton University Press, 2016b.
- REED, Baron. Fallibilism. *Philosophy Compass*, v. 7, n. 9, p. 585-596, 2012.
- ROSA, Luis. Inferential basing and mental models. *Philosophical Psychology*, v. 30, n. 1-2, p. 102-118, 2017.
- SAUNDERS, John Turk & CHAMPAWAT, Narayan. Mr. Clark's Definition of 'Knowledge'. *Analysis*, v. 25, n. 1, p. 8-9, 1964.
- SCHNEE, Ian. There Is No Knowledge From Falsehood. *Episteme*, v. 12, n. 1, p. 53-74, 2015.
- SCHWITZGEBEL, Eric. Belief. In: BERNECKER, Sven & PRITCHARD, Duncan (Eds.). *The Routledge Companion to Epistemology*. Routledge, 2011.
- SCHWITZGEBEL, Eric. Belief. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (Ed.), 2019. URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/belief/>>.
- SOSA, Ernest. How to defeat opposition to Moore. *Philosophical Perspectives*, v. 13, n. 13, p. 137-49, 1999a.
- SOSA, Ernest. How Must Knowledge Be Modally Related to What Is Known? *Philosophical Topics*, v. 26, n. 1/2, p. 373-84, 1999b.
- STALNAKER, Robert. A Theory of Conditionals. In: RESCHER, Nicholas (Ed.). *Studies in Logical Theory*. Oxford, p. 98-112, 1968.
- SWAIN, Marshall. Epistemic defeasibility. *American Philosophical Quarterly*, v. 11, n. 1, p. 15-25, 1974.
- SWAIN, Marshall. *Reasons and Knowledge*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1981.
- TURRI, John. In Gettier's wake. In: HETHERINGTON, Stephen. (Ed.). *Epistemology: The Key Thinkers*. New York: Continuum, p. 214-229, 2012.

TURRI, John. Knowledge from Falsehood: An Experimental Study. *Thought: A Journal of Philosophy*, v. 8, n. 3, p. 167-178, 2019.

VEBER, Michael. Knowledge with and Without Belief. *Metaphilosophy*, 45 (1):120-132, 2014.

WARFIELD, Ted. Knowledge From Falsehood. *Philosophical Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 405-416, 2005.

WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its Limits*. Oxford University Press, 2000.

WILLIAMSON, Timothy. *The Philosophy of Philosophy*. Wiley-Blackwell, 2007.

WILLIAMSON, Timothy. Knowledge First Epistemology. In: BERNECKER, Sven Bernecker & PRTICHARD, Duncan (eds.). *The Routledge Companion to Epistemology*. Routledge, p. 208-218, 2011.

WRIGHT, Crispin. Comment on Paul Boghossian, "What is inference". *Philosophical Studies*, v. 169, n. 1, p. 27-37, 2014.

ZAGZEBSKI, Linda. The inescapability of Gettier problems. *Philosophical Quarterly*, v. 44, n. 174, p. 65-73, 1994.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)